



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ROBERTA ALBANIELLE GARCIA

**A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO
NOS DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO:
UM ESTUDO NOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS**

Londrina
2019

ROBERTA ALBANIELLE GARCIA

**A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO
NOS DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO:
UM ESTUDO NOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Cristina Albuquerque

Londrina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

G216i Garcia, Roberta Albanielle.
A importância da organização da informação nos documentos da escravidão : um estudo nos arquivos públicos estaduais / Roberta Albanielle Garcia. - Londrina, 2019.
124 f. : il.

Orientador: Ana Cristina Albuquerque.
Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Ciência da informação - Tese. 2. Organização da informação - Tese. 3. Recuperação da informação - Tese. 4. Escravidão - Documentos - Tese. I. Albuquerque, Ana Cristina . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU 025.171

ROBERTA ALBANIELLE GARCIA

**A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS
DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO:
UM ESTUDO NOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Ana Cristina
Albuquerque
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dra. Rosane Suely Alvares Lunardelli
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dra. Ilemar Christina Lansoni Wey Berti
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Londrina, 20 de fevereiro de 2019.

Para minha avó (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Apesar de estarem nas páginas prefaciais os agradecimentos é um dos últimos tópicos a ser desenvolvido. É o momento em que o autor para o tumulto dos prazos finais e faz uma reflexão completamente diferente sobre o seu trabalho, uma análise individual e pessoal, com o objetivo de encontrar os pontos de gratidão ao fim da difícil jornada que é um programa de Mestrado.

Nesse momento toda a trajetória do pesquisador passa diante dos seus olhos, as noites em claro, as palavras de apoio, as orientações, o projeto, os medos e as descobertas. Nesse momento deixamos de ser pesquisadores e passamos a quem realmente somos: a filha, a aluna, a titia, a sonhadora... É inevitável, pra mim, não agradecer em imediato à Deus, pela vida e pelas oportunidades. Pelo amparo, proteção e permissão, de que tudo pudesse acontecer e me trazer até aqui.

Deus materializa todo o seu amor por mim na minha família: PERFEITA. Palavras nunca serão suficientes para expressar o quão feliz me sinto de ser Garcia, de ser Silva dos Santos, de ser Mamede e de vir de Rancharia, capital do algodão, no interior de São Paulo. A família é sem dúvida o porto mais seguro que existe e sem eles (sem ser nós) a vida não faria sentido. Obrigada, obrigada e obrigada. Por acreditarem em mim e me apoiarem sempre, meus pais, meus avós, meu irmão, meus tios, minha sobrinha, minha família, obrigada!

Todas as seções de agradecimentos tem um parágrafo dedicado ao incentivo financeiro recebido para o desenvolvimento da pesquisa, as bolsas. Eu tive mais que isso e não posso deixar de agradecer um milhão de vezes à minha vó, que me apoiou e me permitiu tudo isso, por todo esse tempo. O meu maior exemplo de mulher e de vida, obrigada por tudo vovó!

A imersão na Ciência da Informação não foi fácil, confesso, mas sem as orientações da minha brilhante orientadora seria impossível. As amáveis orientações, a paciência e as infinitas ideias dela me permitiram gostar da Organização da Informação hoje mais que nunca. Ana Cristina, obrigada por tudo, por essa construção que não apenas me atribui um título, mas me transforma em uma nova pessoa.

À professora Rosane, não apenas por ter aceitado integrar a banca de avaliação desse trabalho, mas também por todo o apoio dedicado nesses anos. Nas palavras, nas orientações, nas considerações, mas principalmente pelo sorriso que

sempre dá o fôlego de 'acredito em você'. Por ser um exemplo de professora, por ter me inspirado a buscar o caminho que trilho hoje, meu muito obrigado.

Agradeço também à professora Ilemar Chistina Lanson Wey Berti por aceitar constituir minha banca avaliadora, brindando-nos com comentários precisos e amáveis para que o trabalho crescesse.

Estendo o meu muito obrigado ao Departamento de Ciência da Informação da UEL em sua totalidade, pelos ensinamentos na graduação e no mestrado e pelas oportunidades.

O Mestrado teve seus altos e baixos, mas me presenteou com uma amizade inimaginável apesar de óbvia. Uma gêmea, que não apenas tem Luz no nome como é luz por onde passa. Myrella, obrigada pelo apoio, pelo socorro, pela compreensão, pelas palavras certas. Você definitivamente é uma metade de mim, então você sabe o quanto sua presença e seu apoio foram importantes nesse período da minha vida. Obrigada por tudo até aqui e pelos anos de amizade que ainda virão.

As amizades são as estacas que nos sustentam, que nos mantêm em pé mesmo quando não parece ter mais chão. Nessa montanha-russa emocional que foram os dois últimos anos dedicados à Ciência muitos amigos se foram, outros chegaram, alguns apenas passaram e eu não conseguiria expressar a importância e o meu profundo agradecimento a todas as experiências que tive em todo esse período de UEL e Londrina. Também seria prepotência de minha parte tentar lembrar e citar todos os nomes, então à todas as amigas, amigos, as irmãs, os de perto e os de longe, meu imenso muito obrigada!

Contrariando ainda mais as normas, eu não posso deixar de dedicar aqui um agradecimento especial ao Teodoro, meu cachorro. Suas lambidas, sua companhia ao lado do computador e seu carinho permitiram que eu não surtasse em muitas madrugadas de dedicação. Sem dúvidas seu amor canino me foi essencial.

Por fim, agradeço a vida e ao Universo, por tudo que aconteceu até aqui e tudo que ainda está por vir!

*“tem que acreditar.
Desde cedo a mãe da gente fala assim:
'filho, por você ser preto, você tem que ser duas
vezes melhor.'
Aí passado alguns anos eu pensei:
Como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo
menos cem vezes atrasado pela escravidão, pela
história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas
psicoses... por tudo que aconteceu? duas vezes
melhor como ?
Ou melhora ou ser o melhor ou o pior de uma vez.
E sempre foi assim.”*

A Vida é Desafio – Racionais Mc's

GARCIA, Roberta Albanielle. **A importância da Organização da Informação nos Documentos da Escravidão**: Um estudo nos Arquivos Públicos Estaduais. 2019. 124 f. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

Mesmo cento e trinta anos após a Abolição da Escravatura os afrodescendentes ainda não atingiram igualdade no Brasil. Racismo, preconceito e discriminação são os reflexos de quase quatrocentos anos de humanidade negada, assim como a liberdade, os direitos, os costumes, as memórias, a cultura e a história. A necessidade de estudar essa história atribui ao Arquivo a responsabilidade de dar acesso às fontes primárias, possibilitando uma nova interpretação do passado e a construção de memória e identidade. Esta pesquisa tem como objetivo investigar o tratamento temático dado aos documentos referentes ao período da escravidão negra no Brasil e analisar os produtos desenvolvidos nos Arquivos Públicos Estaduais brasileiros. A discussão sobre os processos, instrumentos e produtos da Organização da Informação possibilita compreender a importância dos mesmos para a gestão informacional e preservação documental de maneira abrangente e para o cumprimento do objetivo comum à Arquivologia: dar acesso à informação. Com o objetivo de analisar os produtos resultantes dos processos arquivísticos nas instituições o método de coleta e análise de dados, defendido por Lawrence Bardin, conhecido como 'Análise de Conteúdo' possibilitou o percurso metodológico desta pesquisa. Com o retorno de apenas oito estados às investigações foi possível reconhecer as ações culturais desenvolvidas no país sobre o tema, e analisar nos produtos disponibilizados os termos relativos a cor/raça. O comparativo entre os termos utilizados no passado para descrever a cor dos escravos e ex-escravos, os termos utilizados hoje para tratar a população negra, e seus significados possibilitou o vislumbre da distância da igualdade racial no país.

Palavras-chave: Organização da informação. Recuperação da informação. Documentos da escravidão.

GARCIA, Roberta Albanielle. **Documentation of information in the Slavery Documents: A study in the State Public Archives.** 2019. 124 p. Master's Dissertation in Information Science - Londrina State University, Londrina, 2019.

ABSTRACT

Even one hundred and thirty years after the end of slavery, afro-descendants still have not reached equality in Brazil. Racism, prejudice and discrimination are reflective of almost four hundred years of denied humanity, freedom, rights, customs, memory, culture and history. The need to study that history assigns to the Archive the responsibility of providing access to primary sources, enabling a new interpretation of the past and the making of memory and identity. This research aims at investigating the thematic treatment given to documents related to the black slavery period in Brazil and analyzing the products developed at Brazilian State Public Archives. The discussion on processes, instruments and products of Information Organization enables the understanding of the importance of those for informational management and document preservation broadly and the implementation of the common goal of Archival Science: to provide access to information. Aiming at analyzing the products resulting from the archival processes at institutions, the method of gathering and analyzing data, defended by Lawrence Barding, known as "Content Analysis", enabled the methodological route of this research. With the feedback of only eight states to the enquiries, it was possible to recognize the cultural actions developed in the country regarding the subject, and to analyze the available products related to color/race. The comparison of terms used in the past to describe the color of slaves and former slaves, the ones used today to treat the black population, and their meanings, allowed a glimpse of the how far racial equality is in the country.

Keywords: Information organization. Information retrieval. Documents of slavery.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Livro Repertórios de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão	82
Imagem 2 – Caderno da Escravidão de Minas Gerais.....	84
Imagem 3 – Livro Negros no Espírito Santo.	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Coleta de Dados	23
Quadro 2	– Relação entre Processos, Instrumentos e Produtos da OI no âmbito da Arquivologia.....	71
Quadro 3	– Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade.....	89
Quadro 4	– Catálogo de Compra e Venda de Escravos	89
Quadro 5	– Inventários: O Escravo deixado como herança.....	90
Quadro 6	– Testamentos: O Escravo deixado como herança.....	90
Quadro 7	– Catálogo Seletivo de Tutela	91
Quadro 8	– Processos Crimes: O Escravo como vítima ou réu	91
Quadro 9	– Ofícios do Chefe de Polícia para o Presidente da Província.....	92
Quadro 10	– Ofícios do Delegado de Polícia para o Presidente da Província	92
Quadro 11	– Registro das Correspondências do Presidente da Província para os Juízes.....	93
Quadro 12	– Descritivos de cor recuperados.....	98
Quadro 13	– Representação dos Termos	100
Quadro 14	– Representação dos termos em instrumentos de amplo acesso.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
APM	Arquivo Público Mineiro
CI	Ciência da Informação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
ISAAR (CPF)	Norma Internacional de registro de Autoridade Arquivística para Entidades coletivas, Pessoas e Famílias
ISAD(G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISDF	Norma Internacional para Descrição de Funções
ISDIAH	Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
OC	Organização do Conhecimento
OI	Organização da Informação
ORI	Organização e Representação da Informação
RDC-Arq	Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS	21
1.1.1	Objetivo Geral.....	21
1.1.2	Objetivos Específicos	21
1.2	PERCURSO METODOLÓGICO	22
1.2.1	Universo da Pesquisa.....	24
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO	31
2	ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	32
2.1	A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A ARQUIVOLOGIA.....	38
2.1.1	Processos, Instrumentos e Produtos da OI na Arquivologia	45
2.1.2	Processos.....	47
2.1.3	Instrumentos.....	61
2.1.4	Produtos	64
3	A ESCRAVIDÃO NO BRASIL: UM CONTEXTO PARA COMPREENDER SEUS DOCUMENTOS	72
3.1	RUI BARBOSA E A QUEIMA DE ARQUIVOS	77
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	81
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS	113
	SITES DE APOIO	121
	APÊNDICE A	123

1 INTRODUÇÃO

Os casos de racismo e de injúria racial contra a população negra no Brasil são notícias de conhecimento popular e estão nas manchetes de jornais diariamente. Apesar de pretos e pardos serem maioria no senso demográfico populacional, desenvolvido e disponibilizado *online* pelo IBGE, ainda são minoria a ocuparem posições de poder, a deter riqueza e até a ocuparem as cadeiras universitárias, mesmo com as cotas raciais.

Os exemplos de desigualdade entre as raças que integram a sociedade brasileira são imensas e inúmeras, e é dessa desigualdade que surge o racismo em sua definição teórica, como apresenta Almeida (2019, p. 32):

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Racismo e desigualdade caminham juntos. É necessário compreender o contexto histórico, e o percurso do negro no Brasil, para entender a realidade mortal vivida por esse grupo. A desigualdade racial é tão clara que o Atlas da Violência 2018 a relaciona diretamente com a violência sofrida pelos negros no país. Apenas em caráter de curiosidade, atualmente (2016), segundo o Atlas, a taxa de homicídios de negros é duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%):

Uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. Quando calculadas dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), as taxas de homicídio revelam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018, p. 40)

A cor de pele no Brasil é, portanto, fator determinante nas chances de sobrevivência de um cidadão, apesar de todos já terem os mesmos direitos e deveres como brasileiros. Não há como negar que o racismo e a discriminação racial continuam matando em nosso país em pleno século XXI.

A diferença entre preconceito racial e discriminação racial, que ainda causam algumas dúvidas quanto à aplicação correta dos termos, são apresentadas

por Almeida (2019), segundo o autor o preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos sobre um grupo racial, a generalização de um grupo partindo de características pré-estabelecidas, podem ser exemplos de preconceito racial considerar judeus como avaros ou prever que asiáticos tenham habilidades naturais para as ciências exatas. A discriminação racial, por sua vez, é o tratamento diferenciado a membros de um grupo racial identificado, e segundo o autor, pode ser direta ou indireta: a direta é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos e a indireta é um processo onde a situação específica de grupos minoritários é ignorada.

O racismo, o preconceito e a discriminação raciais não são sofridos apenas por negros e não é uma exclusividade brasileira, estão presentes em diversas sociedades e atinge diversos grupos, das mais diferentes formas e intensidades, infelizmente. No entanto, essa pesquisa ao se utilizar desses conceitos está se referindo ao grupo racial negro no contexto nacional.

Assim como as boas maneiras e a ética o racismo é fruto de uma construção, pessoal e social:

[...], o racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido por seu caráter *sistêmico*. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo um conjunto de atos, mas de um *processo* em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. (ALMEIDA, 2019, p. 34, ênfase do autor)

Por ser um processo estruturado o racismo, para ser combatido, precisa de colaboração social, individual e científica em todos os âmbitos: político, econômico e cotidiano. Cientificamente essa pesquisa busca contribuir para o fim do racismo combatendo-o pelo conhecimento aqui desenvolvido e apresentado como resultado.

Para entender a condição do negro no Brasil na atualidade, e até a origem do racismo já enraizado em nossa sociedade, é preciso refletir sobre sua origem em terras tupiniquins e estar sempre ciente da condição do negro nessas circunstâncias: escravo.

Já na colonização do Brasil os negros eram maioria, a população negra foi a maior povoadora do território brasileiro, Moura (1989) defende essa afirmativa a partir de gráficos que mostram em números a quantidade de africanos traficados para a Colônia Portuguesa do século XVI ao século XIX. Apesar da condição de inferioridade econômica e social enfrentada pelos escravos Moura (1989, p. 12) expõe que “O negro não apenas povoou, mas ocupou os espaços sociais e

econômicos que, através do seu trabalho, dinamizavam o Brasil.” O autor aponta, dessa forma, a importância dos escravos para o desenvolvimento econômico do país, assim como para a exportação de produtos resultantes de sua mão de obra não remunerada.

Ianni (1978) explica que os estudos sobre as raízes históricas do racismo buscam compreender o chamado “trauma da escravidão”, e a influência dele no período pós-abolicionista e no século XX. Para o autor “Tanto em nível ideológico como no das relações econômicas, por exemplo, o negro liberto e os seus descendentes carregariam uma espécie de experiência negativa, a experiência escrava; [...]” (IANNI, 1978, p. 115), portanto o racismo ainda presente na sociedade brasileira é fruto de uma evolução do negro dentro da sociedade sempre da perspectiva de um ex-escravo, descendente de escravos.

Se a escravidão foi cruel com os negros do ponto de vista humano, marcando-os permanentemente e tirando qualquer chance de humanidade dos mesmos, como é exposto mais adiante nesse trabalho, também não tinha a intenção de dar chances de sobrevivência para a história, para a cultura e para as memórias do povo escravizado.

[...] a cultura trazida pelos africanos foi, mais ou menos profundamente, rompida e reelaborada pela escravatura. Enquanto forma de organização social e técnica das relações de produção, a escravatura produz uma cultura própria, que pouco ou nada tem a ver com os elementos culturais europeus, africanos, indígenas e asiáticos. Vários séculos de regime de trabalho escravo rompem todas as contribuições culturais preexistentes e produzem uma cultura peculiar, vigorosa, que se enraíza e espraia na sociedade, pessoas, famílias, grupos e classes sociais. Assim, o que aparece depois, nos séculos XIX e XX, como cultura do negro não é senão a cultura produzida com a sociedade baseada no trabalho escravo. (IANNI, 1978, p. 55)

Durante mais de três séculos os negros, os africanos traficados e os escravos já nascidos no Brasil, eram vistos apenas como mercadoria de compra e venda e mão de obra na mais diferentes funções desempenhadas, sua história e sua cultura pouco importava para a sociedade composta por portugueses. E mesmo com a Abolição da Escravatura o negro não alcançou a igualdade social e não teve seu lugar reconhecido na sociedade. Segundo Moura (1989, p. 62):

O negro, ex-escravo, é atirado como sobra na periferia do sistema de trabalho livre, o racismo é remanipulado criando mecanismos de barragem para o negro em todos os níveis da sociedade, e o modelo de capitalismo dependente é implantado, perdurando até hoje.

Portanto, a história da nação brasileira, e o lugar do negro nessa história, partem de uma tradição negreira, e isso tem impacto até nos dias atuais. Duarte, Scotti e Netto (2015) explicam que nossa cultura já traz enraizada em si o lugar do negro como escravo, com toda uma cultura de minimizar o sofrimento, e a condição do escravo negro, e colocar o colonizador português como protagonista total da história. Para os autores, a história do negro, e da escravidão, foi negada a população e construída em cima de um mito:

A negação do negro dependeu da institucionalização, da memória (da tradição negreira) nos aparelhos ideológicos de Estado, nos museus, nas universidades, nos institutos de pesquisa, no sistema educacional e nos livros da estante de nossas casas. Ela implica ação contínua e cotidiana para produzir o apagamento da memória. (DUARTE; SCOTTI; NETTO, 2015, p. 28)

Apesar de todas as negações, das baixas condições de sobrevivências à que foram submetidos, a cultura e a memória afrodescendente resistem e tentam de todas as formas resgatar e manter viva a sua ancestralidade. A busca de fontes de informação que apresentem a possibilidade de recriar o passado e reinterpretar a história do descobrimento e colonização do Brasil é indispensável para esse processo.

Se há um lugar onde a história e a memória se preservam em fontes confiáveis, e as possibilidades de estudos são infinitas, são as Instituições Arquivísticas. Por isso, apresentado esse pequeno recorte de ligação entre a escravidão, a cultura negra e a condição social do negro, a presente pesquisa problematiza essa questão do ponto de vista da Ciência da Informação, reconhecendo “[...] a relação dos arquivos com as idéias de memória e verdade, o papel dos arquivos na produção do conhecimento sobre o passado, e principalmente o poder dos arquivos e registros para moldar nossas idéias de história, identidade e memória.” (SCHWARTZ; COOK, 2004, p. 20) Entende-se que as Instituições Arquivísticas são ambientes de possível construção e reforma de memórias, onde o usuário pode conhecer a história do seu país e de seus ancestrais, partindo de fontes primárias de informação.

Os Arquivos possuem então grande responsabilidade social e potencial de grandes revoluções informacionais. Possibilitando que os usuários tenham contato direto com o passado de centenas de anos atrás, descobrindo nas entrelinhas dos documentos oficiais histórias de pessoas de verdade, que viviam, se relacionavam, interagiam e deixavam um legado de alguma forma.

Para que isso seja possível os documentos precisam ser tratados previamente, dentro das Instituições a Organização da Informação tem por objetivo tratar e proporcionar a recuperação de objetos informacionais registrados nos mais variados suportes, criando padrões que sistematizem e otimizem os procedimentos e instrumentos desenvolvidos por ela própria. (LIMA; ALVARES, 2012)

Brascher e Café (2008, p. 5) apontam como um dos objetivos do processo de Organização da Informação a possibilidade de dar acesso ao conhecimento contido na informação. A Organização da Informação, portanto, preza não só pela ordenação física dos documentos, mas também na capacidade de possibilitar um movimento de geração de informação e de conhecimento.

Partindo das premissas que agregam ao arquivo o poder de ser instrumento de disseminação da informação, construção de memória e construção de identidade, essa pesquisa parte da seguinte questão: Quais são, e como se constituem os produtos da Organização da Informação oferecidos à comunidade, com foco nos documentos referentes a escravidão pelos Arquivos Públicos Estaduais?

No encontro das discussões sobre o papel da Organização da Informação para recuperação e disseminação da informação e do conhecimento e do papel histórico e social dos documentos da escravidão a presente pesquisa busca identificar os processos, instrumentos e produtos elaborados nos Arquivos Públicos Estaduais brasileiros referentes aos documentos do período de escravidão no Brasil.

Estudos, nas diversas áreas, sobre a escravidão tem se disseminado e apresentado novas perspectivas sobre o nosso passado, de acordo com Lara (1995, p. 50) “Cada vez mais, as visões escravas da escravidão e da liberdade, [...], têm sido objeto de investigação e têm propiciado diferentes questionamentos sobre as interpretações e explicações históricas tradicionalmente aceitas a respeito do tema.”

Para que essas pesquisas se desenvolvam a partir de documentos arquivísticos a aplicação da Organização da Informação e do Conhecimento, são imprescindíveis, uma vez que “Na maioria desses documentos, o escravo aparece na fala dos outros, o que não impossibilita a apreensão de seu mundo, mas

certamente torna-a menos direta.” (SLENES, 1985 p. 172) Portanto, o tratamento da informação é essencial para o reconhecimento do negro nesses documentos, assim como a sensibilidade na interpretação das informações contidas, com o propósito de conhecer ao máximo personagens sem direito à voz e liberdade, descritos sempre das mãos brancas que desenvolviam os documentos oficiais.

Ao mapear a mudança de paradigmas na Arquivologia Fonseca (2005) apresenta a mudança também de objeto da Arquivologia, do arquivo como instituição de custódia de documentos administrativos para ter como objeto, nesse novo paradigma, a informação registrada, ou então a informação arquivística. Ganhando um novo sentido os documentos custodiados por Arquivos têm o poder de fornecer informação e gerar informação, nessa ressignificação do documento a Organização da Informação tem o papel de tratar o documento que antes tinha valor administrativo para que tenha valor social. (OLIVEIRA, 2017)

Essa pesquisa pretende não apenas agregar à Ciência da Informação e à Arquivologia com sua contribuição sobre o desenvolvimento dos processos e produtos da OI em Instituições Arquivísticas de pontos distintos do país, como também colocar em pauta a influência social da Organização da Informação nos Arquivos.

Oliveira (2017) chama de legado o papel social que o documento de arquivo pode exercer nas instituições arquivísticas, no entanto reconhece que esse legado não surge com o documento junto com a sua criação. O processo de eleição dos documentos que serão preservados ocorre dentro das instituições custodiadoras, feita por especialistas com base em critérios técnicos, científicos e legais, e é nesse momento que o legado é apresentado a instituição que o custodia, aos usuários e ao próprio documento.

[...] um processo específico de identificação ou de representação, em que a relevância de um conjunto de documentos arquivísticos é identificada e, a partir daí, faz-se necessária a sua institucionalização em um arquivo público, para que se assegure a sua preservação e o seu acesso por todos os indivíduos da sociedade. (OLIVEIRA, 2017, p. 81)

Os documentos disponíveis hoje sobre a escravidão representam a pequena parcela de documentos que resistiram a ação do tempo, ao desgaste natural, ao desinteresse governamental na preservação documental, foram submetidos à

análise humana (e nunca neutra), tratados e agora estão custodiados e preservados por instituições arquivísticas. Após resistirem por tanto tempo esses documentos são disponibilizados à comunidade geral, podendo ser consultados (de acordo com as normas de preservação de cada instituição) por qualquer pessoa que se interessar, com o os objetivo de pesquisa que lhe agradar.

Bellotto (2004, p.33) explica que “Hoje em dia, amplia-se cada vez mais o entrosamento entre arquivo e cidadão ou entre arquivo e escola de segundo grau, funcionando ainda o arquivo como laboratório para futuros historiadores.” Segundo a autora essa faceta cultural da função Arquivística se dá no campo da disseminação da informação, onde o Arquivo proporciona o acesso à informação histórica de fontes primárias tratadas aos mais diversos usuários interessados.

Lopes, Bortolin e Silva (2015) justificam a possibilidade de estudos culturais na Ciência da Informação partindo da afirmativa que a discussão em torno da cultura é fundamental para a construção da identidade, por isso estudos sobre a documentação da comunidade negra brasileira contribuirão não apenas para a Ciência, como para a sociedade.

Lara (1998, p. 38) expõe a urgência nos estudos sobre a escravidão e a comunidade negra já em 1998, atualmente a realidade não mudou muito, então o discurso dela se faz necessário e presente:

Resgatar a experiência escrava e inserir a experiência negra na história social do trabalho permite desvendar os significados culturais e políticos de uma história americana cuja face muitas vezes se pretende ocultar. No Brasil, como nas Américas, esta atitude pode nos ajudar a compreender melhor as candentes questões da discriminação e das tensões raciais do presente.

Justifica-se também a presente pesquisa partindo do papel social das Instituições Arquivísticas, como detentoras de um poder inquestionável de fonte de memória, Schwartz e Cook (2004, p. 27) evidenciam que “A memória, como a história, tem raiz nos arquivos. Sem eles, a memória falha, o conhecimento das realizações se apaga, o orgulho de um passado compartilhado se dissipa. Os arquivos combatem essas perdas. Eles contêm a evidência do que passou.”

São nos arquivos que as possibilidades de interpretações nunca se esgotam, porque os documentos têm como pretensão ser livre de opiniões e registrar nada além de fatos. Apesar da discutida não neutralidade dos documentos,

e do seu tratamento informacional, na Ciência da Informação, os documentos diferentemente dos livros, filmes ou discursos são uma fonte primária e não possui uma narrativa sobre apenas um dos muitos lados e fatos que constituem uma história.

[...] é preciso pensar um pouco mais na palavra 'arquivo'. Essa palavra remete a uma forma de organizar elementos, ou melhor, de constituir 'algo' como elementos a partir de uma organização. O arquivo, portanto, não apenas recolhe e reconhece um dado elemento existente 'na' história. O arquivo materializa e confere operacionalidade a uma verdade. DUARTE; SCOTTI; NETTO (2015, p. 34)

Apesar dos muitos avanços tecnológicos que passa a Arquivologia e da era da informação que vivemos, os estudos que coloquem os documentos históricos como objeto de estudo justificam-se devido a necessidade latente de preservação dos mesmos e de sua importância histórica e social. Em uma sociedade onde as notícias falsas se espalham rapidamente os arquivos mantêm o compromisso de organizar e dar acesso a elementos da história criados oficialmente com o objetivo de retratarem a verdade.

Esse trabalho está inserido na linha de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento uma vez que investiga os processos, instrumentos e produtos de seu próprio desenvolvimento, técnico e intelectual. Além disso, resume teoricamente seus conceitos, tema de muitas discussões na Ciência da Informação devido sua importância como disciplina e ciência.

A motivação pessoal que instigou essa investigação parte de uma experiência pessoal negra, inserida em um ambiente onde a história luso-brasileira foi esgotadamente explorada durante o ensino básico, e a história afro-brasileira e africana só foi obrigatoriamente inserida no currículo oficial da rede de ensino em 2003, pela lei nº 10.639. Cento e quinze anos após a abolição. Quase 500 anos depois que a história afro-brasileira começou a ser construída no Brasil. Essa pesquisa se justificativa, portanto, na necessidade de desenvolvimento de mais projetos de pesquisas, mais materiais didáticos, mais conhecimento sendo gerado sobre a história do negro no Brasil, a partir de novas interpretações dos documentos de arquivo. A presente pesquisa acredita que os Arquivos Públicos podem ser palcos dessa mudança.

Em uma tentativa de romper a “tradição negreira” apresentada por Duarte, Scotti e Netto (2015) que enfrentamos nos país precisamos desmistificar as lendas sobre a escravidão e reinterpretar nossa história com o pouco que nos restou depois da queima de arquivos de Rui Barbosa, apresentada no capítulo referente a Escravidão.

Cabe, portanto, às nossas associações – e a outras entidades profissionais interessadas – a tarefa de conscientizar os outros setores da sociedade de que os papéis guardados dentro de um belo fórum antigo também têm valor histórico, [...]. Sem esse esforço, é possível que o que Rui Barbosa não queimou – e também documentação valiosa sobre assuntos não ligados à escravidão – ainda seja destruído, pela ação do tempo senão por uma lei mal informada. (SLENES, 1985, p. 190)

Robert Slenes, alerta não apenas sobre o descaso do brasileiro ao seu patrimônio documental, fonte inesgotável de conhecimento, como também atribuí as Instituições Arquivísticas sua responsabilidade de representar a história da Escravidão em sua Organização da Informação.

Essa pesquisa justifica-se, por fim, na esperança de que o conhecimento, e a preservação dele para as gerações futuras, podem mudar o mundo e as pessoas que vivem nele.

1.1 Objetivos

1.1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os processos, instrumentos e produtos elaborados nos Arquivos Públicos Estaduais brasileiros referentes aos documentos do período de escravidão no Brasil.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Mapear os fundos com a temática específica nas instituições estabelecidas;
- Identificar os elementos tipológicos que constituem os produtos nos fundos pesquisados;

- Levantar os termos de maior incidência que constituem os produtos pesquisados;
- Apresentar uma discussão acerca da importância dos processos de Organização da Informação a partir dos termos apresentados.

1.2 Percurso metodológico

A escolha das técnicas que embasam o percurso metodológico de uma pesquisa científica é de extrema importância e compromete não só o desenvolvimento dos estudos como também seus resultados.

A abordagem utilizada por essa pesquisa é a qualitativa, a qual, segundo Creswell (2007, p. 186) “[...] é fundamentalmente interpretativa. Isso significa que o pesquisador faz interpretação dos dados”. Portanto os dados recuperados durante a pesquisa foram interpretados, analisados e comparados pela autora, de forma que possa alcançar os objetivos propostos.

A pesquisa se desenvolve como documental. De acordo com Fachin (2006, p. 146, grifo do autor), “Para a pesquisa documental, considera-se **documento** qualquer informação sob a forma de textos, [...] entre outros”. Nesse contexto, os produtos recuperados durante a coleta de dados, serão considerados documentos para análise.

O método Análise de Conteúdo, defendido por Lawrence Bardin, foi utilizado para coleta e análise desses documentos utilizados durante a pesquisa. Bardin (1977) divide o método em três etapas: pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa essas etapas foram seguidas da seguinte maneira:

Pré-análise: Nesse momento, segundo Bardin (1977, p. 95) o pesquisador possui três missões “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.”

A escolha dos documentos é explicada de forma detalhada no subtópico ‘Universo da pesquisa’, onde se delimita os produtos dos Arquivos Estaduais como documentos de análise. A formulação da análise sugeriu então quatro questões para

análise dos objetos informacionais recuperados, nesse caso os documentos da escravidão:

- O que são? (Tipologias)
- Onde estão? (Fundos)
- De quando são? (Datas-limites)
- Sobre o quê? (Temática)

Essas questões nortearam a interpretação e inferência dos resultados, criando-se então uma discussão sobre a representatividade do negro nos documentos. É importante deixar claro, já nesse momento, que essa pesquisa versa sobre o resultado da Organização da Informação, os produtos elaborados por ela. Portanto as análises são sobre os documentos custodiados em instituições arquivísticas e que tenham sido tratados tematicamente.

Exploração do material: Nessa fase, com as coleções determinadas, a parte considerada mais prática da pesquisa se inicia. Todos os dados são analisados e Bardin (1977) defende que é o momento de administrar sistematicamente as decisões tomadas. Para obtenção dos dados pretendidos o quadro a seguir foi instrumento de coleta de dados:

Quadro 1: Coleta de Dados

Nome do Catálogo			
Ano de Publicação:			Número de Volumes:
Fonte/Fundo:			
Tipologia (s):			
Datas Limites:			

Fonte: Elaborada pela autora

Tratamento dos resultados obtidos, inferência e interpretação: Nesse momento da pesquisa os dados obtidos foram interpretados e analisados de acordo com o interesse da pesquisa.

Para desenvolvimento da coleta de dados foi enviado aos Arquivos Públicos Estaduais algumas perguntas sobre o acervo e os documentos relativos a Escravidão.

O modelo das perguntas enviadas às Instituições está disponível no Apêndice A e foi enviado via *e-mail*.

1.2.1 UNIVERSO DA PESQUISA

Essa pesquisa buscou um panorama nacional acerca dos documentos elencados como representativos, para o Período de Escravidão, pelas próprias Instituições Arquivísticas Públicas Estaduais. Portanto a pesquisa não buscou tipologias ou fontes específicas, mas o que os próprios Arquivos Estaduais indicariam.

A investigação inicial buscou por fundos temáticos e produtos da organização da informação que representassem a história da Escravidão negra no Brasil.

Para delimitação do Universo de Pesquisa um reconhecimento das Instituições alvo se fez necessária, assim como a captação de seus meios de contato. A seguir, divididos por regiões do país os Arquivos Públicos são apresentados:

Região Norte

O Arquivo Público do Estado do Amazonas está localizado na cidade de Manaus, capital do estado. Segundo as informações contidas na página inicial do *site* da instituição, o Arquivo foi criado em 1897 por um decreto assinado pelo então governador Fileto Pires Ferreira.

O institucional do site destaca parte deste decreto ao contar para o leitor sobre a vinculação do órgão à Diretoria de Estatísticas em sua criação e sua destinação contida na lei, “guarda e conservação de todos os papéis e mais documentos oficiais pertencentes ao Estado”. Hoje, o Arquivo, parece ganhar uma nova função social marcada pela frase de impacto logo no primeiro parágrafo de sua apresentação aos visitantes do site “aqui é possível reviver o passado e descobrir milhares de documentos que registram a história do nosso Estado”.

A breve apresentação destaca ainda a localização do prédio que abriga a instituição e sua ligação com a história e desenvolvimento da cidade de Manaus e finaliza citando exemplos de parte do seu acervo.

O Manual Técnico do Sistema de Arquivos e Gestão de Documentos do Estado do Amazonas está disponibilizado na íntegra no *site*, no entanto não há consulta online dos documentos ou de fundos documentais.

O Arquivo Estadual de Roraima, localizado na cidade de Boa Vista, não possui *site* para acesso público, as informações coletadas sobre ele estão no *site* do Conarq – Conselho Nacional de Arquivos.

Vinculado administrativamente à Divisão de Coordenadoria Geral de Gestão Logística o Arquivo possui a missão institucional de “Promover a gestão de documentos, tratamento, recolhimento, preservação e acesso à documentação produzida e acumulada pelo Estado”.

O acervo é composto em sua grande maioria por folhas de pagamento, pastas funcionais antigas, processos, Diários Oficiais (União/Estado) e documentos de diversas secretarias do Estado.

O Núcleo de Arquivo Oficial de Rondônia foi fundado em 1981 na cidade de Porto Velho, capital do estado. O Núcleo está vinculado à Coordenadoria Geral de Apoio Administrativo e subordinado à Secretaria de Estado da Administração.

Em seu cadastro como Entidade Custodiadora no *site* do Conarq a missão apresentada como institucional do órgão é de “recolher, catalogar, organizar e arquivar todos os documentos dos servidores públicos federais do ex-território de Rondônia e estaduais”.

A consulta é aberta ao público apenas presencialmente, não há *sites* de acesso ou endereço virtual para contato.

A Divisão de Arquivo Público do Estado do Acre é a única Entidade Custodiadora cadastrada no *site* do Conarq pelo Estado do Acre. Vinculada à Secretaria de Estado da Gestão Administrativa a Divisão foi criada no ano de 1963 e está localizada na cidade de Rio Branco.

O acervo é constituído por documentos administrativos e hospitalares, o resumo de sua missão institucional no *site* do Conarq é o seguinte: “Receber, organizar e preservar a documentação produzida pelos órgãos do Estado e assegurar o acesso à informação”.

A Divisão não possui *site*, mas disponibiliza um endereço eletrônico para contato.

O Arquivo Público do Estado do Pará foi fundado em 1894 e está instalado na cidade de Belém. O *site* do Conarq apresenta um endereço de e-mail para contato e um *site* do próprio Arquivo, no entanto até a última tentativa (08/02/2018) não foi possível acessá-lo para obter maiores informações.

Segundo o *site* o acervo é “composto por exemplares documentais que contam a história administrativa de uma enorme região hoje conhecida como Amazônia brasileira - região norte acrescida do Maranhão e Tocantins. o acervo possui também documentos referentes às áreas limite ao atual estado brasileiro, incluindo os países da pan-amazônia”. No campo reservado para descrição de sua missão institucional o Arquivo salientou a divulgação e o acesso documental.

Em fase de implementação e sem atendimento ao público, segundo o *site* do Conarq, o Arquivo Público do Estado do Amapá foi criado em 2010, na cidade de Macapá.

Vinculado à Secretaria de Cultura o Arquivo destaca em sua missão institucional não apenas a gestão documental, o recolhimento de documentos permanentes e a implementação de políticas estaduais, mas também a responsabilidade de preservar e facilitar o acesso á informação sob sua guarda.

O Arquivo não possui um *site* para consultas, no entanto durante as buscas uma associação denominada Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do Amapá se mostrou relevante, que se descreve como “uma associação sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, cultural, de apoio a pesquisa histórica documental e a preservação da memória amapaense [...]”. A Associação apresenta ainda a necessidade da organização documental e informacional no Estado para auxílio da manutenção da cultura e identidade amapaense.

O Estado do Tocantins não possui um Arquivo Público Estadual ou semelhante.

Região Nordeste

Localizado no centro histórico de São Luiz o Arquivo Público do Estado do Maranhão foi criado em 1932 e hoje está vinculado à Secretaria de Cultura e Turismo.

Reúne um acervo do século XVIII aos nossos dias oriundos do Arquivo da Secretaria do Governo e suas sucessoras e do Arquivo da Polícia. Está constituído por documentos dos períodos Colonial, Imperial e Republicano, além de documentos em diversos suportes. O Arquivo é responsável pela gestão documental de documentos históricos e permanentes provenientes dos órgãos integrantes da administração direta e indireta do Estado.

O Arquivo possui *site* e permite que os usuários façam pesquisas online e conheçam a instituição.

O Arquivo Público do Estado do Piauí, segundo seu *site*, “é guardião do maior acervo documental do Estado do Piauí, [...] sem dúvida um espaço de memória privilegiado para a construção da História Nacional”. Situado em Teresina e vinculado à Fundação Cultural do Estado do Piauí o Arquivo preserva divulga o patrimônio documental do estado, atende ao público em suas pesquisas, emite documentos, realiza cursos de capacitação e presta assessoria à outras instituições arquivísticas.

O acervo constituído por documentos históricos e intermediários do período colonial, imperial e republicano, dos mais diversos suportes está disponível para acesso público, o *site* apresenta o plano de classificação do acervo, mas não disponibiliza consulta online de materiais.

Situado em Fortaleza, capital do Estado, o Arquivo Público do Estado do Ceará foi criado em 1906. Possui grande diversidade documental e grande pluralidade de temas, segundo o a página *web* do Arquivo, o “acervo é composto de correspondências, processos, relatórios, censos, certidões, inventários, mapas, plantas e diversos outros documentos, provenientes dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário (Extrajudiciário) e, também, de particulares, desde o século XVII”.

Com apenas uma página dentro do *site* da Secretaria de Cultura, tratado como equipamento cultural pelo *site*, o Arquivo não oferece aos visitantes consultas online aos documentos custodiados pela instituição.

O Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte está situado na cidade de Natal, responsável pela custódia de documentos históricos e administrativos do Governo do Estado. Os documentos de diferentes suportes são disponibilizados ao público presencialmente, o Arquivo não possui nenhum *site*.

O Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano está localizado na cidade de Recife, capital de Pernambuco. Criado em 1945 o Arquivo já possuía intenção de preservação histórica do Estado, custodiando documentos dos mais diversos suportes.

Vinculado à Secretaria de Educação o Arquivo investe em tecnologia e possui em seu *site* um Acervo Digital, onde os usuários podem acessar os documentos *online*.

O Estado da Paraíba não possui um Arquivo Público Estadual ou semelhante.

Vinculado a Secretaria de Cultura do Estado o Arquivo Público Estadual de Sergipe está na cidade de Aracaju e foi criado em 1923. Segundo cadastro no Conarq o acervo é, predominantemente, constituído por documentos impressos produzidos pela administração pública provincial e estadual. Compõem o seu acervo: correspondências oficiais, leis, decretos, documentos da burocracia estadual, mapas, fotografias, jornais, entre outros.

Até a última tentativa de acesso à página do Arquivo no site do Governo de Sergipe (04/01/2019) o conteúdo estava indisponível.

O Arquivo Público de Alagoas está situado na cidade de Maceió e foi fundado em 1961. Sua missão institucional busca consolidar uma política de gestão documental no Estado e guardar e preservar documentos produzidos pelo serviço público de Alagoas ou que interessem à história do estado.

O *site* do Arquivo disponibiliza *online* catálogos para consultas dos usuários, no entanto não é possível recuperar documentos virtualmente.

O Arquivo Público do Estado da Bahia integra a Fundação Pedro Calmon, pertencente à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, fundado em 1890 está instalado na cidade de Salvador.

A página integrada ao site da Fundação Pedro Calmon auxilia os usuários nas pesquisas de documentos de valor histórico provenientes da Administração Pública desde o período Colonial, bem como de instituições privadas e particulares.

Região Centro-Oeste

Está sob custódia da Superintendência de Arquivo Público do Mato Grosso a documentação oficial do Governo, notadamente as mais antigas, desde a criação da Capitania de Mato Grosso. Documentos de diferentes suportes constituem o acervo da instituição.

Situado na capital do Estado, Cuiabá, o Arquivo foi criado em 1896. Hoje já conta com um *site* bem estruturado para acesso do público em geral.

O Arquivo Público Estadual do Mato Grosso do Sul, seguindo o movimento das instituições semelhantes está situado na capital do Estado, Campo Grande.

Criado em 1989 o Arquivo está vinculado à Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul.

Apesar de pertencer a um Estado novo, o Arquivo reúne documentos de valor histórico provenientes das cidades antigas que hoje estão em território sul mato-grossense. O site da instituição não permite buscas online aos documentos, mas informa sobre os acessos presenciais.

Responsável por reunir os documentos históricos do Estado, das diferentes secretarias, o Arquivo Histórico Estadual de Goiás substituiu o Arquivo Público do Estado desde 1974. Segundo o *site*, o Arquivo Histórico Estadual é uma unidade da Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico da secretaria. Tem a finalidade de receber, localizar, recolher, reunir, recuperar, preservar, organizar e divulgar o patrimônio documental do poder público, visando estimular estudos e pesquisas que revelem a memória e as raízes históricas do Estado.

Na *Internet* o Arquivo possui apenas uma página dentro do site da Superintendência Executiva de Cultura, onde divulga o horário de funcionamento, endereço, telefone e o histórico da instituição.

Região Sudeste

O Arquivo Público Mineiro vinculado à Secretaria de Estado de Cultura hoje está localizada em Belo Horizonte, no entanto foi criada na cidade de Ouro Preto no ano de 1895, a mais antiga Instituição cultural do Estado.

O acervo é constituído por documentos de origem pública referentes à Administração Pública de Minas Gerais produzidos desde o século XVIII e de documentos de origem privada de interesse público e social.

No *site* do Arquivo os usuários têm acesso a guias e catálogos do acervo, além de visualizar documentos já digitalizados.

Inaugurado em 1892 o Arquivo Público do Estado de São Paulo pertencia a Repartição de Estatística e do Arquivo em sua criação. Localizado na cidade de São Paulo o Arquivo hoje possui um acervo de 34.645 metros lineares de documentação sobre a história de São Paulo.

No exercício da missão de promover um acesso democrático e gratuito o Arquivo disponibiliza parte do seu acervo virtualmente, em *site* próprio. A soma de documentos históricos digitalizados pelo Arquivo já chega a um milhão.

Em 1931 foi criado o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. O acervo da instituição reúne documentos a partir da segunda metade do século XVIII. Possui fundos documentais provenientes da Província e do antigo e novo Estado do Rio de Janeiro e do antigo Estado da Guanabara, assim como acervos privados doados por militantes de movimentos sociais.

No *site* da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com quem o Arquivo mantém vinculação administrativa, é mantida uma aba com informações sobre a Instituição e link para seu banco de dados, disponível *online*.

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo foi criado em 1908. Tem sob sua custódia fundos documentais originários do Poder Executivo e de órgãos a ele vinculados. Entre os tipos de documentos sob sua guarda, encontram-se livros de registro e outros documentos manuscritos, passaportes, fichas, mapas, plantas cartográficas, fotografias, negativos fotográficos, livros raros e ainda discos, filmes e fitas de vídeo.

No *site* o Arquivo apresenta a Instituição, seus fundos documentais e projetos.

Região Sul

O Arquivo Público do Paraná, ou Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, além de reunir a documentação referente à memória do poder público, tem a responsabilidade de executar a administração da política relativa ao patrimônio documental do Estado. Criado em 1855 está instalado na cidade de Curitiba.

O site do Arquivo oferece Guias de Fundos para que os usuários consigam realizar as pesquisas preliminares antes de ir até a Instituição e ter acesso aos documentos de diversos suportes custodiados.

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul foi criado em 1906 e está instalado na cidade de Porto Alegre. Seu acervo é constituído por documentos do Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo, Tabelionatos e Registro Civil.

Vinculado Secretaria de Modernização Administrativa e Recursos Humanos o Arquivo disponibiliza em seu *site* informações sobre o acervo.

O Arquivo Público do Estado de Santa Catarina foi criado em 1918, no entanto devido à problemas administrativos o Arquivo fechou, foi reaberto em 1931,

foi extinto mais uma vez e apenas em 1960, subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, o Arquivo se manteve em funcionamento. Hoje, o Arquivo Público do Estado está subordinado à Secretaria de Estado da Administração, integrando-se à Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina.

Dois estados não integraram o Universo da Pesquisa: o estado de Tocantins e o estado da Paraíba. Não foram encontradas organizações que representem os Arquivos Públicos dos respectivos estados, impossibilitando o acesso à informação e o contato com as instituições até a finalização dessa pesquisa.

1.3 Estrutura do Trabalho

Na presente Introdução a problematização e os objetivos que norteiam a pesquisa foram apresentados. Justifica-se o trabalho apresentando as perspectivas científicas em que a pesquisa insere-se. Encerrando o tópico o percurso metodológico mapeou os passos seguidos para obtenção dos resultados.

No Tópico 2 Organização da Informação inicia-se a discussão teórica sobre os conceitos da Organização da Informação e sua relação com a Arquivologia, como disciplinas. Os processos, instrumentos e produtos da OI nas Instituições Arquivísticas são apresentados.

O Tópico 3 A Escravidão no Brasil: Um contexto para compreender seus documentos faz um resumo histórico sobre o período escravocrata no Brasil, entre os anos de 1511 e 1888. No subcapítulo que se segue o massacre aos documentos da Escravidão, e a história nacional, é narrado: Rui Barbosa e a queima de arquivos.

A Análise e Discussão de Resultados apresentam o número de questionários respondidos e os produtos desenvolvidos pelos Arquivos Públicos Estaduais com temática específica sobre a Escravidão. Analisando dados obtidos desses produtos. Posteriormente é apresentada a discussão sobre os dados.

As Considerações Finais apresentam os comentários sobre a análise dos resultados, sobre as questões que nortearam a pesquisa e deixa sugestões de futuras pesquisas.

2 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Muitas vezes de maneira despercebida, vista como fruto de uma seleção natural e de comportamento instintivo, a organização está presente no cotidiano humano.

De crianças pequenas separando formas por cores até os produtos dispostos nas prateleiras de supermercados a organização auxilia no desenvolvimento humano, científico e social.

Os termos organização da informação e organização do conhecimento têm diferentes definições, em diferentes contextos de estudos. De acordo com Brascher e Café (2008, p.2) “a análise do emprego desses termos nesses contextos revela falta de clareza quanto à delimitação do conceito”.

Antes de apresentar essas definições e discutir sobre a Organização do Conhecimento (OC) e a Organização da Informação (OI) é necessário que os conceitos de conhecimento e de informação fiquem bem delimitados. Na CI esses dois termos possuem similaridades e correlações. Sem deixar de ser independentes e singulares, a dificuldade da Área em delimitar os conceitos de OC e OI pode ser resultado dessa relação tão próxima dos dois termos.

Brascher e Café (2008, p. 4) sintetizam características e conceitos de informação e conhecimento:

1. Conhecimento é o resultado da cognição (processo de reflexão das leis e das propriedades de objetos e fenômenos da realidade objetiva na consciência humana);
2. Conhecimento é o conteúdo ideal da consciência humana;
3. Informação é uma forma material da existência do conhecimento;
4. Informação é um item definitivo do conhecimento expresso por meio de linguagem natural ou outros sistemas de signos percebidos pelos órgãos e sentidos;
5. Informação existe e exerce sua função social por meio de um suporte físico;
6. Informação existe objetivamente fora da consciência individual e independente dela, desde o momento de sua origem. (FOGL, 1979 APUD BRASCHER E CAFÉ, 2008, p.4)

Essas definições delimitam de forma objetiva algumas características que distinguem os dois termos, permitindo assim maior clareza na aplicação desses dentro da Ciência da Informação, sem ignorar a interrelação entre os conceitos.

Ao apresentar a relação entre a informação e o conhecimento Arboit (2017, p. 116) afirma que a informação é transmitida, devido sua natureza estável, estocável e possibilidade de compreensão imediata e pontual, enquanto o conhecimento é compartilhado, porque está inclinada à dialogicidade e à altericidade. Nesse sentido é possível compreender que a informação pode ser transmitida independente do estado de seu receptor, no entanto esse mesmo estado permitirá, ou não, que essa mesma informação possa gerar conhecimento.

Para que os dados que constituem uma informação possam gerar conhecimento é necessário que o receptor tenha uma espécie de conhecimento prévio, ainda que muito limitado, para que compreenda ao menos o conjunto de sinais. O conhecimento que habita o homem é resultado de suas experiências; o acúmulo dessas experiências, e os resultados positivos e negativos delas, geram o conhecimento; ao registrar (e compartilhar) esse conhecimento a informação é gerada. Surge então a necessidade de organizar todo esse conhecimento registrado, a informação, para que o compartilhamento das experiências, não só pessoais como científicas, literárias, sociais, filosóficas, matemáticas, entre tantas outras, pudessem ser compartilhadas de forma eficaz a cada dia mais pessoas. (PINHO, 2009)

Por isso, para compreender a organização da informação, assim como a organização do conhecimento, é necessário saber que esses estudos analisam fenômenos humanos desde os primeiros indícios de civilizações até os momentos atuais, uma vez que o conhecimento e a informação são frutos do desenvolvimento humano e estão relacionados.

Barité (2001, p. 44) apresenta três afirmações sobre conhecimento e informação:

1. Não pode haver conhecimento sem informação e um processo subjetivo sobre a mesma;
2. A informação é uma expressão social objetiva, enquanto o conhecimento é um ato individual, e por tanto, subjetivo;
3. Toda informação é matéria prima e todo conhecimento é um produto final com certo grau de elaboração.

Brascher e Café (2008) defendem que o conhecimento é provisório e em permanente revisão ao apresentarem a relação entre informação e conhecimento onde a informação influencia e modifica o conhecimento, transformando suas estruturas. Portanto, a CI ao ter a informação como objeto de estudo, é responsável por modificar as estruturas do conhecimento a longo prazo, o resultado da OI possibilita que o compartilhamento de informações modifique o conhecimento, de diversas direções.

Nesse sentido, é possível afirmar que assim como a informação gera conhecimento e o conhecimento gera informação, a organização da informação tem papel fundamental nesse processo, uma vez que trata a informação e a torna acessível aos usuários em geral.

Avaliar, classificar, descrever e indexar os documentos são alguns processos para o tratamento da informação contida neles, é dessa forma que os documentos, no sentido midiático e informacional, são organizados. A necessidade por organização é antiga e segundo Pinho (2009, p.22) “o ser humano inicia as tentativas de organizar e representar o conhecimento desde os primórdios da sua própria existência, transformando as formas de sociabilidade e as relações”.

Ao falar de conhecimento, nesse âmbito, precisamos reconhecer a necessidade de organizar e registrar o desenvolvimento humano e de suas experiências na vida cotidiana e científica, “organizar e representar não são uma necessidade atual, mas, sim, uma preocupação que surge com a própria evolução da sociedade, que anseia pelo compartilhamento, decifração e uso do conhecimento registrado”. PINHO (2009, p.22) Portanto conforme o homem vive, adquire experiências e constrói conhecimento a necessidade de organizar e compartilhar esse conhecimento se torna mais latente nas sociedades, nesse sentido a organização do conhecimento surge com a organização das sociedades, que buscavam por troca de seus conhecimentos e experiências melhores maneiras de sobrevivência.

Os conceitos de conhecimento apresentados por PINHO (2009) possibilitam a compreensão da necessidade primária do homem em representar e compartilhar o conhecimento. Numa perspectiva atual é possível perceber esses objetivos também na Organização da Informação, uma vez que a própria representação do conhecimento humano resulte na produção da informação. Essa pesquisa se baseia nos conceitos da Organização do Conhecimento para a compreensão do próprio

conceito de informação, como conhecimento registrado, e da OI, sabendo que ambas as ciências buscam o compartilhamento e o acesso.

Além disso, Naves (2006, p. 40) ao apresentar a importância de Ranganathan (1892 – 1972), matemático, bibliotecário, filósofo e pensador indiano, para o desenvolvimento da organização da informação observa que

[...] diferentemente de outros teóricos Ranganathan considera como sinônimos termos como 'organização do conhecimento' e 'classificação'. Já 'conhecimento' é definido como a totalidade de ideias conservadas pelos homens e, nesse sentido 'conhecimento' = 'universo de ideias'. No contexto de 'informação', Ranganathan trata também conhecimento e informação, algumas vezes, como sinônimos.

A Ciência da Informação estuda esse fenômeno não apenas do ponto de vista social como principalmente do ponto científico, a partir de teóricos que estudam o conhecimento a partir da atribuição de conceitos e características. A organização, tem em comum no tratamento da informação e do conhecimento o desenvolvimento de estruturas.

A definição de Organização do Conhecimento apresentada por Dahlberg (2006, p.12 apud Lima e Alvares 2012, p. 28) descreve-a como:

[...] a ciência que estrutura e organiza sistematicamente unidades do conhecimento (conceitos) segundo seus elementos de conhecimento (características) inerentes e a aplicação desses conceitos e classes de conceitos ordenados a objetos/assuntos

Lima e Alvares (2012) defendem que a Organização da Informação tem como objetivo fornecer acesso ao conhecimento estruturado, e em uma reflexão sobre a importância da estruturação da informação para sua recuperação os autores chegam a seguinte afirmativa “[...]pode-se dizer que o objetivo principal da organização da informação é fornecer acesso à informação, por meio da estruturação dos elementos de organização do conhecimento.” (LIMA E ALVARES, 2012, p. 35)

Para melhor esclarecer as relações entre conhecimento, informação, organização e documento ressaltam-se dez premissas básicas que segundo Barité (2001) justificam a Organização do Conhecimento:

1. O conhecimento é um produto social, uma necessidade social e gera processo social;
2. O conhecimento se realiza a partir da informação e quando compartilhado se transforma em informação;
3. A estrutura e a comunicação do conhecimento formam um sistema aberto;
4. O conhecimento deve ser organizado para seu melhor aproveitamento individual e social;
5. Existem diversas formas possíveis de organizar o conhecimento
6. Toda organização do conhecimento é artificial, provisória e determinista;
7. O conhecimento se registra sempre em documentos, como conjunto organizado de dados disponíveis e admite usos indiscriminados;
8. O conhecimento se expressa em conceitos e se organiza mediante sistemas de conceitos
9. Os sistemas de conceitos se organizam para fins científicos, funcionais ou de documentação;
10. As leis que regem a organização de sistemas de conceitos são uniformes e previsíveis, e se aplicam por igual em qualquer área disciplinar.

A primeira premissa exposta por Barité (2001) defende a organização do conhecimento para cumprimento de uma função social, onde o conhecimento é visto como um registro social da interação do homem com a natureza onde vive e a sociedade onde que está inserido, nesse sentido salienta-se o papel dos documentos produzidos durante os anos de escravidão para compreensão da história.

A segunda premissa exposta por Barité (2001) versa sobre o movimento cíclico da informação e do conhecimento também exposto por outros autores da área, onde o conhecimento gera informação e a informação gera mais conhecimento, sendo assim interligados apesar de serem independentes como já exposto.

Lima e Alvares (2012) afirmam que a organização do conhecimento é interdisciplinar e por isso é estudada por diversas áreas, na ciência da informação os estudos são voltados para as atividades de representação, recuperação e

organização da informação. Outros estudos da Organização do Conhecimento nesse mesmo âmbito, segundo Pinho (2009), são voltados às atividades de ordenação, representação e recuperação da informação registrada.

Como disciplina a Organização do Conhecimento é responsável pelo desenvolvimento de técnicas de construção, gestão, uso e avaliações de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e linguagem documentais, de acordo com Barité (2001, p.41) que determina como o objeto de estudo da Organização do Conhecimento o conhecimento socializado.

Barité (2001) explica que a Organização do Conhecimento fornece subsídios teóricos para tudo aquilo que é relativo ao tratamento da informação e a gestão do uso social da informação. Dessa forma fica evidente mais uma vez a importância da OC para o compartilhamento e acesso da informação pela sociedade, como também para o processo de organização da informação.

Pinheiro (2014, p. 2) expõe que “embora informação não possa ser definida nem medida, o fenômeno mais amplo que este campo do conhecimento [Ciência da Informação] pode tratar é a geração, transferência ou comunicação e uso da informação”, a partir dessa afirmação podemos perceber que a Organização da Informação está presente em dois dos três fenômenos estudados pela Ciência da Informação apresentados por Pinheiro (2014): transferência (ou comunicação) e uso da informação. A transferência da informação se dá com processo de organizar a informação, onde o profissional trata a informação encontrando os conceitos que estruturarão a organização, possibilitando fundos documentais delimitados à serem expostos aos usuários; o uso da informação são os produtos disponibilizados pela organização que possibilitam a recuperação da informação, é o contato direto do usuário com a informação.

E esse é o principal objetivo da Organização da Informação: transmitir a informação e a compartilhar da maneira eficaz, como afirmam Lima e Alvares (2012, p.35) “O principal objetivo da organização da informação é recuperar objetos informacionais, que são as informações registradas nos mais variados suportes.” A recuperação da informação dentro de uma instituição arquivística, principalmente aquelas que custodiam os documentos de caráter histórico, tem como único objetivo dar acesso à informação e ao conhecimento. Ao encontro dessa afirmativa Brascher e Café (2008, p.5) concordam que “O objetivo do processo de organização da informação é possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação.” Pode-se

dizer que a organização da informação organiza os documentos para dar acesso ao conhecimento. O objetivo de compartilhar a informação garante o movimento cíclico da informação e do conhecimento, como um grande sistema estruturado a OI absorve a informação contida nos documentos, a trata e a disponibiliza para que possa se transformar em conhecimento naqueles que a recebem.

Os documentos, onde o conhecimento está registrado, são custodiados (ou, em uma realidade brasileira, deveriam ser) por instituições arquivísticas, ambientes responsáveis por sua salvaguarda, preservação e disponibilização ao usuário final. A definição de Feitosa (2006, p.17) para documento ajuda esclarecer a relação entre o próprio documento e a informação, retomando a discussão de organizar por diferenças: “documento é um objeto que fornece um dado ou uma informação e pode ser diferenciado entre outros documentos, de acordo com suas características físicas e intelectuais.”

Os documentos custodiados nessas instituições são os objetos da Arquivologia, Fonseca (2005) apresenta em seu livro a mudança de paradigmas pela qual a arquivologia passou, definindo que “O objeto da arquivologia clássica era identificado pelo conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma dada administração; era o arquivo (*found d’archive*) custodiado por uma instituição arquivística.” (FONSECA, 2005, p. 55) A informação contida nos conjuntos documentais passou a ser o novo objeto da Arquivologia, como afirma Fonseca (2005, p. 59) “O objeto da arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do ‘arquivo’ para a informação arquivística, ou ‘informação registrada orgânica’,[...]”

A Arquivologia desenvolve o tratamento da informação partindo de diferentes correntes teóricas e utilizando de várias práticas para disponibilizar a informação ao usuário. Partindo das similaridades conceituais dos objetos de estudo da OI e da Arquivologia a sessão a seguir apresenta outras relações entre as duas.

2.1 A Organização da Informação e a Arquivologia

Arquivologia é, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2004 p.29), a “disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnica a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos”. O mesmo Dicionário (2004, p. 26) define ‘arquivo’ como “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou

privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”. Portanto, após as duas definições, é possível afirmar que a Arquivologia estuda conjuntos de documentos e também a melhor forma de organiza-los, preserva-los e disponibiliza-los.

O estudo de registros e documentos é muito antigo e não há registros exatos de quando, ou como, o estudo como ciência começou. Santos (1996, p.173), esclarece que:

Data do século XVI a noção de arquivo público como reunião de documentos produzidos pelo Estado para dar prova de seus atos, se legitimar. Até então, e desde a antiguidade, documentos e arquivos eram produzidos e conservados, mas a concepção de que deveriam servir de prova à existência de um Estado só começou a tomar corpo nesse período, consolidando-se no século XIX.

O século XIX foi muito importante para o desenvolvimento da Arquivologia, uma vez que nessa época o valor atribuído ao documento se concretizou ganhando importância histórica e também social, já que os documentos sempre registraram fatos envolvendo pessoas e as comunidades onde estavam inseridas:

O século XIX, com o desenvolvimento do nacionalismo, atribui ao documento um valor de testemunho, já não num sentido jurídico mas para reconstruir a história. No século XX, assistir-se-á ao aumento da quantidade da informação, à sua acessibilidade, à sua valorização e também a um movimento de racionalização da sua utilização. (ROUSSEAU E COUTURE, 1998, p. 31)

A partir do século XX não apenas as informações dos documentos de arquivo eram importantes; o uso da informação, a preservação dos documentos, as técnicas de guarda e recuperação, a gestão documental, entre tantos outros fatores começaram a ser estudados pelos envolvidos na gestão da informação, e a ciência começou a se desenvolver em outra velocidade.

Segundo Fonseca (2005, p.67) “a história dos arquivos e da disciplina arquivística no Brasil poderia ser analisada desde muito antes da década de 1970”, mostrando que as práticas de organização estão presentes nas instituições há muitos anos, infelizmente as informações registradas desse período são escassas, o que prejudica os estudos históricos sobre a área.

A década de 1970 é citada pelo autor por ser de extrema importância para a Arquivologia no Brasil, de acordo com Fonseca (2005) no ano de 1971 foi criada a

Associação dos Arquivistas Brasileiros, que uniu os profissionais que trabalhavam com arquivos públicos e privados pelo país.

A disseminação da atividade arquivística segundo Castro, Castro e Gasparian (1988) é um dos deveres do arquivista, que em exercício de sua função se torna guardião da informação e tem o poder de compartilhá-lo com sua comunidade. Para os autores Castro, Castro e Gasparian (1988, p.133)

Os deveres do Arquivista compreendem além da defesa de sua técnica e ciência, além da defesa e custódia dos documentos que lhe são confiados, o zelo e prestígio de sua classe, da dignidade de sua profissão, do desenvolvimento e propagação da Arquivologia e seus princípios.

Reunidos em associações os arquivistas puderam se organizar em busca do desenvolvimento da ciência e reconhecimento da classe profissional, os arquivistas reconheciam o amor em comum pela informação e pela disponibilização dessa informação como fonte de conhecimento.

A movimentação brasileira em reconhecer o valor informacional dos arquivos não era um evento isolado, era reflexo de uma preocupação mundial na gestão arquivística e na preservação documental. Segundo Indolfo (2007) a preocupação com a gestão de documentos começou a ser discutida nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX. Isso aconteceu em decorrência do crescimento da massa documental pública armazenada, já que a partir dessa época a destruição de documentos públicos foi proibida.

A preocupação com o que estava sendo descartado e as informações que estavam se perdendo começou a existir, no entanto com a proibição do descarte e sem um critério do que estava sendo guardado o volume de documentos começou crescer. Com o acúmulo desenfreado de documentos, alguns problemas, como a escassez de espaço e falta de técnicas de preservação e restauração de documentos, começaram a preocupar os envolvidos.

Para que essa situação fosse amenizada ou até mesmo resolvida, segundo Indolfo (2007, p.32):

[...] comissões foram criadas, atividades censitárias foram desenvolvidas e atos legislativos foram expedidos, visando autorizar a eliminação de documentos, estudar procedimentos de aplicação das técnicas da administração moderna ao governo federal, recensear o volume de documentos acumulados nas agências federais, bem como autorizar a construção de um edifício para o arquivo nacional.

A Arquivologia então se desenvolve ainda mais como ciência partindo dessa urgência em profissionais qualificados e processos claros de organização da informação que pudessem ser aplicados nesses cenários. Para a Arquivologia a gestão documental é de extrema importância, para Fonseca ela diz respeito ao “[...] planejamento, o controle, a direção, a organização, o treinamento, a promoção e outras atividades gerenciais relacionadas à criação, manutenção, uso, e eliminação de documentos [...]” (FONSECA, 2005, p. 73)

Enquanto a Gestão Documental, nesse contexto, se responsabiliza pela a organização e disposição física dos documentos, a Organização da Informação se preocupa com o tratamento intelectual do conteúdo dos documentos. Portanto Gestão Documental e OI precisam caminhar unidas no que diz respeito arquivos para atingir um dos grandes objetivos da Arquivologia como ciência: disponibilizar e dar acesso à informação aos usuários de arquivo.

Sales (2011) relaciona a organização da informação e a Arquivologia ao apontar seu objeto de estudo: a informação registrada “[...] o tratamento (organização) da informação em ambos os fazeres (biblioteconômico e arquivístico) está voltado aos objetos informacionais, informação enquanto ‘ente’ manuseável passível de ser tecnicamente tratado”. (SALES, 2011, p. 57)

As relações interdisciplinares da Arquivologia permitem que ela se comunique com diversas áreas do conhecimento. Seu desenvolvimento com o passar do tempo se deu graças sua apropriação teórica e práticas de outras ciências, Tognoli; Vitoriano; Leme (2017, p. 64) apresentam a relação entre Arquivologia e Organização do Conhecimento:

Nos últimos anos, a Arquivologia vem dialogando mais proficuamente com a Organização do Conhecimento (OC), beneficiando-se de sua interdisciplinaridade, notadamente a partir do que se conveio denominar de “conhecimento arquivístico”. Neste contexto, as relações interdisciplinares extrapolam as searas histórica e diplomática, com as quais a Arquivologia esteve ligada durante muitos anos, indo ao encontro de disciplinas que consideram a informação e o conhecimento registrados como objeto de estudo, como é o caso da Ciência da Informação (CI) e da OC.

Os autores acima citados defendem que a informação contida nos documentos é fruto de conhecimento, registro do conhecimento de alguém, por isso o conceitua como conhecimento arquivísticos: “Neste sentido, entende-se que os documentos agrupados em fundos refletem o conhecimento produzido por uma determinada pessoa ou entidade, definindo o que chamamos de conhecimento arquivísticos.” (TOGNOLI; VITORIANO; LEME, 2017, p. 65)

Em resumo, informação = conhecimento e informação/conhecimento registrados = conhecimento arquivístico. Nesse teorema de igualdades salta-se o objeto em comum da Organização da Informação e do Conhecimento e da Arquivologia: Conhecimento + Informação + Registro.

Ainda que essas ciências tenham o mesmo objetivo de disponibilizar informação aos usuários, Salles (2011, p. 49) salienta a importância do respeito a ordem original dos documentos afirmando que:

Embora a arquivística também, como um fazer da Ciência da Informação, trabalhe com os contextos de produção, tratamento e uso do documento, seus discursos refletem não o assunto documental, mas fundamentalmente a organicidade e o contexto de produção dos documentos, fato imprescindivelmente relacionado e dependente da instituição detentora do arquivo, entidade custodiadora. (SALLES, 2011, p. 49)

O Princípio da Proveniência foi o grande marco para o desenvolvimento da Arquivologia como conhecemos atualmente, para Rodrigues (2008, p.2) “No momento em que se reconhece que os documentos deveriam ser organizados de acordo com o funcionamento do órgão que os produziram, com quem mantém estreita e indissociável relação, é que a arquivística encontra sua independência como disciplina.”

A organização documental feita a partir da temática dos documentos foi uma alternativa desenvolvida pela França em uma primeira tentativa de gestão documental, como explicam Tognoli; Vitoriano; Leme (2017, p. 65):

O princípio da proveniência promulgado em 1841, em decorrência da necessidade de solucionar os problemas causados pela organização temática adotada pelos Arquivos Nacionais da França, após a Revolução Francesa, é considerado o norteador dos processos de organização e representação na Arquivologia e, talvez, o método mais seguro para preservar a integridade dos conjuntos documentais produzidos por uma pessoa ou instituição.

O princípio da proveniência, assim como possibilitou a organização e recuperação eficaz da massa documental, permitiu o desenvolvimento de processos padrões para o desenvolvimento da gestão documental e da organização da informação e do conhecimento.

Os documentos possuem temas, histórias e contextos, a Arquivologia reconhece isso, mas para que a informação passe pelas etapas de organização é preciso manter sempre a sua ordem de criação. O tratamento temático busca informações que muitas vezes não estão tão óbvias no conteúdo do documento, mas não desrespeita o princípio da proveniência, tão fundamental para a Arquivologia.

Entender as funções de cada documento e a estrutura de seu órgão produtor são procedimentos essenciais ao processo de organização do conhecimento arquivístico. Essas atividades são práticas do estudo da proveniência e norteiam a o processo de classificação, mais especificamente. (TOGNOLI; VITORIANO; LEME, 2017)

O princípio da proveniência também garante a neutralidade no tratamento da informação, possibilitando tantas interpretações dos documentos como fontes primárias de informação, segundo Amaral (2017, p. 55):

O respeito aos fundos possibilita que o trabalho do profissional de arquivo possa ser feito com assertividade, desprovido de subjetividades, uma vez que, seguindo uma ordem orgânica e predefinida em sua criação, ele não incorre em erros que possam não refletir o estado real de construção do documento.

A Organização da Informação ao buscar reconhecer o negro nos documentos organizados em fundos judiciais ou cartoriais que não foram criados com o objetivo de retratar a história dos escravos, por exemplo, identifica elementos que possam representar essas informações, que apesar de secundárias em um documento são tão importantes para o desenvolvimento do conhecimento.

Esse processo é intermediário entre a produção e a utilização da informação, sendo assim o tratamento informacional, e busca disponibiliza-la ao usuário. Silva, Aquino e Albuquerque (2012, p. 76) explicam que:

A organização da informação é vista como a etapa intermediária entre as atividades de produção e utilização da informação, e compreende os processos de análise do conteúdo dos documentos, e a sua representação, a condensação e a construção/uso de linguagens documentárias ou de indexação, [...]

São esses processos que garantem o tratamento informacional, a identificações de temáticas, a representação da informação, a organização documental, a produção de instrumentos que auxiliem na recuperação na informação e o compartilhamento final do conhecimento arquivístico.

Para compreensão dos processos e instrumentos usados pelos Arquivos para organizar seus fundos documentais uma revisão bibliográfica se faz necessária, como foi iniciada na seção a seguir.

2.1.1 PROCESSOS, INSTRUMENTOS E PRODUTOS DA OI NA ARQUIVOLOGIA

Como exposto, a Ciência da Informação, a Organização da Informação e a Arquivologia possuem um objeto em comum: a informação registrada, que chamamos de documento, com o objetivo de organiza-la, preserva-la e garantir o acesso ao usuário, como apresentam Dias e Naves (2013, p. 2) “pode-se dizer que o acesso à informação/documentos é a questão básica de interesse da ciência da informação”.

As instituições arquivísticas não organizam a informação apenas com o objetivo de manter documentos organizados em estantes e prateleiras, não os preserva somente para que sirva aos setores administrativos que o criaram. A Ciência da Informação possui a missão de preservar a história contida nos

documentos dos mais variados suportes, mas principalmente de dar acesso à essa história, “[...] é de inteira responsabilidade sócia do campo científico da Ciência da Informação facilitar a comunicação do conhecimento [representado pela informação] para quem dele necessita.” (SILVA; AQUINO; ALBUQUERQUE, 2012, p. 84)

A Organização da Informação desenvolve processos para que o tratamento da informação seja uniforme, siga padrões e atenda ao grande objetivo de compartilhar e dar acesso à informação, como explica Amaral (2017, p. 35):

[...] o produto do processo de organização da informação é a representação da informação, compreendida como o conjunto de atributos, compactados, que representam o conteúdo e a origem de determinado objeto informacional, obtido por processos de descrição física e de conteúdo. O objetivo da organização da informação é possibilitar o acesso e a recuperação de objetos informacionais.

Compreende-se que a Arquivística apropria-se da Organização da Informação como um processo no tratamento documental para recuperação da informação nos arquivos, mas que a Oi como disciplina independente desenvolve seus próprios processos e instrumentos para atingir o objetivo em comum com a Ciência da Informação de dar acesso ao conhecimento.

O objetivo da Organização da Informação de garantir acesso à informação partindo de seus processos de tratamento da informação é exposto por Vital e Brascher (2015, p.4) ao ressaltarem que “Os processos de organização e representação da informação (ORI) são considerados fundamentais como meios de fornecer acesso aos recursos de informação, em todos os suportes.”

Durante o desenvolvimento desses processos os instrumentos são responsáveis pela padronização do tratamento da informação em arquivos, Dias e Naves (2013, p. 9) expressam isso ao dizer que “no tratamento temático da informação, a necessidade é de linguagens de indexação, instrumentos que fornecerão os termos padronizados para representar o assunto ou assuntos identificados nos documentos analisados”.

Vital e Brascher (2015, p. 5) justificam a necessidade de instrumentos no processo de tratamento da informação ao dizerem que “O desenvolvimento de modelos e metodologias de organização e representação da informação implica em maior qualidade da recuperação da informação”.

Os instrumentos são, portanto, resultados da necessidade de padronizar a atividade arquivística. Garantindo a eficaz recuperação da informação há qualquer momento, se sua ordem for mantida.

O trabalho do tratamento da informação resulta naquilo que chamamos de 'produto' e buscam representar o documento, e a informação, analisados durante os processos já mencionados, Dias e Naves (2013, p. 15) apresentam isso ao dizer que são "representações dos documentos a que se referem, pois retratam o essencial dos mesmos por meio de um número reduzido de informações."

Portanto, os produtos são de extrema importância na recuperação da informação, por meio desses o usuário reconhecerá brevemente o conteúdo informacional contido no documento sem precisar ler o documento todo, ou até mesmo antes de ter contato com o mesmo. O próprio arquivista, em um papel de recuperador da informação, utiliza desses produtos para aproximar ou distanciar fundos documentais ao ter um tema solicitado por um pesquisador, agilizando seu trabalho. Sales (2011, p.58) lista os seguintes produtos gerados pela descrição arquivística:

- Guias;
- Inventários
- Catálogos
- Catálogos Seletivos;
- Índices;
- Tabelas de Equivalência

Os produtos gerados da atividade de classificação são, segundo Sales (2011, p. 58), as seguintes:

- Classificações funcionais;
- Classificações organizacionais;
- Classificação por assunto.

Diferente dos produtos resultantes da descrição, os produtos da classificação não são tangíveis, tendo como produto do seu resultado o seu próprio desenvolvimento.

Alguns autores tratam os produtos como 'instrumentos de pesquisa', Bellotto (2004, p.180) se utiliza dessa terminologia e define que "Os instrumentos de

pesquisa são, em essência, obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em um arquivo permanente.”

Ainda sobre as diferentes terminologias enfrentadas pela Arquivologia, Tavares (2009, p. 62) apresenta os produtos como instrumentos de descrição:

Na arquivística, os instrumentos de descrição podem ter várias designações. Estes instrumentos, apresentados em vários suportes – papel, electrónico, óptico, etc. – têm como fim o acesso à informação de uma organização pelos seus utilizadores, como é sublinhado na definição apresentada, e podem dividir-se em várias tipologias. Estas tipologias variam consoante o tipo de unidade arquivística a ser descrita.

A seção a seguir apresenta os processos de organização da Informação comumente desenvolvidos nas Instituições Arquivísticas.

2.1.2.PROCESSOS

Os processos de organizar a informação são independentes, têm suas próprias técnicas, utiliza de seus próprios instrumentos e geram produtos específicos, mas precisam trabalhar em conjunto para atingir o objetivo de tratar e disponibilizar a informação. No ambiente arquivístico todos os processos são igualmente importantes para gestão da informação.

A classificação busca organizar a informação, no sentido de ordenação, não apenas do documento (objeto informacional) como também segundo seu conteúdo informacional, Vital e Brascher (2015, p.2) sugerem essa ideia ao apresentarem a seguinte definição: “A classificação diz respeito à ordenação física e intelectual dos documentos, de forma hierarquizada e explicitando as relações entre eles”.

A classificação é responsável pelo movimento de aproximar os semelhantes e distanciar aqueles que, do ponto de vista arquivístico, são diferentes entre si. Ribeiro (2013, p. 528) expõe essa intencionalidade ao apresentar uma definição geral de classificação:

Classificar significa, portanto, formar classes de elementos com afinidades entre si e, simultaneamente, distingui-las de outras classes cujos elementos não têm as mesmas características. O sistema ordenado de classes e subclasses, com relações entre si, formaliza-se através de um esquema de classificação, a que também é dado o nome de plano de classificação, quadro de classificação ou tabela de classificação.

Como um processo tanto da organização da informação quanto da organização do conhecimento a classificação se divide em duas atividades distintas, ao passo que são também complementares, como explica Sousa (2014, p. 6):

Podemos dividir o processo classificatório em duas partes: a parte intelectual e a parte física. A parte intelectual se refere à classificação propriamente dita (processo mental de estabelecimento de classes) e à ordenação (a disposição dos documentos nas classes estabelecidas).

Em um momento então, o profissional que trata a informação precisa conhecer o conteúdo a ser classificado em seu montante com o a intenção de estabelecer as classes em que serão distribuídos. Partindo da finalização desse trabalho o profissional organiza os documentos, agora tratados de forma mais individualista, dentro dessas classes.

Naves (2006) apresenta a Classificação como ciência e a divide em três categorias:

- Produtiva: quando tem como objetivo produzir sistemas de classificação;
- Prática: quando esses sistemas são orientados para a ação de organizar o universo dos assuntos
- Teórica: quando pesquisa sobre seu objeto de estudo, como o universo dos assuntos e os sistemas de classificação.

Expostas essas vertentes da classificação, e a forma como ela se divide em seus formatos metodológicos, fica evidente que a classificação trata a informação intelectualmente, a organiza e produz conhecimento e produtos a partir dela.

Sousa (2006) separa a história da classificação de documentos arquivísticos em dois períodos, um da Antiguidade até o século XIX e o outro do século XIX até o momento atual. As práticas desse segundo período que vivemos não substituíram as

práticas desenvolvidas anteriormente ao século XIX. Sousa (2006, p. 122) estabelece que “O marco de passagem é, sem dúvida nenhuma, o estabelecimento dos princípios de respeito aos fundos e da ordem original.” Assim como a Arquivologia o processo de classificação mudou com a criação do princípio da proveniência já apresentado anteriormente. Hoje a classificação inicia a criação de categorias levando em consideração a ordem original de criação.

Durante o processo de classificação a responsabilidade de apresentar as relações entre os documentos é respeitada, considerando sua proveniência e seu criador, de acordo com Sales (2011, p. 55) “A classificação em arquivística tem como princípios básicos o ‘respeito aos fundos’ e a ‘ordem original’. Visa à representação do conhecimento que explicita a existência funcional e estrutural dos arquivos (acervos e/ou instituições)”.

Para Sousa (2014, p. 6) “A partir do ato de classificação, a rede de relações inerentes à natureza de qualquer documento não só salta à luz, mas também fica estabelecida e perpetuada.” Portanto mesmo quando analisado e tratado como peça única os documentos são pertencentes sempre ao seu contexto de criação, segundo o autor a classificação permite que essa relação natural entre os próprios documentos e o arquivo (o total de documentos) possa ser compreendida e transmitida ao longo do tempo.

Ao encontro dessa discussão Tognoli; Vitoriano; Leme (2017, p. 66) concluem que:

A classificação tem a finalidade, portanto, de reestabelecer a rede de relações existentes entre as diversas funções desempenhadas pelos órgãos / entidades, no cumprimento das atribuições sob sua responsabilidade, do ponto de vista do registro documental dessas funções.

É durante o processo de classificação que as relações originais entre os documentos são estabelecidas, o arquivista precisa entender o contexto de criação dos documentos antes de classifica-lo e atribuir a eles categorias para organização.

Retomando o conceito geral da classificação, de criar categorias, Gonçalves (1998, p.12, grifo da autora) exemplifica sua aplicação prática no processo de classificação de documentos:

Podemos entender que a classificação é, antes de tudo, **lógica**: a partir da análise do organismo produtor de documentos de arquivo, são criadas categorias, **classes** genéricas, que dizem respeito às funções/atividades detectadas (estejam elas configuradas ou não em estruturas específicas, como departamentos, divisões etc.).

Ainda tratando da classificação especificamente dentro de arquivos Gonçalves (1998, p. 12, grifo da autora) apresenta que “O objetivo da **classificação** é, basicamente, dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos.” Nesse sentido classificação não busca a separação dos documentos ou o desmembramento de fundos documentais, mas sim a reconexão dos pares.

Dentro das instituições arquivísticas a classificação tem como um outro objetivo, comum a organização da informação como um composto de processos: a recuperação da informação, Tognoli; Vitoriano; Leme (2017, p. 66) salientam a importância da compreensão do contexto onde os documentos estão inseridos, como unidade e como fundo:

Classificar, no âmbito dos arquivos, significa estabelecer uma lógica de organização dos componentes do fundo arquivístico de modo a facilitar a recuperação da informação contida nos documentos, permitindo uma melhor apreensão do contexto de funcionamento da instituição.

Essa atividade, quase investigativa, que a classificação desempenha ao reestabelecer conexões entre documentos de diferentes fundos documentais já era também exposta por Gonçalves (1998, p. 12) ao apresentar que “O procedimento técnico de classificação alcança, portanto, os tipos documentais (identifica-os e articula-os entre si), mas considera sobretudo a forma e as razões que determinaram sua existência (como e por quê foram produzidos).”

A classificação é o primeiro processo de organização da informação nos arquivos e é de extrema importância para um panorama geral da massa documental, analisando de forma mais ampla, se comparado aos processos mais específicos de tratamento da informação, o conteúdo informacional e o conhecimento contido nos documentos dos mais diferentes suportes.

A atividade arquivística classifica os documentos segundo algumas categorias apresentadas por Paes (2002, p. 29): “Conforme suas características, forma e conteúdo, os documentos podem ser classificados segundo gênero e a natureza do assunto”.

Quanto ao gênero os documentos podem ser classificados nos arquivos como: escritos ou textuais; cartográficos; iconográficos; filmográficos; sonoros; micrográficos; informáticos. Natureza de assunto por sua vez diz respeito ao acesso dele no futuro, um documento pode ser classificado como ostensivo ou sigiloso, a classificação como ostensivo permite sua divulgação, uma vez que não prejudica a administração. O documento que, após passar por uma série de requisitos, for considerado sigiloso terá seu nível de acesso correspondente ao seu grau de sigilo, que pode variar entre: ultrassecreto; secreto; confidencial; reservados. (PAES, 2002)

Ao se tratar de documentos de caráter histórico-permanentes, objetos de estudo dessa pesquisa, Gonçalves (1998, p. 35, grifo nosso) salienta que “Para organizar os documentos de arquivo de caráter permanente, é necessário, primeiramente, **estudar a história**, a estrutura e o funcionamento da entidade, e a partir disso elaborar uma classificação para os documentos [...]” Compreendemos então a necessidade do conhecimento interdisciplinar do arquivista, que ao investigar a história de uma entidade não pode ignorar o contexto histórico social e nacional do período.

Os documentos da escravidão contam parte da história do país e por isso precisam ser tratados com um olhar histórico pelos Arquivos Públicos Estaduais, que em sua maioria foram criados para o exercício de atividades administrativas do estado.

A classificação, nesse contexto, possui uma função social, Sousa (2002, p. 5) apresenta-a:

A classificação é um elemento importante para a transparência e o compartilhamento de informações, que são caminhos seguros para a tomada de decisão, para a preservação da memória técnica e administrativa das organizações contemporâneas e para o pleno exercício da cidadania.

Entende-se que a classificação, sendo o primeiro processo de organização da informação, pauta-se no respeito à proveniência dos fundos, princípio

fundamental para desenvolvimento da Arquivologia como conhecemos hoje. O processo classificatório permite a compreensão do montante documental e, sucessivamente, permite também o tratamento temático dos fundos. Dessa forma a memória e a história registradas em formato de informação arquivística podem ser representada, recuperada e compartilhada.

No que diz respeito à representação da informação os processos arquivísticos são vistos como complementares, segundo Tognoli, Milani e Guimarães (2017, p. 687) “No âmbito da representação do conhecimento arquivístico, as funções de classificação e descrição são consideradas nucleares, baseando-se, fundamentalmente, na aplicação do princípio da proveniência e no conceito de fundo documental.”

É preciso entender, portanto, que a organização da informação funciona como um relógio, seus processos juntos formam o motor, os instrumentos são o compasso de seu funcionamento, os produtos são os ponteiros e números. A informação é a hora, a compreensão da mutação constante das horas. Por isso as atividades estão sempre ligadas umas as outras, Tavares (2009, p. 67) apresenta que “A descrição se encontra diretamente ligada à classificação, [...], pois é com base no resultado da classificação que a descrição é realizada.”

O resultado da descrição busca apresentar o acervo, os documentos que o constituem e seu conteúdo informacional. É o primeiro contato que a instituição tem com o usuário e é responsável por despertar seu interesse por um documento ou fundo documental.

Para Lopez (2002, p. 12) “Somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram.” Esse conhecimento fornecido pela descrição, diferente do plano de classificação, por exemplo, auxilia não apenas os profissionais habituados com a rotina arquivística, mas também os pesquisadores e usuários. Por isso precisam ser de fácil compreensão e de linguagem clara.

Os documentos históricos são bases de pesquisas nos Arquivos Públicos e recebem os mais diversos usuários, como os mais diferentes intuitos de pesquisas, segundo Hagen (1998, p. p.3) “No arquivo permanente, a descrição tem como objetivo permitir a pesquisa, ou seja, está voltada para um público mais amplo e diversificado, e deve trazer mais elementos informativos sobre os documentos.” A descrição não precisa ser apenas eficiente, precisa ser acessível ao público. Para

que isso ocorra a descrição passa por padronizações e normalizações que trataremos mais adiante.

As definições de descrição sempre se encontram com organização e representação da informação, Vital e Brascher (2015, p. 2) apontam que “a descrição arquivística diz respeito à organização e representação da informação e objetiva gerir e recuperar os documentos”.

Por intermédio da descrição o conteúdo do documento é representado e então disponibilizado para recuperação. Outro autor que coloca a descrição como um processo de representação da informação é Sales (2011, p. 57) ao afirmar que “É por meio da descrição que a informação do documento arquivístico é representada”. A descrição tem por objetivo descrever o documento como conteúdo informacional que ele é, não apenas listar características presentes no suporte, em poucas palavras a descrição representa a informação contida no documento.

A representação da informação é entendida por Brascher e Café (2008, p. 5) como “um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional”. Portanto representar informação e descrição de documentos estão intimamente ligados e dentro da arquivística buscam a organização e recuperação da informação.

Foi a partir do século XX que a descrição começou se preocupar com as relações do documento com o seu contexto, a descrição tem então a missão de representar o conhecimento mantido nos arquivos, contextualizar as informações disponíveis, em paralelo ao processo de classificação (BARROS, 2016).

Dias e Naves (2013) dividem o processo de descrição em duas categorias: a descrição física e a descrição temática de documentos. A descrição física, segundo os autores, compreende primeiramente no exame do documento com o objetivo de identificar os elementos que o constituem, as etapas que seguem essas decidem quais dados serão aproveitados e que forma deverão ter, salientando que todas essas decisões são tomadas com base em normas e códigos.

É durante a descrição temática que o assunto é identificado, como diferenciam Naves e Dias (2013, p. 10) “Na descrição temática, faz-se outro tipo de exame, embora também chamado de leitura técnica, apenas que, agora, com um objetivo diferente: identificar o assunto ou assuntos do documento”.

Portanto, a descrição visa explicar os documentos, serve para tornar possível a compreensão do acervo/fundo arquivístico, sua origem, seu contexto e proveniência, seu método de arquivamento, sua forma e conteúdo, a relação com outros documentos, e a forma de como encontrar a informação que se procura. Objetivando, portanto, controlar, recuperar e fornecer acesso aos documentos. (BARROS, 2016, p. 37)

Bellotto (2004, p. 181) apresenta as operações básicas da descrição tradicional:

Tradicionalmente, as operações básicas da descrição eram a identificação do arquivo, do fundo ou da parte dele a ser trabalhada; caracterização diplomática, jurídica e administrativa dos tipos documentais; os limites cronológicos e quantitativos das séries (se na vertente sumária); ou o resultado da análise documentária e da indexação (se na analítica) e, finalmente, a localização do documento no acervo por meio de códigos topográficos.

O processo de descrição resulta em produtos chamados por alguns autores como instrumentos de pesquisa, uma vez que têm como objetivo a recuperação da informação organizada. Por isso precisam representar a informação, como expõe Lopes (2009, p. 41)

Os instrumentos de pesquisa desenvolvidos na Arquivologia, resultantes da descrição dos documentos de arquivo, têm esta função: serem um meio representativo do conteúdo de um acervo documental arquivístico, no seu todo (todo o acervo) ou parte dele (certos conjuntos de documentos selecionados), ou ainda pormenorizar determinados conjuntos documentais que o compõem, descrevendo tanto os itens quanto os conteúdos destes (informações contidas no corpo dos documentos).

Como citado anteriormente os produtos da descrição precisam ser claros e objetivos para que cumpra seu papel de dar acesso a informação aos mais diversos consulentes. Por isso, o Conselho Internacional de Arquivos iniciou em 1988 formulações sobre uma norma mundial de descrição arquivística (Lopez (2002).

Lopez (2002, p.16) relaciona a importância da normalização da descrição arquivística a dois fatores, a importância da facilidade no acesso e o avanço tecnológico que possibilita a troca de informação entre instituições das mais variantes distâncias. “A normalização contribui não apenas para o intercâmbio entre diferentes instituições, como também facilita o acesso e a consulta em geral.”

Retomando as ligações entre os processos para o desenvolvimento da organização e da representação da informação Barros (2016) apresenta um panorama onde a indexação é um processo posterior ao processo de descrição e classificação em arquivos. Segundo o autor “[...]é possível então compreender a indexação com uma fase do processo de representação arquivística.”

As discussões de Tognoli, Milani e Guimarães (2017) se aproximam as de Barros (2016) ao apresentarem uma conceituação preliminar de indexação como um processo arquivístico. As definições e aplicações da indexação na Biblioteconomia são muito claras e bem estabelecidas, sendo assim um processo indispensável para a recuperação da informação no âmbito das bibliotecas. Os autores apresentam a seguinte premissa para relacionar o processo de indexação às competências arquivísticas:

Com a aproximação das áreas de Arquivística e Biblioteconomia dada, principalmente, pelo amparo da Ciência da Informação, tornou-se necessário traçar suas convergências e divergências, principalmente, no contexto da organização e recuperação da informação. (TOGNOLI; MILANI; GUIMARÃES, 2017, p. 684)

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 107) reconhece a indexação como um processo de tratamento informacional e a define como um “Processo pelo qual documentos ou informações são representados por termos, palavras-chave ou descritores, propiciando a recuperação da informação. ”

A indexação é, portanto, vista pelos autores como um processo de representação da informação e do conhecimento, e se aproxima da Arquivologia exatamente atrelada ao objetivo da classificação e da descrição de recuperação da informação e dos objetos informacionais.

Essa recuperação é dada devido aos termos atribuídos aos documentos pela indexação, Kobashi e Amaral (2017, p. 7) apresentam que “O processo de indexação visa atribuir pontos de acesso às informações contidas em documentos.” Esses pontos de acesso atribuem aos documentos descritores que auxiliam o usuário na busca pela informação, assim como também define Feitosa (2006, p. 21): “A indexação consiste em atribuir um ou vários descritores, que podem ter ligações entre si, para descrever o conteúdo do documento.”

A indexação, quando desenvolvida na Organização da Informação Arquivística, permite ao usuário a identificação preliminar do conteúdo informacional partindo das palavras-chave atribuídas. Por isso, a linguagem usada pelos profissionais no processo de indexação é de extrema importância e precisa ser escolhida com cautela, Fujita e Leiva (2010, p.3) defendem que:

[...] a linguagem de indexação tem grande importância dada a sua função de compatibilização da linguagem utilizada por uma comunidade de usuários e entre várias instituições de modo a servir de instrumento de representação tanto na indexação, por indexadores durante o tratamento temático da informação, quanto na recuperação por usuários durante a estratégia de busca.

Os processos que buscam a representação da informação precisam, portanto, manter sempre a linguagem utilizada em seu desenvolvimento condizente com a realidade de seus usuários, apenas dessa forma o objetivo de recuperação da informação se concluirá.

No âmbito de Arquivos a indexação ainda não é tão consolidada, como já apresentado, mas um panorama de vastas dimensões de trabalho e de estudo são apresentados por Tognoli, Milani e Guimarães (2017, p. 691), ao proporem que:

Uma vez que a indexação seja realizada nos documentos dos arquivos permanentes, os usuários poderão realizar pesquisas por assunto e recuperarão todos os documentos que, em algum momento, estabeleceram relações com o termo usado em sua estratégia de busca.

O desenvolvimento da indexação nos Arquivos, principalmente naqueles que tem sob custódia documentos históricos, permitiria novas possibilidades de estudos e de pesquisadores ocupando os lugares das Instituições. Pesquisas temáticas, como essa que busca os documentos especificamente da escravidão, seriam facilitadas por buscas diretas por termos e assuntos.

Além da classificação e da descrição, outro processo da Organização da Informação já desenvolvido pelas Instituições Arquivísticas é a Diplomática:

A Diplomática se desenvolveu da necessidade de autenticação dos documentos, da urgência já no século VI de identificar um documento oficial e distingui-lo de um falsificado. “Num primeiro momento, a garantia de autenticidade se baseava no local onde os documentos eram preservados: se a entidade tivesse

certos atributos, o documento ali conservado era considerado autêntico.” (RODRIGUES, 2008, p. 120)

Partindo da preocupação com fraudes a criação de normas e regras que dessem autenticidade aos documentos, independente de seu local de criação ou custódia, se fez necessária. Em seu resumo histórico sobre a Diplomática Rodrigues (2008, p.120) explica que “A partir do século VI, os abusos cometidos na elaboração das cópias começaram a preocupar os legisladores. Durante o governo de Justiniano, são estabelecidas as regras de como o documento teria que ser para ser considerado autêntico. ”

A obra de Justiniano reunia todas as regras, normas e leis existentes e publicadas até o momento e, no tocante aos documentos, foi importante por estabelecer a forma que um negócio deveria ter no momento de sua redação (*redactio in mundum*) para que pudesse ter um valor jurídico e probatório. (TOGNOLI, 2013, p. 22)

Surgia assim a Diplomática, que não apenas normalizava os documentos que seriam produzidos a partir desse marco, como também uma técnica que permitia o reconhecimento de elementos que comprovariam um documento como verdadeiro.

Nos primeiros avanços da Diplomática como técnica de análise documental o direito e a história, de acordo com Bellotto (2008), se apropriaram da mesma em seus cursos. “A diplomática passava a ser mais um instrumento profissional da verificação da autenticidade e da fidedignidade do conteúdo, estrutura e forma dos atos escritos.” (BELLOTTO, 2008, p.3)

Antes mesmo de ser tratada como ciência, a Diplomática já beneficiava à área do direito com suas metodologias, “Na verdade, as fórmulas diplomáticas já existiam na área jurídica e administrativa desde os primórdios do direito romano.” (BELLOTTO, 2004, p. 47)

A aproximação da Diplomática à outras Ciências aconteceu gradativamente, segundo Tognoli e Guimarães (2011, p.32) “A incorporação da Diplomática pela Arquivística foi defendida primeiramente na década de 1960, com o estabelecimento de uma identificação entre o objeto de ambas as disciplinas, [...]”

Nesse período, a própria Diplomática passava por mudanças de paradigmas, com a ressignificação de seu objeto de estudo: o documento, indo de

encontro com o objeto de estudo da Arquivologia, como explica Rodrigues (2008, p. 29):

No período compreendido entre 1960 e 1970, surge uma nova corrente diplomata, formada por estudiosos que alargam o conceito de documento e as tradicionais fronteiras cronológicas, ampliando o campo de estudo da diplomática, até então restrito aos documentos medievais. Surge a necessidade de aprofundar o estudo do conteúdo do documento e estabelecer um novo método.

Rodrigues (2008) apresenta mais uma vez a aproximação da Arquivologia e da Diplomática ao identificar seus objetos de estudos: “A identificação do documento de arquivo é tema central da preocupação teórica dos estudiosos da área desde os anos 80 e vem sendo discutida na abordagem arquivística e diplomática. ” (RODRIGUES, 2008, p. 66)

Luciana Duranti (1996) separa a Diplomática em duas aplicações: uma disciplina formativa e um método de investigação. A autora apresenta a Diplomática como uma disciplina essencial para a formação dos arquivistas, para ela “A primeira contribuição importante da diplomática ao trabalho arquivístico é o componente das definições, que identifica a função e o significado das partes constituintes do documento e o nomeia, de forma coerente e significativa.” (DURANTI, p.146, tradução nossa)

A diplomática como um método de investigação é explicada por Duranti (1996) como um processo de análise do material arquivístico. Onde o profissional investiga os elementos do objeto informacional afim de reconhecer sua autenticidade, como já mencionado.

Estabelecida essa conexão, entre a Diplomática e a Arquivologia, é possível identificarmos seus conceitos e sua aplicação como um processo da organização da informação.

Quanto as suas definições, Rodrigues (2008) defende que a Diplomática é uma ciência e uma disciplina. Como disciplina a Diplomática, segundo a autora, possui um corpo de princípios teóricos, uma metodologia que regula os estudos e regras que disciplinam a pesquisa. A autora justifica a Diplomática como ciência ao explicar que a mesma compreende a teoria, o método e a prática.

A teoria reporta-se a natureza do documento e seus componentes (suporte, assinatura, pessoas competentes, ato administrativo, etc). O método estabelece a maneira de proceder a crítica do documento. Por metodologia, compreende-se os procedimentos usados para a análise e desenvolvimento da prática, a aplicação dos mesmos procedimentos em situações reais. (RODRIGUES, 2008, p. 118)

A responsabilidade de validação legal de um documento que é atribuída à Diplomática é sempre salientada nas definições apresentadas por autores. Lacerda (2012, p. 287) relaciona essa responsabilidade com os procedimentos necessários durante todo o processo de criação do documento:

Os métodos da análise diplomática procuram estudar a estrutura formal dos documentos oficiais (governamentais e notariais) e compreender, de cada documento, as características internas responsáveis por sua validade jurídica, para relacioná-lo aos procedimentos de sua geração.

A definição apresentada pelo Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 70) também vai ao encontro dessas responsabilidades da Diplomática ao defini-la como: “Disciplina que tem como objeto o estudo da estrutura formal e da autenticidade dos documentos.”

No entanto a Diplomática desempenha mais que a atividade de autenticação de documentos, Bellotto (2004, p. 45) apresenta uma visão da disciplina como investigativa não só da estrutura do documento físico, mas de sua proveniência, seu conteúdo e sua missão: “Os estudos de diplomática e tipologia levam a entender o documento desde o seu nascedouro, a compreender o porquê e o como ele é estruturado no momento de sua produção.”

A possibilidade dessa ligação entre documento, seu criador e quem o custodia é exposta por Tognoli e Guimarães (2011, p.34) ao exporem que “A Diplomática proporciona a relação entre os criadores de documentos e os arquivistas, estabelecendo uma conexão entre o documento de arquivo e o sistema jurídico no qual foi criado.”

Portanto, a incorporação da Diplomática, como disciplina, à Arquivologia, com todas as suas aplicações e metodologias, permitiu a criação de um novo conceito: tipologia documental. Definida por Bellotto (2008, p. 7) da seguinte forma:

“A tipologia documental é a ampliação da diplomática em direção da gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora.”

A diferença entre diplomática e tipologia documental é exposta por Bellotto (2004, p. 52), que diferencia seus objetos:

Em definitivo, o objeto da diplomática é a configuração interna do documento, o estudo jurídico das partes e dos seus caracteres para aquilatar sua autenticidade e fidedignidade, enquanto o objeto da tipologia o estuda como componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade.

Apesar dessa diferença a tipologia documental não se separa e não se distancia da Diplomática, uma vez que “[...] a tipologia pode ser chamada de diplomática arquivística ou, melhor ainda, de diplomática contemporânea.” (BELLOTTO, 2008, p. 8)

Lacerda (2012, p. 287) apresenta a Diplomática como instrumento possível de questionamentos e resignificados no tratamento documental dentro das instituições informacionais ao afirmar que:

Na arquivística, a valorização da diplomática como quadro conceitual e metodológico voltado ao questionamento das formas documentais e de sua relação com a gênese documental no intuito de estabelecer sua autenticidade e valor representa um grande avanço.

Partindo desse ponto de discussão da autora podemos entender, e justificar, o importantíssimo papel desse processo de organização da informação no tratamento temático de documentos, uma vez que “[...] a crítica diplomática contribui para uma reflexão mais profunda sobre esses registros que integram conjuntos documentais, uma vez que estabelece a necessidade da conexão entre documentos arquivísticos e contexto de produção.” (LACERDA, 2012, p. 287)

A organização da informação em instituições arquivísticas é composta por processos que precisam trabalhar em harmonia para concluir o objetivo de recuperar a informação. Cada processo, apesar de independente, é dependente do resultado do outro para atingir os seus próprios. O tópico a seguir trata sobre as diretrizes para

que esse processo maior de organizar a informação seja desenvolvido pelos Arquivos.

2.1.3 INSTRUMENTOS

Da necessidade de padronizar a atividade arquivística, o desenvolvimento dos processos e o resultado dos produtos, a construção de instrumentos foi necessária. Os instrumentos garantem que o trabalho da Organização da Informação mantenha-se em constante crescente, respeitando os planos as estruturas classificatórias se mantêm por longo tempo.

Vital e Brascher (2015) apresentam o ponto de vista onde a recuperação da informação pode ser mais eficaz proporcionalmente ao desenvolvimento de modelos e metodologias de organização da informação.

O já mencionado tratamento de descrição se ampara em normas para gerar um produto padronizado, como explica Sales (2011, p. 57): “O tratamento dado aos objetos informacionais de arquivos para fins de descrição são padronizadamente amparados por normas (nacionais e internacionais) que orientam quanto à descrição em geral [...]”.

No Brasil, O Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, órgão vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, tem por finalidade, segundo sua página na *internet*, definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

Ainda segundo o site do Conselho, desde sua criação, o CONARQ tem concentrado seus esforços no sentido de suprir o Brasil de um importante corpus de atos normativos que regulam matérias arquivísticas sobre diversos temas relativos à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos públicos. Esses esforços resultaram nas seguintes normas já publicadas:

A ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística tem o principal objetivo de normalizar internacionalmente a descrição arquivística, sem interferir nas normais específicas de cada país e oferecendo alicerce para a construção de novas normas. O primeiro item exposto pela versão portuguesa da

norma defende exatamente isso ao afirmar que: “Esta norma estabelece orientações gerais para a descrição arquivística. Deve ser conjugada com as normas nacionais existentes, ou servir de base ao seu desenvolvimento”. (ISAD(G), 2002)

A NOBRADE (Norma brasileira de descrição arquivística) não é uma simples tradução da norma internacional, segundo a publicação da norma, a versão brasileira se adapta a realidade nacional, incorporando as preocupações do Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos sobre a situação o país especificamente.

A ISAAR (CPF) – Norma Internacional de registro de Autoridade Arquivística para Entidades coletivas, pessoas e famílias, segundo sua publicação “dá diretrizes para a preparação de registros de autoridade arquivística que forneçam descrições de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos” (ISAAR, p. 5)

A Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF) dá diretrizes para a preparação de descrições de funções de entidades coletivas associadas à produção e manutenção de arquivos.

A descrição de funções exerce um papel vital na explicação da proveniência de documentos. As descrições de funções podem ajudar a situar os documentos com mais segurança no contexto de sua produção e uso. Também ajudam a explicar como e por que documentos foram produzidos e subseqüentemente usados, o propósito ou papel que foram destinados a executar numa organização, e como se ajustavam a essa organização e se ligavam a outros documentos por ela produzidos. (NORMA INTERNACIONAL PARA DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES, 2008, p. 11)

ISDIAH é a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico e tem como objetivo principal facilitar a descrição de instituições arquivísticas cuja função primordial seja guardar arquivos e torna-los disponíveis para o público em geral. No entanto a norma se aplica a todas as entidades que deem acesso aos documentos sob sua custódia, como bibliotecas, museus, empresas, famílias ou indivíduos que custodiam documentos. (ISDIAH, 2009)

Online o CONARQ disponibiliza para consulta, e *download* gratuito, todas as normas citadas e diretrizes necessárias para o desenvolvimento arquivístico, como as publicações: Recomendações para a Construção de Arquivos; Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq;

Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes; entre outros.

O Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) foi instituído pela mesma Lei que criou o CONARQ. O Sistema tem por finalidade, segundo a sua página, implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação, e ao acesso aos documentos de arquivo. O SINAR é integrado pelos: Arquivo Nacional; os arquivos do Poder Executivo Federal, do Poder Legislativo Federal e do Poder Judiciário Federal; os arquivos estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; os arquivos do Distrito Federal dos Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário; os arquivos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo. O SINAR garante que os arquivos que o integram sigam as diretrizes do CONARQ.

Outro instrumento disponibilizado pelo CONARQ é o Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio, código (CONARQ, 2001, p. 9) o define como “[...] um instrumento de trabalho utilizado para classificar todo e qualquer documento produzido ou recebido por um órgão no exercício de suas funções e atividades.” O código classifica os documentos de acordo com sua classe, subclasse, grupo e subgrupo, portanto, “No código de classificação, as funções, atividades, espécies e tipos documentais genericamente denominados **assuntos**, encontram-se hierarquicamente distribuídos de acordo com as funções e atividades desempenhadas pelo órgão.” (CONARQ, 2001, p.9, grifo do autor).

Os vocabulários controlados, por outro lado, são instrumentos que delimitam **termos**. Com o objetivo de padronizar os produtos resultantes do tratamento de indexação, segundo Feitosa (2006, p. 23) “Um vocabulário controlado relaciona termos utilizados em sistemas de indexação com vistas à uniformidade de armazenagem, bem como à facilidade de recuperação”. Como muitos autores Feitosa também salienta a necessidade dos instrumentos da OI em garantir a recuperação e, conseqüentemente, o acesso à informação.

Cardoso (1996) explica que vocabulários controlados são um conjunto de termos que acusa as expressões que podem ou não ser utilizadas pelos indexadores. A autora apresenta ainda o vocabulário controlado como um objeto de recuperação da informação a ser usado pelos usuários, uma vez que delimita os termos de uma temática de busca. (CARDOSO, 1996)

Naves e Dias (2013) mencionam outras tipologias de instrumentos que auxiliam o tratamento descritivo e temático da informação.

Os principais instrumentos necessários ao tratamento da informação são, no que se refere ao tratamento descritivo, os códigos de catalogação e os formatos de metadados; e no que se refere ao tratamento temático, as linguagens de indexação. (Naves e Dias, 2013, p.11)

Códigos e linguagens, como defendem Naves e Dias (2013), garantem que o tratamento da informação mantenha um padrão desenvolvido pensando na totalidade do processo cíclico da informação e do conhecimento. Dessa forma a organização e recuperação da informação estarão garantidas pelos profissionais da informação, conhecedores desses instrumentos.

A utilização desses instrumentos, além de possibilitar o controle e a rápida recuperação de informações, orientará as atividades de racionalização da produção e fluxo documentais, avaliação e destinação dos documentos produzidos e recebidos, aumentando a eficácia dos serviços arquivísticos da administração pública em todas as esferas. (CONARQ, 2001, p. 8)

Os instrumentos são, portanto, importantes ferramentas para o desenvolvimento da Arquivologia como Ciência e como prática. Com um país tão grande, e suas peculiaridades institucionais e culturais, alguns arquivos constroem suas próprias normas e formas de desenvolver a organização da informação.

Por isso existem inúmeros instrumentos específicos as suas realidades que auxiliam arquivos federais, municipais, particulares, entre tantos outros, a se organizarem e garantirem a recuperação da informação.

2.1.4 PRODUTOS

A importância do tratamento arquivístico e o acesso à informação, é exposta por Ribeiro (2013, p. 537), segundo o autor “Trata-se, pois, muito mais de representar e recuperar informação do que de organizar/arrumar documentos e, neste novo paradigma pós-custodial o acesso à informação está no cerne do trabalho e das preocupações dos profissionais da área. ” Para o autor, o saber arquivístico e o saber biblioteconômico, aproximados pela Ciência da Informação,

permitiram que processos comum às duas práticas pudessem produzir resultados diferentes. A classificação, por exemplo, dentro das bibliotecas já tinham o intuito de facilitar a recuperação pelo usuário, enquanto nos arquivos as classificações mais antigas tinham o objetivo de organizar fisicamente os documentos. (RIBEIRO, 2013)

Sabendo dessas naturais mudanças de teorias e metodologias pelas quais a Arquivologia passa, mantendo assim o Arquivo como uma instituição sempre viva, o fazer arquivístico produz o que alguns autores chamam de instrumentos de buscas e aqui tratamos como produtos da organização da informação, que norteiam colaboradores, pesquisadores e usuários sobre seu desenvolvimento.

Para o tratamento temático da informação os produtos de recuperação da informação são de extrema importância, de acordo com Ribeiro (2013, p. 536):

Índices de assuntos, bases de dados, catálogos de assuntos com uso de linguagens vocabulares têm uso generalizado e constituem os instrumentos absolutamente indispensáveis para a representação e a recuperação dos conteúdos temáticos dos documentos.

Apesar da redundância é o guia arquivístico que guia o usuário em suas pesquisas em um Arquivo, descrevendo brevemente cada um dos fundos que constituem o acervo. “O guia é, preferencialmente, o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido por um arquivo. Ele é a porta de entrada da instituição e permite um mapeamento panorâmico do acervo.” (LOPEZ, 2002, p. 23)

Paes (2002, p.127) define o guia como: “o instrumento de pesquisa mais genérico, pois se propõe a informar sobre a totalidade dos fundos existentes no arquivo.”, salientando esse poder dos guias de orientar usuário sobre quem a instituição é, e os documentos que estão sob sua custódia, de forma sintética.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 102) define os guias como um “Instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções em um ou mais arquivos.”

A abrangência dos guias, ao público em geral, por sua linguagem clara e sua objetividade em oferecer informações é salientada por Bellotto (2004, p. 191):

Na família dos instrumentos de pesquisa, o guia é o mais abrangente e o mais ‘popular’, pois está vazado numa linguagem que pode atingir também o grande público e não especificamente os consulentes típicos de um arquivo: historiadores e administradores.

Paes (2002, p. 128) lista as informações gerais que devem estar presentes em um guia arquivístico:

- endereço e telefone do arquivo;
- horário de funcionamento;
- indicação de estação de metrô e linhas de ônibus que servem à localidade;
- regulamento da sala de consulta;
- recursos técnicos oferecidos (cópias xerox, microfilme etc.);
- requisitos exigidos do pesquisador.

Os guias têm por finalidade informar aos usuários algumas informações muito importantes sobre os fundos documentais que constituem o acervo da instituição. Primeiramente um pequeno **histórico** descreve o fundo, seu contexto histórico, referente à que, e a importância de sua preservação no arquivo; a **natureza** delimita a tipologia e o suporte dos documentos de cada fundo; a **estrutura** do fundo se refere as séries documentais que compõe o fundo, assim como informações sobre a organização física dos fundos; o **período de tempo** delimita os anos limites de criação dos documentos, o mais antigo e o mais recente; o usuário pode ter dimensão do tamanho de um fundo ao detectar no guia as características referentes à **quantidade** de cada fundo, descritas pelo número de caixas, volumes ou metros lineares. (PAES, 2002)

Lopez (2002, p. 24) alerta que “Também há que se considerar que a informação disposta nos guias é extremamente sumária e efêmera.” Por isso, já no processo de criação do guia os profissionais precisam estar atentos que algumas informações cruciais ao instrumento são muito frágeis e constantes, como as condições de atendimento (recursos eletrônicos, horário, disponibilidade de funcionários, etc.), por exemplo. Dessa forma, um guia não é um instrumento de construção única e definitiva, ele precisa acompanhar as mudanças da instituição na mesma velocidade.

O guia, sendo o instrumento mais amplo para recuperação da informação, está como um vértice para os demais produtos da OI, como apresenta Bellotto (2004, p. 181):

Quanto aos instrumentos de pesquisa por definição, aqueles destinados ao público como meio de acesso informacional ao acervo, eles devem constituir uma espécie de família hierárquica, na qual o guia ocupa o vértice. Tendo um guia geral, o arquivo poderá se dispor do tempo necessário para ir efetivando, criteriosamente, seus trabalhos de descrição parcelada.

Portanto como todas as atividades arquivísticas os produtos resultantes dessas atividades também precisam estar ligados e apresentar ao usuário uma noção hierárquica das informações, onde o pesquisador vai obtendo maiores informações sobre um fundo conforme tem acesso aos instrumentos mais específicos.

Não é surpresa que as atividades hoje conhecidas como arquivísticas já eram desenvolvidas há centenas de anos. Nesse sentido, os inventários já tinham grande importância na Idade Média, como explica Barros (2016, p.36):

Na Idade Média, inventários eram compilados com o objetivo de fornecer provas da existência de documentos; ou armazenar o material preservado para os sucessores custodiadores. Aqui, além de preservar os documentos, a descrição tinha um objetivo jurídico, pois fornecia prova da existência dos documentos, e administrativo, uma vez que possibilitava ao custodiador dos documentos para manter o controle sobre os fundos e facilitar a recuperação da informação para fins de valor primário).

Após os guias apresentarem de forma geral uma instituição os sumários se destinam a fundos específicos, segundo Lopez (2002, p.29) “Os inventários são, pela ordem hierárquica dos níveis da classificação, os instrumentos de pesquisa que se seguem ao guia. Eles buscam oferecer um quadro sumário de um ou mais fundos ou coleções.”

As informações fornecidas por um inventário são preliminares sobre um fundo, segundo Bellotto (2004, p. 197) inventário “É o instrumento de pesquisa que descreve conjuntos documentais ou partes de um fundo. É um instrumento do tipo parcial, trazendo descrição sumária e não analítica [...]”

Os inventários precisam ter um poder de síntese para compactar todas as informações necessárias inicialmente por um consulente sobre um fundo de seu interesse. “O inventário é breve em sua descrição mas deve tornar clara a situação de um fundo, dizer o motivo da escolha desse fundo e explicar os dados inventariados.” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 155)

Vieira (2001, p. 57) define os inventários como “[...] o instrumento que apresenta o resultado do levantamento feito para saber o que tem no ARQUIVO. Também é estruturado em ordem alfabética, contendo anos limites de documentos.” Desse ponto de vista os inventários são os instrumentos que podem apresentar de forma inicial os documentos (objetos informacionais) que estão sob custódia de uma instituição, suas relações e os elementos básicos de sua organização.

De forma objetiva Lopez (2002, p. 29) apresenta quais informações, indispensavelmente, precisam constar em um inventário: “O objetivo [do inventário] é descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação.”

Um inventário é composto por informações da totalidade de um fundo, não de documentos selecionados, segundo Bellotto (2004, p. 197) “O fundamental do inventário é que não seja uma seleção, não se ‘pulem’ documentos, sendo a sequência dos verbetes, em geral, a mesma ordem do arranjo.”

Ao apresentar os elementos da elaboração de um inventário Bellotto (2004, p. 200) afirma que

O *corpus* dos verbetes deve ser antecedido de uma introdução, na qual se esclareça a situação geral do fundo ou dos fundos a inventariar e o porquê de sua eleição, em relação aos demais componentes do acervo. Nesse tópico devem também constar os temas relevantes da pesquisa para quais os itens inventariados podem fornecer dados importantes; devem ainda ser explicitadas as técnicas usadas para a elaboração dos verbetes, designando-se peculiaridades, se houver.

Portanto, fundos específicos são inventariados, o interesse da instituição em elaborar o inventário de determinado fundo deve ser justificado no próprio produto, dessa forma o usuário identifica a importância daquele acervo para a instituição e tem um pequeno resumo sobre o fundo e seu contexto.

Os catálogos são instrumentos de recuperação da informação específicos, de acordo com Lopez (2002, p. 32) “O catálogo dará continuidade à descrição da série iniciada com o inventário, detendo-se, agora, em cada documento, respeitando ou não a ordenação destes dentro da série”.

Catálogo “É o instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem de classificação. (BELLOTTO, 2004, p. 202)” O

tratamento dado à informação, nesse nível hierárquico da organização da informação é individual, cada documento é analisado do ponto arquivístico e tem motivos para pertencer ao catálogo.

A adoção de critérios temáticos na criação de um catálogo é exposta por Paes (2002, p. 136) ao definir catálogo como “Instrumento de pesquisa elaborado segundo um critério temático, cronológico, onomástico ou geográfico, incluindo todos os documentos, pertencentes a um ou mais fundos, descritos de forma sumária ou pormenorizada.”

Os catálogos têm a finalidade agrupar documentos que tenham algo em comum, alguns elementos que podem causar essa união de documentos são: o assunto, o período de criação, personagens ou lugares específicos. (PAES, 2002)

Os catálogos são produtos de tratamento temático geralmente de pequenas séries documentais ou de séries não funcionais, como expõe Bellotto (2004, p. 202):

O tratamento analítico proporcionado pelo catálogo aplica-se melhor aos fundos pessoais, aos fundos fechados de órgãos de pequena amplitude e curta duração (portanto, com produção documental numericamente reduzida) ou aos casos em que, mesmo havendo grande quantidade de documentos, o arranjo não é funcional, nem há séries homogêneas e lógicas que possibilitem uma descrição coletiva.

Nesse movimento de agrupamento de documentos, muitas vezes distintos, o princípio de proveniência não pode ser ignorado, os documentos precisam estar sempre relacionados com o seu contexto de criação, segundo Lopez (2002, p.32)

O fundamental do catálogo é que ele se atenha à compreensão dos documentos dentro de suas relações orgânicas com as atividades que os produziram. Só é possível elaborar catálogos de séries que já estejam organizadas e, preferencialmente, inventariadas.

Devido ao grande número de detalhes descritivos que um catálogo carrega (e conseqüentemente o trabalho físico e intelectual que demanda para elaborá-lo) é necessária uma eleição de quais documentos serão catalogados, Bellotto (2004, p. 203) elenca que “[...] podem receber descrição unitária em catálogos os fundos fechados de órgãos muito antigos cujos documentos sofreram, com o passar do tempo, baixas consideráveis, ou ainda séries, partes ou conjuntos delas de especialíssimo interesse e denso conteúdo.” Essa definição de um catálogo

apresenta ainda a possibilidade de sua elaboração para preservação de documentos históricos em frágil estado físico de preservação.

Assim como os catálogos, os índices são produtos voltados para a localização específica de unidades documentais (LOPEZ, 2002).

Os índices possuem características próprias para atender as necessidades de sua criação, segundo Lopez (2002, p. 33) “Os índices, como instrumentos de pesquisa autônomos, procuram decompor os documentos em descritores, que podem ser temáticos, cronológicos, onomásticos, geográficos etc.”

Os índices apontam nomes, lugares ou assuntos em ordem alfabética e remetem o leitor às respectivas notações de localização dos documentos (BELLOTTO 2004)

A definição de índices apresentada por Rousseau e Couture (1998, p. 291) é a seguinte:

Lista ordenada de nomes de pessoas, locais, assuntos ou matérias, ou ainda de datas, as quais permitem acender rapidamente à informação contida numa unidade arquivística (documento, unidade de instalação, série, fundo, grupo de arquivos, serviço de arquivos, organismo ou mesmo Estado)

Voltando a hierarquização de acesso à informação proporcionada pelos produtos da atividade arquivística já mencionada, Bellotto (2004, p.214) aponta a possibilidade dos índices de serem complementares a outros produtos “os índices podem ser parte complementar de inventários ou catálogos analíticos, ou ter personalidade própria, indexando diretamente os documentos.”

Os índices são indispensáveis na estrutura editorial de um catálogo, de acordo com Bellotto (2004) que salienta ainda a importância de técnicas muito específicas para sua elaboração, evitando assim indexações amadoras ou “selvagens”.

Os índices independentes, definidos como ‘índices com personalidade própria’ por Bellotto (2004, p. 214) podem ser considerados instrumentos de pesquisa, com a mesma importância e utilidade dos demais, na categoria ‘sumários’.

Lopez (2002, p. 33) salienta a importância dos instrumentos normalizadores da arquivística na elaboração dos índices: “Na confecção de índices, deve-se tomar muito cuidado com a escolha dos termos a serem utilizados. Em tais tarefas a utilização de vocabulários controlados e tesouros é imperativa.”

Conhecendo o percurso do conhecimento e da informação nas instituições arquivísticas a partir do tratamento dado aos objetos informacionais, seguindo processos e instrumentos e resultando em seus produtos, uma revisão sobre o período escravocrata e o contexto do negro na sociedade brasileira é apresentada a seguir.

Os instrumentos de pesquisa não são os únicos produtos, a classificação e a descrição também produzem quadros e representações que são produtos dos processos, a diplomática produz a análise diplomática e o seu produto é a sua própria execução e a autenticidade atribuída ao documento.

Para melhor compreensão dos processos, instrumentos e produtos expostos até agora, e fechamento do tópico, o quadro abaixo mostra as relações entre eles:

Quadro 2: Relação entre Processos, Instrumentos e Produtos da OI no âmbito da Arquivologia

Processos	Instrumentos	Produtos
Classificação	Plano de Classificação	Plano de Classificação Classificações Funcionais
	Código de Classificação	Classificações Organizacionais Classificação por Assunto
Descrição	ISAD(G)	Guias
	NOBRADE	Inventários
	ISAAR (CPF)	Catálogos/Catálogos Seletivos
	ISDF	Índices
	ISDIAH	Tabelas de Equivalência
Diplomática	Metodologia Diplomática	Análise Diplomática
Indexação	Análise das informações dos documentos	Vocabulários controlados
		Tesouro
		Lista de termos

Fonte: Elaborado pela autora

Após a compreensão dos processos, instrumentos e produtos da OI na Arquivologia o tópico a seguir permite um panorama sobre a temática escravidão.

3 A ESCRAVIDÃO NO BRASIL: UM CONTEXTO PARA COMPREENDER SEUS DOCUMENTOS

A escravidão não começou com o tráfico de africanos para o Brasil, ou com a dominância portuguesa sobre os índios brasileiros, os registros de povos escravizados são muito mais antigos, como expõe Robles e Queiroz (1987, p.5) “A escravidão é instituição tão antiga quanto o gênero humano e de amplitude universal, pois, legitimada pelo direito do mais forte, ocorreu em todos os tempos e em todas as sociedades. ”

Civilizações antigas já mantinham sobre seu governo pessoas escravizadas, a Mesopotâmia e o Egito são exemplos disso. Se ao falar de Egito a primeira referência que vem as nossas mentes são suas pirâmides a primeira lembrança das grandiosas pirâmides deveria ser o trabalho escravo que foi demandado em suas construções, milhares de pessoas comandadas por Faraós foram responsáveis pela construção de uma das maravilhas do mundo. Entre romanos e gregos o trabalho escravo foi a engrenagem que fez rodar os campos de produção, portanto muito do desenvolvimento das sociedades foi obtido da dominação de povos sobre outros. (ROBLES; QUEIROZ, 1987; PINSKY, 1993)

Outro autor que apresenta os primórdios da escravidão é Goulart (1975, p. 31) que afirma que:

A exploração do homem pelo homem é velha como o gênero humano, e, como ele, universal. Por mais longe que remonte na investigação histórica, desde as idades mais recuadas até nossos dias, chega-se sempre à certeza de que a escravidão, sob uma ou outra forma, existiu em todos os tempos, foi praticada em todas as sociedades.

A posição de dominante e oprimido precisa estar muito clara nas discussões sobre escravidão, onde o escravizado permanece naquela posição contra a sua vontade, Pinsky (1993, p. 13) ao definir escravidão apresenta essa perspectiva: “A escravidão se caracteriza pela sujeição de um homem pelo outro, de forma completa: não apenas o escravo é propriedade do senhor, como sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido pela força”.

Em território brasileiro não havia escravidão até a chegada dos portugueses nas terras até em então desconhecidas pelos europeus. “A escravidão no Brasil decorre da ‘descoberta’ do país pelos portugueses. Antes de sua vinda, não há

registros das relações escravistas de produção nas sociedades indígenas.” (PINSKY, 1993, p. 14)

Antes da escravidão negra os portugueses dominaram a população indígena do Brasil, em um primeiro momento a mão de obra dos índios para obtenção de recursos naturais nas terras recém “descobertas” era remunerado com a troca de quinquilharias trazidas nos navios ancorados. Com o passar do tempo o interesse nos objetos diminuiu e a oferta dos portugueses já não parecia tão interessante aos índios, mesmo sem a cooperação voluntária os índios continuaram trabalhando para a exploração brasileira, mas dessa vez como os primeiros escravos da então colônia de Portugal. (PINSKY, 1993)

Maestri (1988) apresenta uma discussão sobre as questões que fizeram o trabalho escravo indígena ser substituído pelo tráfico negreiro, apresentando a historiografia clássica o autor desconfia da justificativa dada: maior docilidade e resistência física do africano. O autor contrapõe esse argumento dizendo que qualquer estudo, mesmo que superficial, sobre a escravidão mostra que os negros resistiram violentamente as condições a que eram expostos; além disso a fragilidade física dos indígenas é uma tese nunca provada histórica ou biologicamente. O conhecimento das terras e a organização em aldeias dos índios contra o completo desconhecido e a distância de casa que os africanos enfrentavam foi na verdade um dos fatores que fizeram os europeus desistirem da escravidão indígena e manterem uma relação com os nativos. As relações comerciais foi uma espécie de combustível no tráfico de africanos para toda a América, em um movimento que Maestri (1988) define como ‘tráfico triangular’:

Na verdade, o principal motivo da substituição do índio pelo negro foi o tráfico triangular. Na África, por mercadores trocavam mercadorias europeias baratas por cativos negros. Nas Américas, as peças permitiam a obtenção das valiosas mercadorias coloniais. A finalização do ciclo, na Europa, permitia lucros extraordinários aos comerciantes. (MAESTRI, 1988, p. 35)

Segundo Moura (1989) D. João III autorizou em 1549 que cada colono pudesse importar 120 escravos africanos, no entanto alguns estudos apontam que antes dessa data já haviam escravos em território brasileiro, alguns indicam a navios trazendo negros já em 1511.

O negro nessa fase é o grande povoador, aquele que chega em ondas sucessivas para preencher os vastos espaços geográficos desocupados. Enquanto o Reino vinha para a aventura da colonização pensando em um breve regresso, deixando, muitas vezes, a família em Portugal, o negro africano sabia que a sua viagem era definitiva e que as possibilidades de voltar não existiam.

O negro era tratado como mercadoria durante todo seu papel involuntário como colonizador no Brasil, leis que regulavam e traziam alguns direitos, ou diminuía o sofrimento sofrido pelos escravos, só surgiram com o passar dos anos e com a popularização do movimento contra a escravidão, além disso, Pinsky (1993) explica também que a venda dos escravos era feita no próprio porto, no momento de desembarque dos negros.

Após serem comprados e levados para as lavouras de trabalho os negros eram tratados como máquinas de trabalho, mal alimentados e mal instalados os escravos viviam em condições sub-humanas, segundo Robles e Queiroz (1987, p.40):

O trabalho estafante, as difíceis condições de vida também não ofereciam aos negros meios para refletir sobre sua situação. Após dez ou doze horas – e até mais - de atividades incessantes, eram trancados nas escuras senzalas, sem outra perspectiva que não a de dormir para, no dia seguinte, recomeçarem tudo novamente.

Muitos autores escravistas defenderam por muitos anos que as condições de trabalho eram justas e saudáveis entre senhores e escravos, Maestri (1988) apresenta esses falsos ideais vendidos por tantos anos já contrapondo com dados obtidos a partir de relatos de antigos escravos. Os pés descalços era uma característica marcante de quem estava na posição de escravo, até mesmo os melhores vestidos por seus donos permaneciam sempre descalços como demonstração de sua posição. As roupas, segundo o autor, eram mínimas e improvisadas a partir de tecidos simples; nas regiões mais ao sul do país os tecidos precisam ser mais grossos devido as baixas temperaturas em épocas do ano. A alimentação era precária até mesmo nas fazendas escravistas mais ricas. A descrição dos autores ao contar a realidade do Brasil no período de escravidão mostra que o tratamento dado aos escravos por seus senhores era suficiente apenas para mantê-los vivos e trabalhando, apesar do número de africanos que desembarcaram em solo brasileiro mostrar que a vida do cativo não tinha assim, grande importância para os colonizadores portugueses. (MAESTRI, 1988)

A importância da mão de obra escrava para o desenvolvimento econômico do Brasil é exposta pelos autores que estudam a história da escravidão em nosso país, Maestri (1988, p. 37) expõe esse ângulo da escravidão ao dizer que:

O cativo, na América ou no Brasil escravista, foi a base essencial da força de trabalho de inúmeras atividades produtivas e não-produtivas. No nosso país e em diversas outras regiões do continente, a atividade econômica dominante foi a grande plantação escravista.

O desenvolvimento econômico do Brasil dependeu, e muito, da mão de obra escrava. Mão de obra essa nunca reconhecida, como expõe Moura (1989, p.7) “Em todas as áreas do Brasil eles [os escravos negros] construíram a nossa economia em desenvolvimento, mas por outro lado, foram sumariamente excluídos na divisão de riqueza.” Essa afirmação coloca em pauta mais uma vez a posição do negro de escravo e não de colonizador do novo território, a posição do negro nunca esteve em igualdade com a posição do português, nem mesmo depois da abolição.

O passado e as origens do africano lhe eram negado assim que esse era raptado para ser trazido ao Brasil, “O sofrimento do negro já se iniciava em sua própria terra. Arrancado à família e à comunidade onde vivia, tangido aos magotes para os portos, lá ficava à espera da lotação do navio que o levaria através do oceano.” (ROBLES; QUEIROZ, 1987, p. 38). A coisificação do negro era amparada por leis nacionais, que tornavam legal a tortura e a negociação de seres humanos como se fossem meros objetos. Dentro das propriedades os senhores eram autoridades e faziam dos seus escravos o que bem entendiam, os negros em solo brasileiro sofriam todo tipo de crueldade e estava totalmente desamparado de apoio ou socorro. (ROBLES; QUEIROZ, 1987)

Outro ponto que dificultou a criação de uma identidade afrodescendente e a preservação de sua história é a dificuldade identificar o lugar de origem dos africanos traficados para o Brasil, essa questão é exposta por Pinsky (1993), que explique que as delimitações geográficas das regiões eram genéricas e os portos de partida podiam ser confundidos, além disso, os próprios capturados eram de diversos locais do interior. Pontos litorâneos de toda a costa africana foram alvos de capturas para trabalho escravo, portanto a variedade de grupos negros traficados para o Brasil era grande. Esse fato não ocorria apenas da pressa em explorar as terras recém-conquistadas a partir da mão de obra escrava, a diversidade cultural

entre os escravos era uma estratégia pensada pelos senhores, que tinham o interesse em extinguir qualquer resistência da cultura africana em suas senzalas, Pinsky(1993, p. 24) afirma isso ao dizer que:

A multiplicidade de etnias e clãs era decorrente não apenas do processo de apresamento do negro [...], decorria também do interesse que os senhores tinham em ter escravos de diferentes origens; isso, ao seu ver, representaria diversificação de hábitos, língua e religião, dificultando a integração da população escrava e o surgimento de qualquer espécie de organização produzida por eles.

O processo de abolição da escravatura foi longo no Brasil, os donos de escravos resistiram quanto puderam para garantir a mão de obra explorada. Seguindo o exemplo dos demais países da América e sob pressão dos abolicionistas em 13 de maio de 1888 princesa Isabel assina a Lei Áurea que liberta todas as pessoas que ainda viviam sob o regime de escravidão no país (ROBLES; QUEIROZ, 1987). No entanto, a integração não houve integração do negro livre na sociedade.

O negro, ex-escravo, é atirado como sobra na periferia do sistema de trabalho livre, o racismo é remanipulado criando mecanismos de barragem para o negro em todos os níveis da sociedade, e o modelo de capitalismo dependente é implantado, perdurando até hoje. (MOURA, 1989, p. 62)

A historiografia participou desse movimento de exclusão do negro, como expõe Lara (1998, p.38):

Aparentemente coniventes com o espírito de Rui Barbosa, os historiadores apagaram da história social do trabalho no Brasil a “nódoa” da escravidão. Assim, se o escravo não era considerado parte do universo dos trabalhadores, também o ex-escravo foi excluído.

Jaime Pinsky em 1993 já apontava a diferença social, econômica, situação educacional e preconceito entre brancos e negros no Brasil, como resultado dessa constante segregação racial onde o país se desenvolveu.

Os longos anos de escravidão acabaram não apenas com a vida de muitos africanos escravizados, mas também com grande parte da cultura trazida nas poucas bagagens dos imigrantes forçados, Ianni (1978, p. 72) conclui que “Ao longo dos séculos de escravidão, as relações de dominação política e apropriação

econômica permitiram à casta dos senhores destruir e recriar, ou reestruturar, o elementos culturais da casta dos escravos.”

As pesquisas sobre a escravidão se intensificaram com a comemoração dos anos da Abolição da Escravatura, em 1988, segundo o Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade (2006, p. 15), “Os arquivos receberam pesquisadores interessados em entender o processo de libertação dos escravos, bem como suas relações com o trabalho, família, entre outros assuntos.” Portanto cabe as instituições disponibilizarem essas fontes primárias aos pesquisadores.

O professor Oliveira Silveira (2006, p.14) ao apresentar o Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade mostra a importância do estudo dos documentos como fontes de pesquisas:

Reler essas cartas – já não em manuscritos delicados porque antigos – é sentir preservado o registro de um passado que não deve e não pode ser esquecido. Ele precisa dar seu testemunho, expor-se às gerações atuais como referência. Há uma dívida histórica a ser paga, há reparações a serem feitas, e ele deve nortear ações futuras nesse sentido.

O documento de arquivo está cheio de histórias em suas entrelinhas que podem ser novamente analisadas de novos pontos de vista, ao disponibilizar ao usuário o Arquivo abre essa possibilidade.

3.1 Rui Barbosa e a queima de arquivos

Uma parte inestimável da história da escravidão e do africano escravizado em solo brasileiro foi incendiada com a autorização do então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa. O objetivo dessa literal queima de arquivos é exposto por Barbosa (1988, p. 1):

O ato que mandou queimar todos os papéis, livros de matrícula e documentos relativos a escravos nas repartições do Ministério da Fazenda teve por finalidade eliminar os comprovantes de natureza fiscal que pudessem ser utilizados pelos ex-senhores para pleitear a indenização junto ao governo da República, já que a Lei de 13 de 1888 havia declarado extinta a escravidão, sem reconhecer o direito de propriedade servil.

Lacombe (1988) apresenta um contexto onde Rui Barbosa não é o protagonista da decisão de colocar fogo em documentos relacionados aos escravos recém libertos, a decisão segundo o autor foi conjunta, assim como toda a sua articulação prévia. “A idéia de destruição dos papéis da escravidão, vinha de muito longe. Por mais curioso que nos pareça hoje, foi defendida por culminâncias da inteligência e da cultura do Brasil.” (LACOMBE, 1988, p.36)

Os reais interesses intrínsecos na eliminação dos documentos eram muito mais complexos que apenas questões indenizatórias, conforme apresentam Duarte, Scotti e Netto (2015, p. 33)

A afirmação de que apenas se intentava apagar os rastros deixados para indenização dos senhores oculta a disputa política e a estratégia de favorecimento dos senhores. Apaga-se especialmente o conflito social que a exploração ilegal do trabalho provocava [...].

Naquele momento político em que o país se encontrava a proposta de eliminar parte da história registrada do país não apenas era aceitável como também apoiada por grande parte da sociedade, “Por mais que nos pareça estranho nos tempos atuais, a ordem de destruição foi recebida pela imprensa com entusiasmo patriótico [...]” (LACOMBE, 1988, p. 38).

O impacto daquele ato não era reconhecido nem mesmo pelos próprios negros, que não percebiam que sua história e seu direito a informação estavam virando cinzas em praça pública, Lacombe, Silva e Barbosa (1998, p. 118) possibilitam essa reflexão ao transcreverem em seu livro a seguinte notícia da época, publicada no Diário de Notícias, Rio de Janeiro, na data de 20 de dezembro de 1890:

O mestre carpinteiro das obras, José Francisco da Costa, no ato da queima, apresentou à comissão o africano Custódio, de 10 anos de idade, operário da Alfândega, pedindo que consentisse ter ele a satisfação de assistir também a destruição completa dos atestados de martírio e de opróbrio da sua raça.

O cidadão Clapp, abraçando-o disse-lhe que podia morrer em paz, porque na República Brasileira ninguém mais poderia continuar a infamar os seus irmãos, fazendo bandeira política e especulações mercantis de semelhante crime, porque o fogo estava encarregado de apagar para sempre os seus vestígios dos arquivos públicos.

O ideal de que a barbárie contra os africanos recém proibida por lei seria apagada das memórias e da história brasileira estava então vendida pela imprensa e

pelo Estado, outro trecho de uma notícia da época disponibilizada por Lacombe, Silva e Barbosa (1998, p. 119) mostra a essa falsa ideia de reparo histórico:

O acervo da escravidão nada pode dar de útil ao Brasil sob o ponto de vista histórico, pois só consta de misérias inenarráveis desses tempos de barbaria. Queimar esses arquivos é fazer a obra de benemerência, de moralidade, de garantia às gerações futuras, sem afetar interesse algum legítimo e apenas estancando uma fonte de difamação histórica. (Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 22 dez. 1890, p.1 apud LACOMBE; SILVA; BARBOSA, 1988, p. 119)

Os documentos, que hoje reconhecemos como fonte de informação e de conhecimento, eram vistos como “fonte de difamação histórica”, era isso que a imprensa dizia a população. Portanto, a queima dos arquivos que hoje pode ser considerado um massacre histórico não tinha o mesmo significado na época.

Duarte, Scotti e Netto (2015) explicam que na visão do escravo os documentos comprovavam sua condição de escravo, eram uma prova inquestionável de sua condição recém liberta. A vontade de se livrar dos papéis que provavam que suas vidas já haviam sido mercadoria era maior que a preocupação em preservar história e memória:

O episódio da queima das matrículas remete a um tipo de valorização do meio de prova: o documento com fé pública (peça móvel, escrita, reconhecida por um funcionário etc.). Logo, não haveria nenhuma verdade mais verdadeira do que aquela que a burocracia legitima (muito embora se saiba que as declarações de propriedade eram falsas). (DUARTE; SCOTTI; NETTO 2015, p. 34)

Nem todas as pessoas acreditavam que a eliminação dos documentos teria apenas impactos positivos para o país, em matéria transcrita por (1988, p. 122) do Jornal Diário de Notícias de dezembro de 1890, um dos presentes identificado como Sr. Badaró pede o direito de palavra durante a moção de congratulações aos responsáveis pela queima dos arquivos relacionados a escravidão e faz o seguinte pronunciamento:

Somos um povo novo, que corremos o risco de ter dificuldades para escrever a nossa história, porque é deplorável o que se observa em todas as municipalidades e nas repartições das antigas províncias: por toda parte o mesmo abandono, o mesmo descuido, e por último o fato de mandar-se queimar grande número de documentos que podiam servir para se escrever com exatidão a história do Brasil no futuro. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, RIO DE JANEIRO, 22 DEZ. 1890, p.1 apud LACOMBE; SILVA; BARBOSA 1988, p. 122)

Realmente incontáveis peças de um quebra-cabeça se perderam em meio às cinzas. O negro perdia ali registros valiosos para a construção de sua memória e sua identidade. Cabe as Instituições mantenedoras dos documentos históricos sobreviventes organiza-los e disponibiliza-los a sociedade.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Dos vinte e seis estados que constituem o território brasileiro apenas dois ficaram fora da pesquisa: o estado da Paraíba e o estado do Tocantins, por não possuírem uma organização institucional que se enquadra na pesquisa, como já exposto na delimitação do Universo da Pesquisa.

Vinte e quatro questionários (APÊNDICE A) foram encaminhados via e-mail para os Arquivos Públicos Estaduais de todo território nacional. Destes apenas oito estados retornaram o e-mail com as informações solicitadas: Pará; Maranhão; Mato Grosso; Minas Gerais; Rio de Janeiro; Espírito Santo; Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A primeira análise das respostas obtidas identificou as atividades desenvolvidas nas Instituições sobre escravidão ou sobre a cultura negra de forma genérica. Conhecendo, de maneira geral, a iniciativa das Instituições para o amplo compartilhamento da informação:

Região Norte

O Arquivo Público do Estado do Pará tem sob custódia documentos em três esferas: Poder Executivo, com documentos datados de 1649 a 2010; Poder Legislativo, com documentos do século XIX ao XX; Poder Judiciário, com datas limites entre o século XIX ao XX. Os documentos referentes ao período da Escravidão estão distribuídos nesses fundos, por proveniência e não por função, portanto não há fundos temáticos.

O diretor da Instituição, Leonardo Torii, ao responder o questionário salientou que o Arquivo produz catálogos temáticos ou seletivos. A próxima edição, que tem previsão de lançamento para esse ano, abordará a mão de obra negra escravizada presente na documentação do Poder Judiciário.

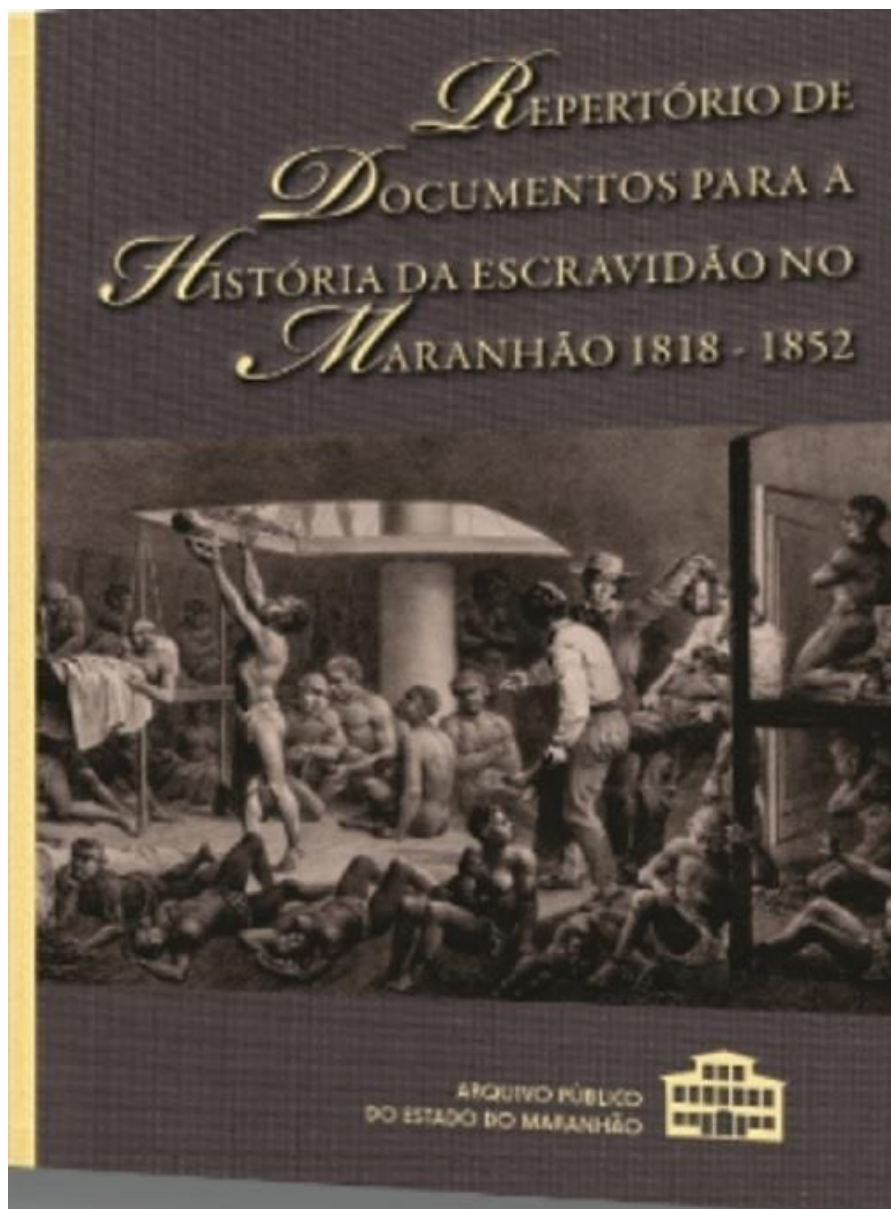
Região Nordeste

O Arquivo Público do Estado do Maranhão mantém sob custódia documentos do período de Escravidão no Brasil, esses documentos não estão organizados em fundos temáticos, segundo a resposta da instituição ao questionário esses documentos estão distribuídos nos seguintes fundos: Secretaria do Governo (1754-1888); Polícia Civil/ Secretaria de Polícia (1842-1888); Guarda Municipal Permanente (1832-1836); Prefeitura de São Luís (1838-1842); Obras Públicas (1847-1888).

No entanto, o tratamento temático dessas informações possibilitou ao Arquivo a publicação de dois volumes do livro 'Repertórios de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão'.

Imagem 1: Livro Repertórios de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão

Fonte: http://www.cultura.ma.gov.br/porta1/sede/index.php?page=noticia_extend&loc=apem&id=46



Segundo o site do Arquivo, o primeiro volume do Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão 1754-1840 compõe-se de 3.332 verbetes, extraídos de fontes documentais manuscritas, existentes no Arquivo Público do Estado do Maranhão. Constitui-se em um instrumento de pesquisa, capaz de fornecer ao pesquisador informações e indicações de fontes para o estudo e a compreensão da escravidão negra no Maranhão.

O segundo volume do Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão 1818-1852 referencia fontes relacionadas à escravidão negra no Maranhão. Encontra-se nessa obra, segundo o site do Arquivo Público do Estado, uma variedade de informações sobre o cotidiano dos escravos e pretos livres, como suas múltiplas ocupações, atividades econômicas e culturais, ações e reações ao tratamento que lhes era dispensado; também informações sobre suas nações de origem, comércio e tráfico, sua movimentação pelo porto de São Luís, além de outras. A política do governo da época, relacionada à escravidão e aos escravos, também está exposto no livro.

Os volumes não estão disponíveis na internet.

Região Centro Oeste

A Superintendência de Arquivo Público de Mato Grosso é responsável por salvaguardar documentos relativos ao período escravista brasileiro no estado. Os documentos são listas nominativas, testamentos e inventários, datados do período de 1713 a 1889. Esses documentos não estão organizados por fundos temáticos.

Vanda da Silva, Superintendente da Instituição ao responder o questionário sugere a busca no site pelo termo 'escravo' para consultar os documentos sobre escravidão no período colonial. No entanto o site apresentava dificuldades de acesso as imagens digitalizadas dos documentos até a última tentativa de acesso (05/01/2019). O usuário possui então acesso apenas a ficha cadastral do item documental constando: código de referência, título, data, nível de descrição e dimensão e suporte.

Região Sudeste

O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro tem sob custódia documentos referentes ao período da escravidão, no entanto esses documentos não estão organizados em fundos temáticos sobre o tema. Esses documentos estão divididos nos seguintes fundos, segundo Clarissa Ramos Gomes diretora do

departamento de gestão de acervos da Instituição: Presidência da Província do Rio de Janeiro; Registros Paroquiais de Terra; Depósito Público; Cartório do 1º Ofício de Justiça de Niterói; Cartório do 1º Ofício de Notas de Petrópolis; Cartório do 1º Ofício de Notas de Sapucaia; Cartório do 4º Ofício de Notas da Capital; Cartório Único de Silva Jardim; Casa de Detenção da Corte; Casa de Detenção de Niterói; Casa de Detenção do Distrito Federal.

Produtos específicos não foram apontados no questionário e nem encontrados nas buscas diretas no site.

No Arquivo Público Mineiro (APM) os fundos e coleções que possuem documentos sobre escravidão são: Secretaria de Governo da Capitania; Coleção Casa dos Contos; Junta do Governo Provisório; Seção Provincial; Secretaria de Governo da Província; Presidência da Província; Conselho Geral da Província; Assembleia Legislativa Provincial; Diretoria de Obras Públicas; Câmaras Municipais de Mariana; Caeté; Ouro Preto; Sabará e Curvelo e Coleção Arquivo Público Mineiro.

Os documentos não estão organizados em fundos temáticos. O arranjo dos fundos foi feito conforme a estrutura e as funções dos órgãos da administração que travam sobre o assunto. Em alguns casos, a organização também levou em conta as tipologias documentais, segundo o diretor de Arquivos Permanentes da Instituição.

Os produtos específicos sobre escravidão construídos pelo APM são:

Um repertório de fontes analiticamente descrito sobre a Escravidão em Minas Gerais publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro, volume 39 de 1992, disponibilizada em partes no *site* do Arquivo;

No Centenário da Abolição, em 1988, foi lançada uma publicação sobre Escravidão em Minas Gerais com documentos transcritos. Com o objetivo de ser usada em aulas de história para alunos do ensino fundamental, esta publicação pode ser acessada na íntegra virtualmente e conta com documentos, imagens, recortes de jornais que retratam a escravidão partindo de uma narrativa acadêmica.

Imagem 2: Caderno da Escravidão de Minas Gerais

Fonte: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>

CADERNOS DO ARQUIVO

1



Escravidão em Minas Gerais

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - 1988

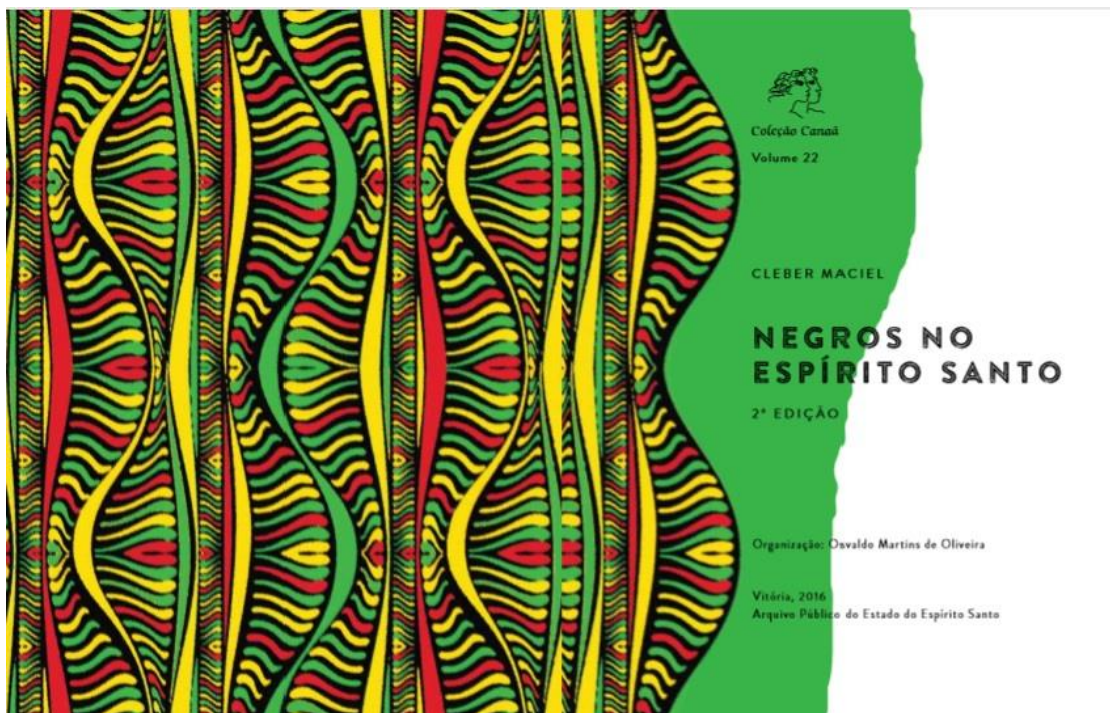
O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) tem sob custódia documentos do período entre 1768 até 2018 (até a data de resposta), vindos de diversas secretarias do estado do Espírito Santo, bem como acervos privados de interesse público. São relatórios, ofícios, correspondências, telegramas, inquéritos, plantas, mapas, entre outros.

Os documentos referentes ao período da escravidão estão dispostos nos fundos Governadoria e Polícia.

O APEES publicou em 1988 um Catálogo de Fontes para história da Escravidão Negra no Espírito Santo, o produto passa por revisão e reformulação no momento.

Outro produto específico sobre a história negra no estado do Espírito Santo é a publicação do livro de Cleber Maciel intitulado como Negros no Espírito Santo, já em sua segunda edição. O livro, organizado por Osvaldo Martins de Oliveira, traz a história da escravidão negra nas terras capixabas a partir do ponto de vista do historiador Cleber Maciel e em seu posfácio estudos de organizações afros, direitos e patrimônio cultural.

Imagem 3: Livro Negros no Espírito Santo.



Fonte: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MioloLivroNegros_FINAL_BAIXA.pdf

O Arquivo Público do Estado de Santa Catarina possui quatro acervos, sendo três acervos documentais e um acervo de materiais bibliográficos constituído por livros, periódicos, obras raras, materiais iconográficos, cartográficos, multimeios e micrográfico.

Os conjuntos documentais do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina são organizados por fundos documentais, segundo a NOBRADE. Portanto não possuem fundos temáticos específicos sobre a escravidão.

Possuem oito volumes de catálogos seletivos sobre a escravidão:

- Catálogo seletivo sobre a escravidão (1842/1869): ofícios das Delegacias de Polícia para Presidência da Província;
- Catálogo seletivo sobre a escravidão (1870/1883): ofícios das Delegacias de Polícia para Presidência da Província;
- Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876): registros das correspondências da Presidência da Província para Juízes;
- Catálogo seletivo sobre a escravidão (1877/1888): registros das correspondências da Presidência da Província para Juízes;
- Catálogo seletivo sobre a escravidão (1863/1866): ofícios da Chefia de Polícia para Presidência da Província;
- Catálogo seletivo sobre a escravidão (1860/1862): ofícios da Chefia de Polícia para Presidência da Província;
- Catálogo seletivo sobre a escravidão (1855/1859): ofícios da Chefia de Polícia para Presidência da Província;
- Catálogo seletivo sobre a escravidão (1833/1870): ofícios da Chefia de Polícia para Presidência da Província

Os catálogos apresentam os documentos digitados e estão disponíveis *online*.

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) mantém sob sua custódia acervos oriundos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e seus concessionados, Registro Civil e Tabelionatos.

Em torno da temática da Escravidão e da Liberdade, o Arquivo tem desenvolvido atividades em três eixos que compõem o campo da Difusão Documental: descrição documental, ações educativas e cursos/eventos/exposições.

No campo da Descrição Documental o APERS desenvolveu e publicou os seguintes produtos específicos sobre a Escravidão:

Documentos da Escravidão – Cartas de Liberdade I (Catálogo Seletivo);
Documentos da Escravidão – Cartas de Liberdade II (Catálogo Seletivo);
Documentos da Escravidão – Testamentos (Livro);
Documentos da Escravidão – Compra e Venda (Livros 1 e 2);
Documentos da Escravidão – Processos Crimes(Livro);
Documentos da Escravidão – Inventários Vol.1, 2, 3 e 4;
Catálogo Seletivo I – Escravidão, Liberdade e Tutela.

Segundo os catálogos o Projeto Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul tem por objetivo difundir a temática através da publicação dos catálogos seletivos que tratam da comercialização de escravos: o escravo como bem, na partilha de bens, e o escravo como réu ou vítima em crimes. O recorte temporal abrange o período de setembro de 1763, relativo à escritura pública mais antiga do acervo do APERS, até o dia 13 de maio de 1888, data da abolição da escravatura no Brasil. Para a realização deste trabalho, foram inventariadas, da época escravista, 542.600 registros notariais e 73.260 ações judiciais, totalizando 615.860 fontes primárias. O projeto contou com a colaboração de mais de 30 pesquisadores que se debruçaram sobre os documentos para a elaboração dos verbetes que deram origem aos catálogos.

Todos os produtos estão disponíveis no *site* do APERS para consulta e *download*.

A primeira análise dos resultados aponta que apesar de todas as Instituições manterem sob custódia documentos referentes ao período da escravidão, nenhuma delas mantém um fundo documental com essa temática.

Após a recuperação inicial dos produtos elaborados pelas Instituições participantes da pesquisa percebeu-se que apenas dois Arquivos apresentavam produtos da Organização da Informação, nesse caso instrumentos de busca. Coincidentemente ambos estão no extremo sul do país: o Arquivo Público do Rio Grande do Sul e o Arquivo Público de Santa Catarina. Apesar de a presente pesquisa ter sido desenvolvida na Universidade Estadual de Londrina, no estado do Paraná, não foram obtidas respostas do Arquivo Público do Estado.

Nesse momento da pesquisa o objeto de análise não se divide mais em regiões ou estados, todos os produtos recuperados formam o objeto: o resultado do tratamento organizacional da informação nos documentos específicos do período da

escravidão no Brasil. Os produtos das duas instituições citadas são Catálogos Seletivos e são analisados individualmente conforme o quadro previsto:

Quadro 3: Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade

Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade			
Ano de Publicação:	2006		Número de Volumes: 02
Fonte/Fundo:	Tabelionatos Municipais		
Tipologia (s):	Livros Notariais de Transmissões e Notas; Livros Notariais de Registros Diversos; Livros Notariais de Registros Gerais.		
Datas Limites:			

Fonte: Elaborado pela autora

Os documentos reunidos no catálogo são referentes aos registros nos livros notarias sobre cartas de liberdade de escravos. O catálogo possibilita a compreensão da realidade da época e as complexas relações escravistas. No decorrer do catálogo os pesquisadores podem também perceber peculiaridades, como o número de alforrias concedidas em troca da substituição do senhor na Guerra do Paraguai, ou ainda uma história bem específica de uma escrava que ganhou a liberdade em troca de seu casamento com o, até então, seu dono.

Quadro 4: Catálogo de Compra e Venda de Escravos

Compra e Venda de Escravos			
Ano de Publicação:	2010		Número de Volumes: 02
Fonte/Fundo:	Tabelionatos		
Tipologia(s):	Livros Notariais de Transmissões e Notas; Livros Notarias de Registros Ordinários		
Datas Limites:	1763 - 1888		

Fonte: Elaborado pela autora

Os documentos descritos se referem ao trâmite comercial de seres humanos. É preciso salientar a humanidade, pois nos registros os negros são tratados como mera mercadoria, com atributos e valores. O trabalho recuperou 10.500 registros de vendas de escravos nos documentos catalogados, mas os pesquisadores que construíram o instrumento alertam que esse número, possivelmente, não correspondente aos números reais do período. Já naquela

época havia omissão de compras e de vendas de escravos nos registros oficiais, possivelmente como forma de evitar os impostos.

Quadro 5: Inventários: O Escravo deixado como herança

Inventários – O Escravo deixado como herança			
Ano de Publicação:	2010		Número de Volumes: 04
Fonte/Fundo:	Comarcas e seus sub-fundos de acordo com a Vara de origem (Vara de Família e Sucessão, Provedoria, Vara Cível e Crime, etc)		
Tipologia(s):	Inventários		
Datas Limites:	1763 - 1888		

Fonte: Elaborado pela autora

Os inventários têm como objetivo registrar o número de bens deixados por um falecido. Os escravos, assim como as propriedades e as cabeças de gado faziam parte do patrimônio deixado por um senhor de escravos. Nos inventários que constituem esse catálogo em específico os negros são deixados como herança à um terceiro, e foi analisado de forma mais ampla com o catálogo do quadro a seguir.

Quadro 6: Testamentos: O Escravo deixado como herança

Testamentos – O Escravo deixado como herança			
Ano de Publicação:	2010		Número de Volumes: 01
Fonte/Fundo:	Comarcas (subfundos: Vara de Família, Sucessão e Provedoria; Provedoria)		
Tipologia(s):	Testamentos		
Datas Limites:	1763 - 1888		

Fonte: Elaborado pela autora

Os documentos descritos em ambos os catálogos mostram o escravo em processos envolvendo heranças. São inventários e testamentos onde o escravo aparece como um bem patrimonial passível de doação. Alguns testamentos mostram o escravo como contemplado do testamentado, mas não são a maioria. Os inventários possibilitam uma análise sobre o número de escravos por senhores, já que os contabiliza.

Quadro 7: Catálogo Seletivo de Tutela

Catálogo Seletivo de Tutela			
Ano de Publicação:	2017		Número de Volumes: 01
Fonte/Fundo:	Comarca de Porto Alegre (Vara da Família e Sucessão)		
Tipologia(s):	Processos Judiciais		
Datas Limites:	1871 - 1898		

Fonte: Elaborado pela autora

Os documentos apresentados nesse catálogo envolvem as crianças no período da escravidão. Os processos judiciais relatam os casos de órfãos e filhos de escravizados que haviam nascido depois da homologação da Lei do Ventre Livre e são tutelados perante a justiça. O recorte cronológico dos documentos selecionados possibilita, segundo o Catálogo, busca abranger os primeiros dez anos após a abolição.

Quadro 8: Processos Crimes: O Escravo como vítima ou réu

Processos Crimes – O Escravo como vítima ou réu			
Ano de Publicação:	2010		Número de Volumes: 01
Fonte/Fundo:	Comarcas		
Tipologia(s):	Processos Crimes		
Datas Limites:	1763 - 1888		

Fonte: Elaborado pela autora

Os processos crimes expostos no Catálogo possibilitam ver o escravo, e o ex-escravo, de outro ponto de vista: a pena do escravidão de polícia. Como réus, como vítimas ou como testemunhas (nessa posição em menor ocorrência, uma vez que o escravo não era visto como cidadão perante a lei) os negros ocupavam os espaços perante a execução das leis e estão registrados nos processos criminais que hoje são interpretados como fontes primárias. A pesquisa nesse instrumento permite um panorama sobre os crimes comuns no período e suas sentenças, já não mais aplicáveis: pena de morte e açoites.

Quadro 9: Ofícios do Chefe de Polícia para o Presidente da Província

Catálogo Seletivo sobre a Escravidão – Ofícios do Chefe de Polícia para o Presidente da Província			
Ano de Publicação:	1993		Número de Volumes: 04
Fonte/Fundo:	Ofícios do Chefe de Polícia para o Presidente da Província		
Tipologia(s):	Ofícios		
Datas Limites:	1833 - 1870		

Fonte: Elaborado pela autora

Os documentos descritos no Catálogo mostram a comunicação entre o Chefe de Polícia e o Presidente da Província tratando sobre assuntos que envolvam escravos (ou libertos). Os assuntos tratados nos documentos são os mais distintos, por isso mostra a condição do negro de forma genérica e do ponto de vista do Chefe de Polícia. Os volumes do Catálogo possuem estruturas diferentes entre si, sendo um digitado, dois volumes com documentos transcritos e um com as imagens digitalizadas dos documentos.

Quadro 10: Ofícios do Delegado de Polícia para o Presidente da Província

Catálogo Seletivo sobre a Escravidão – Ofícios do Delegado de Polícia para o Presidente da Província			
Ano de Publicação:	1993		Número de Volumes: 02
Fonte/Fundo:	Ofícios do Delegado de Polícia para o Presidente da Província		
Tipologia(s):	Ofícios		
Datas Limites:	1842 - 1883		

Fonte: Elaborado pela autora

Os Ofícios enviados dos delegados para o Presidente da Província correspondem aos acontecimentos ocorridos dentro de uma delegacia, o negro dessa perspectiva mais uma vez. Os assuntos tratados nos ofícios são diversos e mostram parte da realidade das delegacias e do serviço de segurança pública da época. Os pesquisadores têm acesso ao documento transcrito na íntegra, por tanto a construção textual típica da época e o contexto dos acontecimentos podem ser compreendidos.

Quadro 11: Registro das Correspondências do Presidente da Província para os Juízes

Catálogo Seletivo sobre a Escravidão – Registro das Correspondências do Presidente da Província para os Juízes			
Ano de Publicação:	1993		Número de Volumes: 02
Fonte/Fundo:	Registro das Correspondências do Presidente da Província para os Juízes		
Tipologia(s):	Correspondências		
Datas Limites:	1835 - 1888		

Fonte: Elaborado pela autora

As correspondências enviadas para os Juízes mostram assuntos relacionados as Comarcas. O Presidente se comunicava diretamente com os Juízes sobre os ocorridos relacionados aos escravos no cumprimento das leis do país. Os documentos transcritos permitem que os pesquisadores tenham acesso à correspondência e a interpretem de acordo com sua pesquisa.

Apresentados os Catálogos Seletivos retomam-se as questões de análise, que são:

- O que os documentos são? Essa categoria buscou investigar a Tipologia documental, com o objetivo de identificar onde os negros estão inseridos na produção documental da sociedade escravocrata.

- Onde estão? Com o objetivo de identificar em quais fundos os documentos referentes à escravidão estão, e com o indicativo que os fundos respeitam o princípio da proveniência, identificar quem são seus criadores.

- De quando são? Mostrou em qual período da história os documentos foram produzidos e ajudou compreender o contexto dos acontecimentos registrados.

- Sobre o que são? (Tema) Essa questão é mais interpretativa e recuperou a temática dos documentos constituintes dos Catálogos.

Vale lembrar, que essa pesquisa versa sobre o resultado da Organização da Informação, os produtos elaborados por ela. Portanto as análises são sobre os documentos custodiados em instituições arquivísticas e que tenham sido tratados tematicamente. As outras inúmeras fontes primárias do período da escravidão, que mantêm também parte da memória negra não estão contempladas por essas discussões.

As tipologias documentais presentes nos Catálogos são:

- Livros Notariais;

- Processos Judiciais;
- Processos Crimes;
- Cartas de Liberdade;
- Inventários;
- Testamentos;
- Ofícios;
- Correspondências.

Nenhuma fonte primária produzida pelos próprios negros, ou com o registro de suas memórias, foi identificada.

A dificuldade em analisar o período da escravidão, nessa pesquisa, sob o ponto de vista dos escravos, e posteriormente dos libertos e descendentes, se dá ao baixo número de relatos negros sobre a escravidão documentados e preservados em instituições arquivísticas, segundo Duarte, Scotti e Netto (2015, p. 34) “Os relatos dos próprios negros ex-escravos são uma raridade. Isso se insere na própria lógica do racismo, que não se estrutura apenas pelo ódio ou desprezo, mas, sobretudo, pela indiferença pelo ponto de vista das vítimas.” Os autores, ao discutirem sobre a destruição de documentos da escravidão autorizada por Rui Barbosa, apresentam que a memória daquele período não foi apenas queimada, mas também construída ignorando o ponto de vista dos recém-libertos e de sua experiência escrava: “A ideia da queima de arquivos oculta que a maior barreira contra a garantia da memória sobre a escravidão foi o desprezo em relação a palavra dos negros que estavam vivos naquele momento.” (DUARTE; SCOTTI; NETTO, 2015, p. 34)

A exclusão dos negros nesse período, apresentada pelos autores anteriores, como uma prática discriminatória pode justificar a não criação de uma infinidade de documentos e registros que hoje possibilitariam inimagináveis reflexões e regastes do passado. No entanto, refletir sobre as mudanças de paradigmas passadas pela Arquivologia, defendidas por Fonseca (2005), possibilita questionamentos sobre o tratamento documental oferecido aos documentos que resistiram do período da escravidão, sua criação, até o momento atual. Fonseca (2005, p 55) explica que “A Arquivologia foi profundamente marcada, em suas origens, pelos aspectos pragmáticos vinculados às práticas burocráticas visando eficácia e eficiência na guarda e preservação de arquivos, notadamente os públicos.” Nesse momento,

segundo a autora, o objetivo da Arquivologia em tratar os documentos, incluindo os que hoje reconhecemos como históricos, era o de controlar fisicamente e intelectualmente os documentos, servindo sempre aos interesses administrativos de sua função e seus criadores (FONSECA, 2005).

A informação contida nos documentos só foi objeto da Arquivologia na perspectiva de um novo paradigma, deslocando-se do arquivo para a informação arquivística, de acordo com Fonseca (2005). Para a autora, a Arquivologia pós-custodial possibilita as novas interpretações no Arquivo, assume a imparcialidade dos documentos e a possibilidade das instituições de darem acesso a informação, ao conhecimento e a memória. Kobashi e Amaral (2017, p. 3) apresentam que “A separação entre arquivística clássica, histórica e a contemporânea repousa não apenas nos princípios de partida adotados, mas principalmente nos métodos de organização dos documentos arquivísticos.”

A Organização da Informação, nesse novo paradigma, tem a possibilidade de tratar tematicamente a informação, segundo Kobashi e Amaral (2017), as necessidades informacionais dos usuários e as perspectivas de ampliar o uso do documento para além da função prova e autenticidade constituem as mudanças no fazer arquivístico. A OI trata a informação contida nos documentos que originalmente nasceram para a função administrativa, podendo assim resgatar a história e a voz do negro silenciada nas entrelinhas. Barbosa (1990, p. 66) ao concluir seu trabalho de transcrição de documentos do período da escravidão negra no Rio Grande do Sul afirma que “Vê-se, pois, que através da conservação destes documentos textuais, sejam de ordem jurídica ou administrativa, que podemos hoje não só resgatar suas informações, mas também dar-lhes outro realce, no caso, o do cunho histórico.” É um processo delicado o de interpretação e descrição dos objetos informacionais, que resulta nos mais preciosos produtos, como todos os recuperados por essa pesquisa, para disseminação e compartilhamento da informação e do conhecimento ao público em geral. No encontro dessa reflexão, Schwartz e Cook (2004, p. 27) afirmam que “O ponto é que os arquivistas devem procurar as vozes ocultas, pela complexidade das atividades humanas e organizacionais em estudo, para que os arquivos possam refletir as múltiplas vozes e não, por omissão, apenas as dos poderosos.”

São demonstradas pelas datas-limites que os documentos custodiados correspondem aos séculos XVIII e XIX, a segunda metade da Escravidão. Portanto a

história do início do período, que surgiu quase em concomitância ao descobrimento do Brasil, não está disponibilizada nos Arquivos Estaduais.

As temáticas dos Catálogos são os dados de maior relevância para a interpretação e inferência dessa pesquisa, e se identificam duas variações gerais da posição do negro nos documentos analisados: OBJETIFICADO ou CRIMINOSO.

A segunda definição é uma generalização da interpretação, uma vez que o negro nem sempre está envolvido nos crimes como réus. No entanto, a temática geral gira em torno de sua presença em Ofícios de delegacias e processos criminais.

A objetificação do negro durante a Escravidão ficou clara na leitura dos produtos: comprado, vendido, doado, trocado, morto, torturado, dilacerado. A análise dos catálogos mostraram diferentes perspectivas dessa realidade: não apenas as relações comerciais de aquisição de escravos, mas também seu valor como bem patrimonial, deixado como herança em inventários e testamentos.

Em caráter mais técnico, os documentos foram descritos partindo de verbetes elencados de acordo com a temática de cada catálogo. Seguindo três passos comuns: mapeamento, digitação e revisão dos documentos. Ao final da etapa de mapeamento os verbetes foram estabelecidos de acordo com o que os pesquisadores consideravam importante sobre o conteúdo informacional. Os projetos foram desenvolvidos nas Instituições Arquivísticas por equipes de profissionais contratados e estagiários do curso de História da região, segundo as informações constantes nos catálogos.

Esses pontos de acesso são primordiais para descrição dos documentos e para sua indexação. E a organização da informação prevê a normalização desses verbetes no processo de indexação, com o uso da linguagem documentária.

O uso da linguagem documentária [...], tem como objetivo padronizar os termos, palavras-chave ou descritores resultantes do processo de indexação, cumprindo a função de criar rótulos que, junto com o número de classificação dos documentos, representem pontos de acesso para a recuperação dos documentos demandados pelos usuários. (SOUSA; ARAÚJO JÚNIOR, 2017, p.20)

Os descritores buscam representar os pontos de recuperação do documento e também parte do seu conteúdo informacional. Portanto sua padronização é necessária tanto para o processo de organização quanto para o de representação.

O processo de indexação pode ocorrer de duas formas, como explica Pinto (2016), por derivação ou por extração. Segundo a autora os termos utilizados na indexação podem ser extraídos dos próprios documentos, de acordo com suas próprias expressões, ou então, pode-se usar de um instrumento que delimite a linguagem a ser utilizada. (PINTO, 2016)

Um desses instrumentos é o vocabulário controlado, criado do processo de indexação para o processo de indexação. Para Pinto (2016, p.144) “O vocabulário controlado é, essencialmente, uma lista de termos autorizados.” Esses termos não são escolhidos aleatoriamente, e a importância deles está intimamente ligada a recuperação final da informação. Os vocabulários controlados, como instrumentos de tratamento da informação, são de extrema importância por controlar os sinônimos e padronizar as linguagens e a recuperação, Cardoso (1996, p. 83) explica que:

Os termos constantes deste vocabulário deverão estar organizados evidenciando relações importantes e dispostos numa estrutura com uma inter-relação. Assim, serão identificados todos os termos que são necessários para uma busca sobre o assunto.

Portanto, o uso de vocabulários controlados auxilia não apenas o processo de indexação dos documentos como também na recuperação da informação pelos pesquisadores, que ao consultarem o vocabulário controlado já obtém a lista de termos que integram o assunto em sua totalidade temática, evitando se perder na infinidade de sinônimos possibilitada pela língua portuguesa. Kobashi e Amaral (2017, p. 17) defendem que a “O controle de vocabulário, processo estreitamente relacionado à indexação, é utilizado, na arquivística, para estabelecer equivalências entre os diferentes termos que representam um mesmo contexto.” A contemplação de um vocabulário controlado temático traz à luz a inter-relação de termos e assuntos, possibilitando em poucas palavras identificar quais outros temas compõe uma categoria de assunto.

Retomando o objetivo de identificar os termos de maior incidência que constituem os produtos pesquisados o descritivo relativo a **cor** foi escolhido para análise dos termos devido sua incidência nos catálogos descritos, além disso, a temática racial/cor é estritamente ligada ao período escravocrata. Foi possível observar durante a análise que a cor da pele dos escravos (e libertos) era um elemento descritor presente em quantidade expressiva nos documentos analisados. A característica física perceptível a todos era o que diferenciava escravos de

senhores, salientar sempre essa característica reafirma a posição do negro para além da Abolição.

Os descritivos de cor, apenas reproduzidos do original, apontam a diversidade de termos da época e permitem o comparativo com os termos previstos em vocabulários atuais.

Nessa fase da pesquisa os catálogos descritos anteriormente foram analisados com o objetivo de identificar os termos que descrevessem os negros, considerando todas as variações encontradas. Ao final da análise os termos recuperados foram os listados em ordem alfabética a seguir:

Quadro 12: Descritivos de cor recuperados

Crioula;	Crioulo;
Crioulinha;	Crioulinho;
Mulata;	Mulato;
Mulatinha;	Mulatinho;
Negra;	Negro;
Parda;	Pardo.
Preta;	Preto;

Fonte: Elaborado pela autora

A análise comparativa desses termos foi feita em duas etapas: primeiramente buscou-se entender sua representatividade informacional do ponto de vista arquivístico, buscando-os em um instrumento específico para indexação. A segunda análise busca os significados por instrumentos mais genéricos e de amplo acesso, possibilitando uma reflexão sobre a representação social e linguística atual destes termos.

Para identificar quantos e quais dos termos registrados nos documentos do período da Escravidão são previstos por um instrumento específico atual foi utilizado o 'Vocabulário Controlado sobre a escravidão, abolição e pós-abolição: a representação dos conceitos' desenvolvido por Oliveira (2015) pela Fundação Casa de Rui Barbosa.

No capítulo introdutório do instrumento Oliveira (2015) explica que a construção do vocabulário controlado utilizou-se da base metodológica da Fundação

Casa de Rui Barbosa, fundamentada nos aspectos teóricos da indexação arquivística.

A delimitação dos conceitos é de extrema importância para a criação de um vocabulário controlado, Oliveira (2015, p. 5) explica que “Para que o conceito seja único e não gere dúvidas ao usuário, ele precisa ser capaz de remeter a uma ideia; ter características que possam ser enunciadas a fim de descrever esta ideia; e ser traduzido por uma forma verbal, ou seja, por um termo.”

A autora explica ainda que os termos buscam refletir os três eixos: escravidão, abolição e pós-abolição; “Cabe ressaltar que o vocabulário não buscou ser exaustivo, mas sim refletir o contexto político, social, cultural e econômico de uma época – o início da escravidão no Brasil até a segunda década do século XX, dialogando com a contemporaneidade.” (OLIVEIRA, 2015, p. 6)

O Vocabulário Controlado sobre a escravidão, abolição e pós-abolição reconhece que os quase quatrocentos anos de período escravocrata é um longo período à ser estudado, que a história do nosso país é grande, que o período de Escravidão representa a maior parte dessa história até aqui e que representar um acontecimento desse tamanho nos obriga entender muitos outros acontecimentos, que constroem o contexto histórico. (OLIVEIRA, 2015)

Por isso em seu corpo o Vocabulário Controlado sobre a escravidão, abolição e pós-abolição apresenta termos que muitas vezes não são tão incidentes em assuntos relacionados à Escravidão, mas que são de extrema relevância para entender o contexto social, político e histórico do assunto. Além disso, o vocabulário apresenta termos que podem ser desconhecidos de muitas pessoas, por não integrarem o vocabulário usual atual, como por exemplo, instrumentos de torturas e vocativos da época.

O quadro abaixo relaciona os termos relacionados à cor, recuperados pela pesquisa, com suas representações segundo o Vocabulário:

Quadro 13: Representação dos Termos

Termo Recuperado	Representação no Vocabulário
Mulato/ Mulata	Filho de uma pessoa branca com um negro.
Negro/Negra	Toda pessoa de etnia negra. No Brasil, os negros foram escravizados durante o período colonial e do império, somente sendo libertados no final do século XIX. No século XVII, em São Paulo, os índios eram denominados de negros da Terra; os africanos, negro de Guiné.
Crioulinha/Crioulinho	Não constam no vocabulário
Crioulo/ Crioula	
Mulatinho/Mulatinha	
Pardo/Parda	
Preto /Preta	

Fonte: Elaborado pela autora

Dos sete termos recuperados (com suas variações para o feminino) apenas dois estão representados no Vocabulário controlado.

Essa delimitação permite a Indexação temática sobre a escravidão de forma mais diretiva, garantindo assim a recuperação da informação como já exposto, formando uma lista não apenas dos termos que devem ser utilizados, mas também das expressões que, segundo o Vocabulário Controlado devem ser substituídas – No vocabulário utilizado os termos que não foram recuperados não apontavam substitutos.

Em um segundo momento a pesquisa utilizou-se de outras fontes para interpretação desses dados.

Os termos recuperados e analisados estão presentes no cotidiano atual, pertencem ao vocabulário brasileiro. Por isso a comparação de seus significados se faz necessária para discussão sobre o impacto dos termos na sociedade pós-abolição.

Foram selecionados três vocabulários de amplo acesso para recuperação dos termos e seus significados:

Dicionário Escolar Afro-Brasileiro (São Paulo: Selo Negro Edições, 2006.): Escrito pelo mesmo autor da *Enciclopédia brasileira da diáspora africana* (São Paulo: Selo Negro, 2004) essa edição de dicionário tem como objetivo colocar ao alcance do público escolar, em linguagem acessível, informações pertinentes ao universo africano no Brasil e ao período escravocrata, dando ênfase maior à luta contra o racismo. Esse instrumento foi escolhido pela pesquisa por ser de linguagem

simples e destinado ao público escolar do ensino básico, sendo então de caráter educativo.

Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (Curitiba: Editora Positivo, 2009): Dicionário geral da língua portuguesa, conhecido nacionalmente. A Editora o define como indicado para todas as pessoas, em qualquer fase da vida. Esse instrumento foi escolhido pela pesquisa aleatoriamente dentre os dicionários impressos disponíveis na Biblioteca Setorial de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, com o objetivo de retratar as definições apresentadas nos dicionários atuais sobre os termos recuperados.

Dicionário Michaelis Online (<https://michaelis.uol.com.br/>): Dicionário geral de língua portuguesa, conhecido nacionalmente, disponível gratuitamente *online*. Selecionado com o mesmo objetivo que o anterior esse dicionário está hospedado em plataforma digital, portanto permite atualização constante de termos e significados, foi selecionado para retratar as definições atuais, em seu sentido mais imediato e tecnológico possível. No site, a Editora explica que a edição foi desenvolvida pensando na constante mutação da língua portuguesa, que diariamente se apropria de novas palavras e expressões.

O quadro abaixo relaciona os termos relacionados à cor, recuperados pela pesquisa, com suas representações segundo os três dicionários selecionados:

Quadro 14: Representação dos termos em instrumentos de amplo acesso

	Dicionário Escolar Afro-Brasileiro	Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa - 2009	Dicionário Michaelis Online
Crioula			1. Mulher negra. 2. Garoupa. 3. Muriri
Crioulo	Vocábulo empregado em várias acepções. Quando se refere a pessoas, seu significado remete ao indivíduo de ascendência europeia nascido nas Américas. No Brasil, em geral, usado tanto da forma pejorativa como	1. Diz-se de qualquer indivíduo negro. 2. Diz-se de indivíduo branco, nascido nas colônias europeias, particularmente na América. 3. Referente ao negro nascido no Brasil. 4. Referente ao negro nascido na América. 5. Referente ao escravo nascido na casa de seu senhor. 6. Referente àquele que	1. Diz-se de ou indivíduo descendente de europeus, nascido em uma das colônias de ultramar. 2. Que ou aquele que nasceu escravo em países sul-americanos, por oposição aos africanos que já chegaram escravizados a esses países. 3. Diz-se de ou indivíduo da raça negra nascido na América,

	carinhosamente, o termo designa genericamente o negro, de qualquer pigmentação. (p.48)	nasce de pais de raças diferentes. (p.575)	por oposição ao originário da África. 4. Diz-se de ou negro nascido no Brasil. 5. Que ou o aquele que provém de determinado lugar, região ou estado. 6. REG (RS) Diz-se de ou indivíduo nascido em qualquer parte do estado. 7. Diz-se de ou animal ou vegetal já nascido em país colonizado, por oposição ao que veio de outros países, em particular do continente europeu. 8. Diz-se de ou animal oriundo de determinada propriedade, isto é, nascido e criado ali.
Crioulinha			
Crioulinho		Pequeno crioulo (p.575)	Crioulo pequeno; pretinho.
Mulata		1. Diz-se duma variedade de batata própria para assar. 2. Feminino de mulato (p.1370)	1 Mulher mestiça das raças negra e branca. 2. guaiuba. 3. Cachaça. 4. Muirajuba. 5. Cioba.
Mulato	Mestiço de branco com negro, em qualquer grau de mestiçagem. Ao contrário do que ocorreu nos tempos coloniais, quando em geral, os mulatos procuravam destacar-se da população negra aproximando-se dos brancos, no século 20, em todas as Américas, houve a reversão dessa tendência, com parcela significativa desse segmento incorporando-se à grande comunidade dos afro-descendentes na luta contra o preconceito e a	1. Filho de pai branco e mãe preta, ou vice-versa; cabrocha; pardo. 2. Homem escuro, trigueiro. (p.1370)	1. Que ou aquele que é mestiço das raças branca e negra. 2. Que ou aquele que é escuro ou trigueiro. 3. Que ou aquele que apresenta traços característicos do mestiço de branco com negro. 4. Que ou aquele que é mestiço, mas que não apresenta características raciais muito claras. 5. REG (PA) Diz-se de ou gado cuja pelagem é laranja no dorso e preta no resto do corpo.

	discriminação. (p.115)		
Mulatinha		abelha-mulata (p.1370)	1. Mulata jovem. 2. Abelha-mulata. 3. Cachaça.
Mulatinho		1. Arbusto da família das rubiáceas, cujas folhas são opostas e estipuladas, sendo as flores e os frutos pequeninos e dispostos em cimeiras bastante ramificadas. 2. Variedade de feijão. (p.1370)	1. Mulato jovem. 2. Variedade de feijão. 3. Planta (<i>Rudgea dahlgrenii</i>) da família das rubiáceas, de folhas opostas, coriáceas, inflorescência em cimeiras terminais, com muitas ou poucas flores e frutos ovais ou subglobosos.
Negra		1. Mulher de etnia, ou de raça negra. 2. Escrava, cativa. 3. A terceira partida, que desempata, num torneio, campeonato, competição, etc. (p.1393)	1. Mulher de raça negra; preta. 2. Mulher que, no período de escravidão no Brasil, vivia em sujeição a um senhor; escrava. 3. Mulher que trabalha muito. 4. Em jogos e competições esportivas, partida decisiva que desempata as anteriores: Jogaram a negra em clima disputadíssimo. 5. A noite.
Negro	Denominação genérica do indivíduo de pele escura e cabelo encarapinhado, e, em especial, dos habitantes da África profunda e seus descendentes; descendentes de africano, em qualquer grau de mestiçagem, desde que essa origem possa ser identificada pela aparência ou assumida pelo próprio indivíduo. (p.119)	1. De cor preta. 2. Diz-se dessa cor; preto: terno de cor negra. 3. Diz-se de indivíduo de etnia, ou raça negra. 4. Sujo, encardido, preto: A criança está com as mãos negras. 5. Preto (3): As nuvens negras anunciavam a tempestade. 6. Muito triste, lúgubre: "Pensar [Casimiro de Abreu] que sua morte poderia ocorrer em Lisboa... o fazia mergulhar na mais negra infelicidade" (Carlos Drummond de Andrade, Confissões de Minas, p. 28) 7. Melancólico, funesto,	1. Que tem a cor mais escura de todas, como o piche e o carvão. 2. Que se refere a pessoa de etnia negra. 3. Que não tem luz; completamente escuro e sombrio. 4. Que está encardido; preto: As chaminés ficaram negras com a fumaça. 5. Que é triste ou lúgubre: Vi uma capela negra ao longe. 6. Que anuncia infortúnios; nefasto: Futuro negro. 7. Que inspira medo ou pavor; tenebroso: Durante o ataque aéreo, viveram um dia negro. 8. Que revela crueldade ou sordidez;

		<p>lutuoso: Negro destino o esperava. 8. Maldito, sinistro: Em negra hora chegou ali aquele bandido. 9. Perverso, nefando: o negro crime abalou a cidade. 10. Indivíduo de etnia, ou raça negra. 11. Escravo. 12. A cor de um corpo que absorve integralmente toda a radiação luminosa visível que sobre ele incide. 13. Preto. 14. Bras. Fam. Pop. V. nego. 15. Bras. Gír. Homem, pessoa, indivíduo; nego (ê), neguinho: Há muito negro que não sabe o que é trabalhar. (p.1393)</p>	<p>perverso: Seus feitos negros assustavam toda a comunidade. 9. Que absorve toda luz que nele incide: Corpo negro. Como substantivo masculino: 1 A cor do piche ou do carvão; preto. 2. Indivíduo de etnia negra. 3. Aquele que vive sujeito a um senhor; escravo. 4. Pessoa que trabalha muito: Há um ano trabalha feito um negro. 5. nego.</p>
Parda			Cachaça. Feminino de Pardo.
Pardo		<p>1. De cor entre o branco e o preto; quase escuro. 2. De um branco sujo, duvidoso. 3. De cor pouco brilhante, entre o amarelo e o castanho: papel pardo. 4. Diz-se de qualquer dessas cores: animal de cor parda. 5. Mulato (5): homem pardo. 6. A cor parda. 7. Mulato. (p.1493)</p>	<p>1. De cor entre o branco e o preto, meio escura; tuíra. 2. Branco sujo. 3. De cor fosca, variando entre o amarelo e o marrom escuro. 4. Diz-se de qualquer dessas cores. 5. Diz-se de arroz sem casca e sem polimento; esbramado. Subs. mas.: 1. A cor parda. 2. Mulato.</p>
Preta		[feminino de preto] Mulher negra. (p.1628)	<p>1 Mulher negra. 2. Cada uma das peças escuras ou negras de certos jogos (damas, xadrez etc.). 3. A bola preta do jogo de bilhar, sinuca etc.</p>
Preto		<p>1. Que tem a mais sombria de todas as cores; cor do ébano, do carvão. 2. Diz-se dessa cor. 3. Diz-se de diversas coisas que apresentam cor escura, sombria; negro: o céu ficou preto de fumaça.</p>	<p>1. Que tem a cor do carvão, do ébano ou do piche; negro. 2 Diz-se dessa cor. 3. Diz-se de indivíduo que pertence à raça negra. 4. Diz-se de algo que é bastante escuro, embora não tenha a cor do carvão.</p>

		4. Sujo, encardido. 5. Negro(3) 6. Mais forte que o normal; negro, gordo. 7. Bras. Difícil, perigoso; roxo: Eu vi as coisas pretas. 8. Negro. 9. A cor preta. (p.1628)	5. Diz-se das peças escuras de determinados jogos, como as damas e o xadrez. 6. Diz-se de cartas do baralho dos naipes de paus e espadas. 7. Diz-se de algo que é complicado ou difícil; perigoso. 8. Diz-se de algo que é escuro; sombrio, umbroso. 9. Diz-se de fio, letra etc. com traços mais fortes e grossos que o normal; gordo. Subs. Mas.: 1. A cor do carvão; a cor preta. 2. Indivíduo da raça negra. 3. Escravo ou empregado doméstico negro.
--	--	---	---

Fonte: Elaborado pela autora

Essa pesquisa não busca fazer uma análise linguística dos termos, não analisaremos em profundidade as representações trazidas pelos vocabulários. No entanto, é inevitável a reflexão sobre os mesmos. As definições trazidas em termos de uso diário da língua portuguesa como negro, preto e pardo estão carregadas de preconceito e racismo, salientando aspectos negativos dos termos.

A representação da informação, como objetivo de recuperação da informação, é parte das informações que o usuário absorve ao consultar fontes tratadas arquivisticamente. Dodebei (2002, p. 19) apresenta essa relação ao defender que “As memórias documentárias, como *constructos* do conhecimento gerado pela sociedade, reúnem cadeias de representações presentes na dinâmica social, desde a produção do conhecimento até sua assimilação e reprodução.”

Interpreta-se que a memória documentária recebe grande influência das representações atribuídas a elas, o tratamento da informação é, portanto, primordial para a assimilação, citada pela autora, e pela geração do conhecimento.

Conclui-se que a Organização da Informação pode trazer à tona múltiplas possibilidades de interpretação dos documentos que por muito tempo serviram apenas aos interesses administrativos e judiciários do país. Organizando e representando a informação seguindo novos conceitos.

Os processos da OI são complementares nesse objetivo, e Pinto (p.145) explica que:

Enquanto a descrição arquivística contempla o contexto histórico-administrativo do fundo, a indexação pode relacionar: o fundo com outros fundos, o fundo com seus dossiês e dossiês de um fundo com dossiês de outros fundos. Essa relação produz diferentes caminhos de busca, o que enriquece as possibilidades de pesquisa do usuário.

Os diferentes caminhos de busca são possibilitados pela Indexação porque o processo de delimitação dos termos não apenas escolhe de forma aleatória ou elenca o de maior incidência. Esse processo buscar estabelecer o assunto, e “[...], pode-se também elaborar e descrever um arranjo de série temático padronizado.” (PINTO, p. 145)

Processos como a Indexação demandam muito tempo, dedicação e mão de obra, propriamente dita, mas resultam em produtos que apresentam outras possibilidades de recuperação da informação, do ponto de vista operacional e do ponto de vista do usuário.

O vislumbre do futuro apresentado por Tognoli, Milani e Guimarães (2017) indica que uma vez que a indexação seja desenvolvida em documentos históricos as pesquisas por assunto serão possíveis e simples, o que essa pesquisa mostrou não ser ao buscar pela temática Escravidão.

É preciso incentivo para que esses processos continuem sendo desenvolvidos pela Organização da Informação e produtos temáticos como os aqui apresentados continuem sendo produzidos. As iniciativas precisam vir dos Estados e das iniciativas privadas em investirem recurso monetário para o desenvolvimento dessas atividades, mas também da população, ao questionarem as fontes confiáveis sobre seu passado e sobre a história de seus antepassados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por detrás das paredes dos Arquivos Públicos a história do Brasil se acumula em estantes, guardados em caixa os documentos gerados, em sua maioria, para fins administrativos, guardam preciosas informações sobre o passado, sobre a sociedade, suas leis e seu modo de viver. Os documentos históricos são fontes seguras do passado e permitem que entendamos o que aconteceu séculos atrás com nossos antepassados.

No entanto, as fontes que integram um arquivo histórico não nascem com a consciência de que são históricos, como Bellotto (2004, p. 27) explica:

Um arquivo permanente não se constrói por acaso. Não cabe apenas esperar que lhe sejam enviadas amostragens aleatórias. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informem sobre o ponto inicial ou o ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia-a-dia administrativo, além de fontes não governamentais.

A construção histórica dentro de um Arquivo, diferente da criação de um livro de História, não é intencional, não tem a intenção principal de contar a História, mas reconhece sempre sua responsabilidade de fazê-lo. Um documento criado hoje, portanto, dirá muito sobre a nossa realidade atual quando consultado daqui algumas centenas de anos. Características legais, culturais e sociais que são corriqueiras no século XXI e nos passam despercebidas, quando registradas em documentos preservados podem ser alvo de estudo e reflexão, assim como os documentos criados no século XIX foram alvo de estudo dessa pesquisa.

Os documentos da escravidão, portanto, apesar de registrarem um período importantíssimo do país e possibilitarem discussões sobre a condição atual do negro no Brasil, não são reconhecidos de imediato como documentos propriamente ditos e específicos sobre a escravidão. Eles integram fundos administrativos, documentos de diversas tipologias que foram criados não para contar uma história (a da escravidão, do Brasil colônia, ou qualquer outra), mas registrar os acontecimentos administrativos e cotidianos do período no país.

Estudar o tratamento temático da informação dentro das instituições arquivísticas esbarrou nesse primeiro desafio da preservação documental: o de reconhecer os temas nos fundos documentais e trazê-los à luz, dando acesso aos

usuários a partir de produtos elaborados e disponibilizados pelas instituições. Em uma realidade nacional onde alguns estados ainda não conseguiram nem ao menos institucionalizar um Arquivo Público Estadual os resultados dessas buscas, que possibilitaram essa pesquisa, representam o esforço e a luta dos arquivistas, e das equipes multidisciplinares apaixonadas por história e por conhecimento registrado, em preservar e dar acesso à informação.

Nesse ponto a Organização da Informação se encontra com a Arquivologia e com a gestão documental como um grande processo com o objetivo de compartilhar informação e conhecimento, pois a OI é imprescindível para o tratamento temático e descritivo da informação. Os processos que tratam a informação registrada é que reconhecem o potencial histórico de um documento, e que informações relevantes são reconhecidas em meio a função administrativa original do documento.

Amaral e Kobashi (2017) explicam que tradicionalmente a OI em arquivos fundamenta-se no Princípio da Proveniência e o Princípio da Manutenção da Ordem Original, o que justifica a inexistência de fundos documentais temáticos sobre a escravidão recuperados por essa pesquisa, que mantinha esse como principal objetivo de investigação. No entanto, as autoras prosseguem defendendo que:

[...] a função dos arquivos, como instituição social, se modifica no tempo e evolui baseada na ideia de que contribuem para a construção da memória coletiva e social, a partir das ações de indivíduos socialmente envolvidos em diferentes contextos. Nessa medida, os profissionais que atuam em arquivos começam a desenvolver novas atividades e instrumentos de organização, tratamento e recuperação. (AMARAL; KOBASHI, 2017, p. 3)

Muito pode ser dito sobre a preservação documental para cumprimento legal e administrativo da função do documento, sobre o estabelecimento de tabelas de temporalidade e a consulta a longo prazo dos documentos por seus criadores, no entanto ao encarar essa função social do arquivo a preservação ganha um novo significado, e uma nova urgência. Os Arquivos se preocupam cada vez mais com as necessidades informacionais do seu usuário final, pois reconhecem seu papel social de contribuição para a construção da memória individual e coletiva.

Nas salinhas onde se acumulavam os documentos históricos, chamados de arquivos inativos ou até de terríveis, e errôneos, “Arquivos-Mortos”, os profissionais encaram a possibilidade de encontrar história, conhecimento, informação e vida

interpretando os documentos com uma nova percepção, tratando-os para um novo acesso: o do público geral, cidadão com o direito de acesso à informação.

Essa mudança de postura das instituições arquivísticas ao se disponibilizar como centros de memória e de estudos históricos propõe a aproximação da comunidade onde está inserido, nesse sentido, atividades culturais buscam aproximar o usuário das instituições.

Atividades culturais é o nome que Bellotto (2004) atribui as atividades desenvolvidas pelos Arquivos para se aproximar do público em geral e para que a sociedade se aproxime e se sinta refletida nele. Segundo a autora são palestras, debates, exposições e publicações sobre temáticas que interessem não apenas aos historiadores e pesquisadores comuns nesses ambientes, mas também o público de maneira mais abrangente. A autora dá atenção especial às publicações, “[...], pois levam à comunidade, à administração e ao meio acadêmico informações sobre o conteúdo do acervo documental, das atividades e dos programas dos arquivos.” (BELLOTTO, 2004, p. 230)

Essas publicações são possibilitadas pelos processos de Organização da Informação e são exemplos práticos dos produtos discutidos nos capítulos anteriores dessa pesquisa.

Os produtos das atividades culturais desenvolvidas pelos Arquivos Estaduais, apesar de temáticos e resultantes de um tratamento interpretativo, apresentam inúmeras possibilidades de estudos, nas mais diversas áreas do conhecimento, partindo dos documentos de arquivos como fontes primárias. Os próprios produtos mostram interpretações que instigam o leitor a pensar nas possibilidades de resgate do passado. Relações entre os próprios catálogos fazem brilhar aos olhos fatos antes inimagináveis, exemplo disso é a indução ao fato de muitos senhores ocultarem dos meios oficiais a compra de escravos para fugir de impostos, apresentada pelo Livro de Compra e Venda produzido pelo Arquivo do Rio Grande do Sul ao comparar seus números com o número de cartas de alforria analisados por eles.

Isso mostra também que os números apesar de alarmantes na realidade atual ainda não são exatos. A realidade da Escravidão no Brasil em números dificilmente será desvendada, porque ela não foi registrada, os números sobre os escravos que interessavam envolviam cifrões e não dados sociais. Além da inestimável perda relatada na seção sobre Rui Barbosa e a queima de arquivos.

Portanto os estudos nas fontes primárias são urgentes, a possibilidade do tratamento temático desenvolvida pela Organização da Informação nutre a esperança de conhecer o passado e reconstruir memória e identidade.

Retomando a análise dos dados recuperados nos produtos selecionados por essa pesquisa a análise das datas-limite permitiu constatar que os documentos presentes nas Instituições Arquivísticas datam do século de 1700 e 1800, a segunda metade da Escravidão. No Brasil, ser descendente de um dos primeiros colonizadores africanos a desembarcarem, mesmo contra a vontade, nas terras tupiniquins não apenas te impossibilita totalmente de ocupar o papel de herói colonizador, ocupado por tantos outros colonizadores, como também te tira o direito de conhecer o seu passado e sua árvore genealógica pela falta de documentos disponíveis.

Durante a análise percebeu-se que o que caracteriza um documento como um documento da escravidão é a cor da pele registrada na descrição dos envolvidos. Portanto, apesar da fase pré-abolucionista, onde muitos dos documentos tratados estão inseridos, os negros não eram diferenciados. Ser preto, pardo ou crioulo, associava um homem ou uma mulher à escravidão imediatamente, a sua condição de liberto ou não fica em um segundo panorama. O comparativo simples entre as variações de termos de cor registrados nos documentos oficiais e as suas definições nos dicionários atuais deixam claro o quão carregado de negatividade os termos são ainda hoje. As representações de cor trazidas pelos vocabulários de amplo acesso, os vocabulários simples que a população brasileira acessa nas bibliotecas e na internet, estão carregados de preconceito e dessa cultura racista impregnada no país, está na nossa língua e ficou muito claro. Ao afirmar que preto é ausência de luz o discurso escravocrata se repete na nossa sociedade. Encarar o exemplo “Há muito negro que não sabe o que é trabalhar. (p.1393)” apresentado pelo Dicionário Aurélio 2009 para a definição de ‘negro’ e soma-lo aos dados sobre o racismo na atualidade resultam em muitas sensações e possibilitam grandes reflexões. Essa pesquisa não busca se estender nessas discussões, mas incita a reflexão do impacto da Escravidão para a sociedade atual, fundamentando-se na teoria de “tradição negreira” exposta por Duarte, Scotti e Netto (2015), apresentada anteriormente.

A Arquivologia já sabe há muito tempo que obter o máximo de informações sobre as atitudes passadas possibilita a correção de erros, o desenvolvimento da

melhor estratégia e tomada de decisão. Com a sociedade não é diferente, conhecer História possibilita a compreensão do presente e evita que erros se repitam no futuro, no Brasil atual a necessidade de conhecer (e não se esquecer) o passado é urgente, talvez mais do que nunca. Não apenas para mudar a realidade do racismo que tanto mata no país, mas também se precaver de erros políticos, massacres sociais e culturais, notícias falsas espalhadas em massa e tantos outros problemas enfrentados pela sociedade por desconhecimento da própria história e pela falta de informação.

Essa pesquisa iniciou-se buscando os fundos temáticos sobre a Escravidão, resultante dos processos da Organização da Informação, no entanto essa ainda não é uma realidade disponível nos Arquivos Públicos Estaduais em uma visão geral.

O desenvolvimento em grande escala de processos da Organização da Informação com um enfoque temático possibilitaria a compreensão maior da temática nas instituições. No processo de descrição, por exemplo, Bellotto (2004) explica que é responsabilidade de quem desenvolve a descrição apreender, identificar, condensar e apresentar todas as possibilidades de uso da documentação tratada.

Foram os descritores presentes nos produtos que possibilitaram que essa pesquisa tivesse o percurso metodológico presente e que analisasse os termos relativos à cor nos documentos, no Vocabulário Controlado sobre a escravidão, abolição e pós-abolição e nos dicionários. Além da análise interpretativa dos dados a descrição permite estudos quantitativos sobre a Escravidão, porque categoriza elementos do documento como: cor, sexo e idade. Compreendo diferenças sociais entre homens e mulheres, as condições das crianças e tantas outras análises possibilitadas por um dos processos da OI.

O processo de indexação, quando apropriado pela Arquivologia, possibilita a compreensão do tema em sua totalidade, porque a indexação atribui termos elencados a partir do estudo da temática em todos os aspectos necessários. Pinto (2016) atribui ao processo de indexação a criação de instrumentos de busca padronizados e temáticos, que visam a recuperação da informação e atender não apenas ao usuário, mas a própria instituição.

A recuperação da informação é o objetivo comum à Arquivologia e Organização da Informação, e o tratamento temático do conhecimento arquivístico garante a recuperação da informação em uma nova perspectiva, alcançando novos

usuários. Esse trabalho salienta a importância dos produtos da OI, enfatizando sua responsabilidade para o tratamento temático da informação e da documentação histórica. Nesse sentido incentiva-se a exploração desses produtos e processos, no intuito de privilegiar pesquisas e o conhecimento arquivístico de forma mais clara e precisa.

A condição do negro exposta nos documentos ressalta a cultura da escravidão que perdura até nos dias atuais. É preciso entender os contextos que o negro está inserido no desenvolvimento do Brasil. O Arquivo possui, portanto, o poder de ser lugar de memória e de construção de identidade como proposto, a Organização da Informação é a ponte de ligação entre o usuário e o conhecimento arquivístico.

Talvez, acreditamos ter adquirido consciência do valor da informação. Mas é preciso estar atento para, como os escravos recém-libertos no ato de queima de Rui Barbosa, não comemorar a destruição de parte da nossa história, construída e preservada todos os dias. Abandonando os arquivos públicos e deixando-os as margens dos interesses públicos. É preciso que a população incentive a preservação dos lugares de memória para que perdas irreparáveis como a o incêndio no Museu Nacional, ocorrido em 2018, não volte a queimar nossa história.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD (G)**. 2006. 188 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/95536>>. Acesso em 15 de jul de 2018
- AMARAL, Cleia; KOBASHI, Nair Yumiko. Organização da Informação nos arquivos: indexação. **XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVIII ENANCIB)**. Marília, 2017, 20p. Disponível em <<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/576>> Acesso em 19 de jan. de 2019.
- ARBOIT, Aline Elis. É possível uma organização representação do conhecimento sem partidos? **P2P & Inovação**. Rio de Janeiro, v.3, n.1, set./mar. 2017. Disponível em <<http://revista.ibict.br/p2p/article/view/2339>> Acesso em: 10 de maio de 2018
- BARBOSA, Francisco de Assis. **Apresentação ao livro Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. 17p. Disponível em <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>> Acesso em 28 de dez de 2018
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato. A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 21, n. 46, p. 33-44, mai./ago., 2016 Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n46p33/31600>> Acesso em 09 de jul de 2018
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. rev. E ampl. – Rio de Janeiro: Editora RFV, 2004. 320p.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2 ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 2008. 106p.
- Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.
- BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 9, 2008, São Paulo, Anais. São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>. Acesso em: 30 nov. 2017.

CARDOSO, Ivanise Vitale. Vocabulário controlado para indexação de partituras de música brasileira: proposta de uma estrutura básica. *Transinformação*, v.8, n.3, p. 81-96, set./dez, 1996. Disponível em <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1603> > Acesso em 19 de jan de 2019

CASTRO, Astréa de Moraes e. CASTRO, Andresa de Moraes e. GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro. **Arquivística arquivologia**: arquivística = técnica, arquivologia = ciência. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988. 361 p.

CONARQ. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública. **Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 156p. Disponível em <http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Codigo_de_classificacao.pdf> Acesso em 30 de dez de 2018

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Arquivo Nacional. 2004. Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf> acesso em 31 de out. de 2017.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária**. Rio de Janeiro: Editora Interciência. 2002. 120p.

DUARTE, Evandro Piza; SCOTTI, Guilherme; NETTO, Menelick de Carvalho. Ruy Barbosa e a queima dos arquivos: as lutas pela memória da escravidão e os discursos dos juristas. **Universitas JUS**, v.26, n.2, p. 23-39, 2015. Disponível em <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/view/3553/2822>> Acesso em 20 de jun. de 2018

DURANTI, Luciana. **Diplomática: usos nuevos para uma antigua ciência**. Carmona: S&C ediciones, 1996. 170p.

FACHIN, Odília. Pesquisa social, documental e de laboratório. In: _____. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 130-150.

FEITOSA, Ailton. Elementos da Organização da Informação. In: FEITOSA, Ailton. **Organização da informação na web**: das tags à web semântica. 2 ed. Brasília: Thesaurus, 2006. p.17 – 30.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **A Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124 p.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; LEIVA, Isidoro Gil. As linguagens de indexação em bibliotecas nacionais, arquivos nacionais e sistemas de informação na América Latina. **XVI Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias e II Seminário**

Internacional de Bibliotecas Digitais, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <<http://eprints.rclis.org/15137/>> Acesso em 15 mar. 2018.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Projeto como fazer, v. 2. 1998.

GOULART, Mauricio. **A escravidão africana no Brasil**: das origens à extinção do tráfico. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. 3. ed. 300p.

GUERREIRO, Ana Marta Veríssimo Lopes. **A utilização de vocabulário controlado para indexação como estratégia para a recuperação de informação nos arquivos fotográficos**: Os arquivos do órgão de soberania, o Presidente da República. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação da Informação e Documentação. Lisboa, 2013. 166p. Disponível em <<https://run.unl.pt/handle/10362/11136> > Acesso em 19 de jan de 2019

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. *Ciência da Informação*, v.27, n.3, 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v27n3/27n3a07.pdf>> Acesso em 16 de nov. de 2018.

HARTUNG, Paulo. Apresentação do Governador. In: MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Org.: Osvaldo Martins de Oliveira. 2.ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. 282p. Disponível em <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MioloLivroNegros_FINAL_BAIXA.pdf> Acesso em 04 de jan. de 2019

IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978, 142p.

INDOLFO, Ana Celeste. **Gestão de documentos**: Uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. *Arquivística.net – www.arquivistica.net*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 28-60, jul./dez.2007.

ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999/ Conselho Internacional de Arquivos; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo.- 2ª ed.- Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2002.- 97 p.

ISDF: Norma internacional para descrição de funções. **Conselho Internacional de Arquivos**. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 76 p. Disponível em <http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/ISDF.pdf> Acesso em 02 de jan. de 2019

ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. **Conselho Internacional de Arquivos**; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. 88p. Disponível em <http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isdiah.pdf> Acesso em 30 de dez. de 2018

KOBASHI, Nair Yumiko; AMARAL, Cleia. Organização da informação nos arquivos: indexação. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Marília, 2017. Disponível em <<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/576/1260>> Acesso em 14 mar. 2018.

LACERDA, Aline Lopes de. A fotografianos arquivos: produção e sentido dedocumentos visuais. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan.-mar. 2012. p.283-302. Disponível em <<http://www.redalyc.org/html/3861/386138059015/>> Acesso em: 12 de nov. de 2018

LACOMBE, Américo Jacobina. Pedra de escândalo. In: LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. 142p.

LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. 142p.

LARA, Silvia Hunold. Blowin' in thewind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, v. 12, out. 1995. P. 43-56. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11300/8283>> Acesso em: 08 de jul. de 2018

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, v. 16, fev. 1998. p. 25-38. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185/8196>> Acesso em: 05 de jul. de 2018

LIMA, José Leonardo Oliveira. ALVARES, Lillian. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, Lillian (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Ed., 2012. p. 21-48.

LOPES, Cléo Belicio. **Descrição Arquivística: diferenças e divergências terminológicas sobre os Instrumentos de Pesquisa**. Monografia (Graduação) – Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciência da Informação, Curso de Arquivologia. 2009. 175f. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22751/000740203.pdf>> Acesso em 16 de nov. de 2018

LOPES, F. C.; BORTOLIN, S.; SILVA, M. N. O negro e a mediação: a ciência da informação como campo de discussão étnico-racial. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 16, 2015.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, Projeto como fazer, 6. 2002.

LOUSADA, Mariana. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **RICI: Rev.Ibero-americanaCi.Inf.**, Brasília, v.5, n.2, p. 63-78, jul./dez. 2012.

MAESTRI, Mário. **A servidão negra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 152p.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ed. Ática, 1989. 85p.

MOURA, Maria Aparecida. Narrativas culturais, protagonismo e mundo comum. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (Orgs.) **Informação e Protagonismo Social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 93-107

NAVES, Madalena Martins Lopes. A importância de Ranganathan para a organização do conhecimento. In: NAVES, Madalena Martins Lopes.; KURAMOTO, Hélio. (Orgs.) **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006. p. 36-45

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Vocabulário Controlado sobre escravidão, abolição e pós-abolição: a representação dos conceitos**. OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de (Coord.). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. 49 p.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Ação cultural, protagonismo social e o lugar dos arquivos. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (Orgs.) **Informação e Protagonismo Social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 77- 92

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3 ed. rev. ampl. reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 228p.

PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho. ASSIS, João Marcus Figueiredo. A Atuação do arquivista entre o dever de memória e o desejo de Arquivo. **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n.10, 2016, p. 81-89.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (Orgs.) **Informação e Protagonismo Social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11- 26

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Informação: esse obscuro objeto da Ciência da Informação. **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, [S.l.], v. 3, n. 4, oct. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4108/3759>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

PINHO, Fábio Assis. Organização e Representação do Conhecimento. In: **Fundamentos da Organização e Representação do Conhecimento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

PINTO, Mariane Costa. A indexação na recuperação da informação em arquivos: uma abordagem inicial. **Ágora**, Florianópolis, v.26, n.52, p.141-150, jan./jun., 2016. Disponível em < <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/594> > Acesso em 19 de jan. de 2019

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1993. 12 ed. 80p.

RIBEIRO, Fernanda. O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação. In: I Congresso ISKO Espanha e Portugal. **Informação e/ou conhecimento : as duas faces de Jano** : atas, 2013, p. 528-539 Disponível em <<http://hdl.handle.net/10216/69659>> Acesso em 16 de nov. de 2018.

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre : CORAG, 2006. 1234 p. Disponível em <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1169142561.Cat_Sel_Cartas_Liberdade_Vol_1.pdf> Acesso em 16 de jul. de 2018

ROBLES, Suely; QUEIROZ, Reis de. **Escravidão negra no Brasil**. São Paulo : Ed. Ática, 1987. 85 p.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/en.php>> Acesso em 14 de nov. de 2018

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Glossário. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1998

SALES, Rodrigo de. Representação de domínios em biblioteconomia e arquivística. In: SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; SALES, Rodrigo de. (Orgs.) **Cenários da organização do conhecimento: linguagens documentárias em cena**. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 45- 70.

SANTOS, Zeny Duarte de Miranda Magalhães dos. Arquivos, definição e evolução: introdução ao estudo do arquivo privado. **TECBAHIA Rev. Baiana Tecnol.**, Camaçari. v.11, n.3, p.172-180, set./dez 1996.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Arquivos, documentos e poder: A construção da memória moderna. Traduzido por: NEVES, Cylaine Maria das; VENDRAMENTO, Maria Cristina; QUEIROZ, Pedro Condoleo de. **Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**, Indaiatuba (SP), v.3, nº 3, jul, p. 15-30, 2004. Disponível em <https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro_3.pdf#page=15> Acesso em 04 de jan. de 2019.

SCHMIDT, Clarissa; SMIT, Johanna. Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação. XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal, 19-20 de nov., 2015. Disponível em

<http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/45_Schmidt.pdf> Acesso em 03 de jan. de 2019

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **As bases do processo classificatório na arquivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo. 2002. 22p.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 120 – 142, ago./dez., 2006. Disponível em <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/05/pdf_48377635f2_0010720.pdf> Acesso em 15 de nov. de 2018.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo. **Brazilian Journal of Information Science**. v.8, n. 1/2. 2014. Disponível em <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/4246>> Acesso em 15 de nov. de 2018.

SOUSA, Renato Tarciso Renato; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. A classificação e o vocabulário controlado como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística. In: VAQUINHAS, Nelson; CAIXAS, Marisa; VINAGRE, Helena. Da produção à preservação informacional: desafios e oportunidades. 2017. Disponível em <<https://books.openedition.org/cidehus/2790>> Acesso em 19 de jan. de 2019

TAVARES, Lúcia Fernanda Rodrigues. **Curso superior de letras: inventário**. Tese de mestrado, Ciências da Documentação e Informação (Arquivística), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2009. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10451/432>> Acesso em 10 de jul. de 2018

TOGNOLI, Natália Bolfarini. GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 1, p. 21 – 44, jan./mar. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n1/a03v16n1>> Acesso em 13 de nov. de 2018.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da Diplomática**: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. 2013. 162 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103383>>. Acesso em 14 de nov. de 2018

TOGNOLI, Natália Bolfarini; MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Elementos de indexação para arquivos permanentes: aproximações teóricas preliminares. In: SIMÕES, Maria da Graça Melo; BORGES, Maria Manuel. (Orgs.) **Tendências atuais e perspectivas futuras em organização do conhecimento**. Atas do III Congresso ISKO Espanha-Portugal XII Congresso ISKO Espanha, 2017, p. 683-692. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6580727>> Acesso em 13 de jan. de 2019

TOGNOLI, Natália Bolfarini; VITORIANO, Márcia Cristina de Carvalho Pazin; LEME, Thalita Fernanda. A classificação enquanto uma função nuclear no processo de organização do conhecimento arquivístico. In: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017. 409f. – Estudos Avançados em Organização do Conhecimento. Livro eletrônico.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. Das fontes do passado à memória em construção. XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 2012. Comunicação Oral. 15 p. [numeração irregular]. Disponível em <<http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/2102>> Acesso em 15 de jul de 2018

VIEIRA, Sebastiana Batista. **Técnicas de arquivo e controle de documentos**. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Temas & Idéias Editora, 2001. 115p.

VITAL, Luciane Paula; BRÄSCHER, Marisa. Representação de assunto em documentos arquivísticos. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 16, 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000017547/d123324df33f375195c6dbd6e3bd99b2>> Acesso em: 23 mar. 2018.

SITES DE APOIO

- ✓ <http://servicos.sead.am.gov.br/arquivopublico/>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-do-estado-do-amazonas.html>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-estadual-de-roraima.html>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/nucleo-de-arquivo-oficial-de-rondonia.html>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/divisao-arquivo-publico-do-estado-do-acre.html>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-do-estado-do-para.html>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-estadual-do-amapa.html>
- ✓ <https://aarpap.webnode.com/>
- ✓ <http://www.cultura.ma.gov.br/apem/index.php>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-do-estado-do-maranhao.html>
- ✓ <http://www.arquivopublico.pi.gov.br/index.php>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-do-estado-do-piaui.html>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-do-estado-do-ceara.html>
- ✓ <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentos-culturais/arquivo-publico>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-estadual-do-rio-grande-do-norte.html>
- ✓ <http://arquivopublico.pe.gov.br/>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano.html>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-estadual-de-sergipe.html>
- ✓ <http://www.arquivopublico.al.gov.br/>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/o-cadastro/item/arquivo-publico-de-alagoas.html>
- ✓ <http://www.conarq.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-do-estado-da-bahia.html>
- ✓ <http://www.fpc.ba.gov.br/>
- ✓ <http://www.apmt.mt.gov.br/>
- ✓ <http://www.conarq.gov.br/consulta-a-entidades/item/superintendencia-de-arquivo-publico.html>
- ✓ <http://www.arquivopublico.ms.gov.br/>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-estadual-do-mato-grosso-do-sul.html>
- ✓ <http://cultura.seduc.go.gov.br/arquivo-historico-estadual/>
- ✓ <http://www.conarq.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-historico-estadual-de-goias.html>
- ✓ <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-do-estado-do-rio-de-janeiro.html>

- ✓ <http://www.rj.gov.br/web/casacivil/exibeConteudo?article-id=2980837>
- ✓ <https://ape.es.gov.br/>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-do-estado-do-espirito-santo.html>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/departamento-estadual-de-arquivo-publico-do-parana.html>
- ✓ <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>
- ✓ <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-do-estado-do-rio-grande-do-sul.html>
- ✓ http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=90&Itemid=245&lang=brazilian_portuguese
- ✓ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina.htmlu8>

APÊNDICE A

Bom dia/Boa tarde,

Meu nome é Roberta Albanielle Garcia, sou mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina, onde desenvolvo uma pesquisa intitulada como 'Documentos da Escravidão: A Organização da Informação nos Arquivos Públicos Estaduais'. O objetivo da pesquisa é de analisar os processos, instrumentos e produtos elaborados nos Arquivos Públicos Estaduais brasileiros referentes aos documentos do período de escravidão no Brasil.

Para que o objetivo de mapear os fundos com a temática específica seja concluído, e a pesquisa desenvolvida, venho através deste solicitar a participação dessa instituição, respondendo as cinco questões a seguir:

Nome da Instituição:

Informações gerais sobre o acervo (proveniência, datas limites e tipologia documental):

A instituição tem sob custódia documentos referentes ao período da Escravidão no Brasil?

Esses documentos estão organizados em fundos temáticos? (sobre a escravidão; história negra/afrodescendente; cultura negra/afrodescendente; entre outros).

Em caso afirmativo, favor listar esses fundos:

Questionário respondido por:

Função na instituição:

Data:

O segundo objetivo da pesquisa visa investigar e analisar os instrumentos de pesquisa dos fundos específicos e os elementos que os constituem. Para isso um grupo de foco será estabelecido de acordo com as respostas obtidas por esse pequeno questionário, enviado a todos os arquivos públicos estaduais (ou correspondentes) do território brasileiro. Agradeço desde já a disponibilidade da

Instituição em colaborar nessa primeira fase da investigação e em um possível segundo contato.

Termo de Consentimento de Participação

Ao responder essas perguntas declaro estar ciente que as informações fornecidas por mim podem ser livremente analisadas e publicadas por Roberta Albanielle Garcia, durante o desenvolvimento de sua dissertação intitulada 'Documentos da Escravidão: A Organização da Informação nos Arquivos Públicos Estaduais', assim como para futuras pesquisas e publicações.

Fica autorizada também a publicação do nome da instituição e de seus dados públicos.